

Como Terminam as Análises

textos reunidos pela

**Associação Mundial
de Psicanálise**

J·Z·E

Jorge Zahar Editor

Campo Freudiano no Brasil

COMO TERMINAM AS ANÁLISES

**Textos reunidos pela
Associação Mundial de Psicanálise**

Como terminam as análises. Título paradoxal, e talvez até meio ridículo, uma vez que isso talvez seja o que os psicanalistas menos saibam.

Freud duvidava que uma análise pudesse realmente acabar; uma teoria em voga nos anos 50 pretendia que, no fim, o paciente se identificasse com o analista; a chamada questão do “fim da análise” tornou-se, em cada grupo, um pomo de discórdia, um rosário de dores.

Veio Lacan. Nasceu uma teoria: a de que uma psicanálise tem um término verdadeiro, e de que é possível nos assegurarmos que esse momento, no qual se dissipam os impasses do desejo (“o passe”), foi atingido.

Uma bela hipótese — otimista sem dúvida, ou reguladora. A recém-fundada Associação Mundial de Psicanálise, tão logo foi criada, julgou que nada era mais urgente do que examinar novamente essa questão. Começou a pesquisa. Ela prosseguirá em ampla escala durante vários anos. E aqui encontraremos não seus resultados, mas suas premissas.



Biblioteca Digital

COMO TERMINAM AS ANÁLISES

A Associação Mundial de Psicanálise (AMP), quando fundada em janeiro de 1992, reunia quatro Escolas que se pautam em Jacques Lacan: a Escola da Causa-Freudiana (Paris-Bruxelas), a Escola do Campo Freudiano de Caracas, a Escola Européia de Psicanálise e a Escola de Orientação Lacaniana (Buenos Aires). A elas veio se juntar, em abril de 1995, a Escola Brasileira de Psicanálise.

Os textos aqui reunidos foram selecionados e organizados por Jean Daniel Matet e Herbert Wachsberger, psicanalistas e psiquiatras em Paris, e membros da Associação Mundial de Psicanálise.

COMO TERMINAM AS ANÁLISES

*Textos reunidos pela
Associação Mundial de Psicanálise*

Tradução:
VERA RIBEIRO

Revisão:
ANGELINA HARARI



Jorge Zahar Editor
Rio de Janeiro

Título original:

Comment finissent les analyses

Tradução autorizada da primeira edição francesa publicada em 1994 por Éditions du Seuil, de Paris, França, na coleção Champ Freudien, dirigida por Jacques-Alain e Judith Miller

Copyright © 1994, Éditions du Seuil

Copyright © 1995 da edição em língua portuguesa:

Jorge Zahar Editor Ltda.

Rua México 31 sobreloja

20031-144 Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (021) 240-0226 / Fax: (021) 262-5123

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright. (Lei 5.988)

Composição eletrônica: Kraft Produções Gráficas Ltda.

GRAPHOS

ISBN: 2-04-018102-4

ISBN: 85-7110-315-1 (JZE, RJ)

CIP-Brasil, Catalogação-na-fonte

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

C728 Como terminam as análises / textos reunidos pela
Associação Mundial de Psicanálise; tradução, Vera
Ribeiro; revisão, Angelina Harari. – Rio de Janeiro:
Jorge Zahar Ed., 1995.
192p. – (Campo freudiano)

Tradução de: *Comment finissent les analyses*

Inclui bibliografia.

ISBN 85-7110-315-1

I. Psicanálise. I. Associação Mundial de
Psicanálise. II. Série.

95-0538

CDD – 150.195

CDU – 159.964.26

SUMÁRIO

Prefácio de <i>Jacques-Alain Miller</i>	8
Apresentação de <i>Jean-Daniel Matet e Herbert Wachsberger</i>	10

A PROBLEMÁTICA FREUDIANA DA SAÍDA DE ANÁLISE

Os anos vinte: o nascimento da questão	15
A pressa de concluir de Freud	15
Freud e Ferenczi: história de um mal-entendido	22
A análise absoluta	24
Consequências sobre a direção do tratamento: obsessão e histeria	29
Supereu, castração, reação terapêutica negativa	34
A análise e seu resto: o testamento de Freud	42
Como acabar com o resto?	43
A cura é duradoura?	46
A força pulsional em ação	48
A prevenção das neuroses	51
Nada querer saber da verdade	52
Consequências da pulsão de morte	53
As doenças profissionais do psicanalista	54
A rocha da castração	55

OS ANALISTAS DA ESCOLA INGLESA E OS DESFECHOS DE SUAS ANÁLISES

James Strachey e Joan Riviere	65
Melanie Klein e seus discípulos	68
Alguns discípulos de Melanie Klein: Roger Money-Kyrle e Wilfred R. Bion	69
Anna Freud e seus discípulos	71
Dois teóricos da relação objetal: R. Fairbairn e H. Guntrip	73

VARIEDADE CLÍNICA DA SAÍDA DE ANÁLISE

Começos difíceis	81
Limites do discurso analítico	81
O critério do sintoma	82
A entrada em análise	83
Saídas possíveis	85
O sintoma como estrutura de linguagem	85
O indizível no sintoma	86
O sintoma e a letra	86
Os modos de saída	87
A re-análise: uma abordagem crítica	89
A conclusão assintótica	89
A retomada da análise	90
A análise dos restos transferenciais	90
Re-análise e o corte	93
O imaginário do fim de análise durante o tratamento	95
Breves considerações históricas	95
Três polaridades	98
Recapitulação	102
Fins de análise na histeria	104
Breves referenciais	104
Saídas da análise na histérica	106
A sexualidade e a saída da análise	113
Algumas características da sexualidade segundo Freud, limites e indicações lacanianas para a saída	113
Uma nova relação com o saber	117
Voltas adicionais: do problema do gozo na saída de análise	120
A transformação do sintoma na análise	126
O sintoma antes da análise	126
O sintoma durante a análise	127
O sintoma na saída da análise	128

A EXPERIÊNCIA DO PASSE

Entrada e saída do dispositivo do passe	135
A diversidade dos modos de entrada	136
Os dois tempos da saída	138
A entrada e a saída à luz do tempo lógico	139
Lógica do testemunho: precipitação de verdade e verificação de certeza	141
Fim de análise e saída do dispositivo do passe: em quê a saída não é um fim	143
Depois do passe: o desejo do analista e a transmissão	145
Lições clínicas do passe: I	149
Novos dados clínicos	149
Uma perspectiva de além-fim	149
Além da posição depressiva	152
A satisfação da saída	153
A saída posta em julgamento	153
A saída julgada pela conclusão	154
A saída julgada pelas metamorfoses do sujeito	158
Lições clínicas do passe: II	163
Introdução	163
Fenômenos e estrutura do fim de análise nos nomeados	166
Outras conjunturas de saídas da análise: modalidades de separação	167
O inconsistente, o incompleto, o indecidível e o indemonstrável	169
Bibliografia geral	173
Participantes da redação e da edição deste volume:	
Escolas e relatores	189

Prefácio

Até Lacan, distinguíam-se a análise terapêutica e a análise didática, a primeira, motivada pelo sofrimento do sintoma — tratava-se de curar — e a segunda, pela ambição de ser analista — aprendia-se a análise à própria custa, analisando-se. A própria demanda de análise dividia-se desde o início nessas duas vertentes.

A partir de Lacan, a análise é uma só:

1) Começa pelo sintoma, ou pelo que produz sintoma; o enigma que este representa para o sujeito leva-o a buscar sua solução junto a um analista; é assim que o significante da transferência articula-se com um dado analista entre outros, como um significante qualquer; tudo o que se diz a partir daí assume uma significação de inconsciente (“o sujeito suposto saber”). Essa relação inédita do significante com o significado constitui um verdadeiro algoritmo.

2) Ela pode interromper-se numa resolução curativa, se o sujeito se satisfizer com isso, se o analista concordar, ou por mil razões de natureza contingente.

3) Sucede ela ser conduzida a seu fim autêntico, a seu termo lógico — pois o algoritmo tem um princípio de suspensão. O que se dá está além da ordem terapêutica, é uma mutação que transforma o sujeito no que ele tem de mais “profundo”, e que está relacionado com o gozo. Essa relação, no que revela condicionar tudo o que produz sentido e significação para um sujeito, é chamada “fantasia fundamental”; seu desvelamento, sua “travessia”, não deixa de ter incidências na própria pulsão; a posição que resulta daí — a de um ser que já não é tapeado por sua fantasia, que, à semelhança de um iniciado, como que passa para trás de um véu, para trás da cortina de sua própria *Weltanschauung*, que vê seu próprio ponto cego — é a posição exigível do analista.

É essa a hipótese de Lacan. Ela é inseparável do instrumento destinado a testá-la — o procedimento do passe, onde o “novo homem” é convidado a fazer com que seja reconhecido por seus congêneres o que lhe aconteceu. Ei-lo que, da longa confiança que fez a um só, produz a matéria de um relato a dois “passadores”, escolhidos ao acaso e intimamente interessados nessa experiência, pois se trata de analisando que estão apenas se aproximando do limiar que ele pensa haver transposto. Estes, por sua vez, comunicam esse relato a um júri, que avalia e decide. Assim, o “passante” terá feito da história de sua vida e de sua análise “uma boa história”, que se espalha boca a boca, de conformidade com a estrutura do “chiste” esclarecida por Freud.

Será isso uma obra de ficção? A pergunta merece ser formulada, na medida em que cada passe, assim como o próprio conceito do passe, abriga um componente de inacreditável. Ele só se revela no inverossímil. Quando não viola as normas da crença racional, a certeza do já sabido, a trama da experiência comum, ele não tem interesse. O passante é um Marco Polo que retorna para dizer: “É assim.” Sem dúvida, mistura-se muita vez a isso um pouco de romance. Mas, se existe a surpresa, então podemos prever que o passante quererá explicá-la, e que com isso se verá conduzido a abrir novos caminhos para a psicanálise.

Introduzido por Lacan em 1967, o passe foi posto à prova em sua Escola; retomado após a dissolução desta na Escola da Causa Freudiana, está hoje prestes a ser introduzido em outras Escolas, na Europa e na América Latina, sob a égide da Associação Mundial de Psicanálise. É notável que as hesitações e os temores que outrora o acolheram tenham cedido lugar a um entusiasmo que transpõe a barreira das línguas. Sua experiência continua a parecer nova. É que ela se deve a um precursor.

Jacques-Alain Miller

Apresentação

A autonomia dos conceitos fundamentais da psicanálise (o inconsciente, a repetição, a transferência e a pulsão) em relação à psicologia, à medicina ou à filosofia constitui o motor de sua eficácia clínica. Nesse contexto, o fim da análise é um grande desafio, passível de retirar a credibilidade da experiência analítica inteira. Essa questão foi deixada de herança por Freud a discípulos já demasiadamente organizados numa sociedade hierarquizada para se aperceberem de seu alcance. A conclusão do tratamento é um objetivo que interessa ao analisando, mas que concerne também ao vínculo do analista com a psicanálise. Por isso mesmo, a formação analítica está implicada aí, e Jacques Lacan extraiu as consequências disso através de sua invenção do “passe” e de seu corolário, a Escola, que constituem o eixo da problemática da conclusão da análise e de sua incidência na comunidade analítica. A cisão de 1953, a fundação da Escola Freudiana por Jacques Lacan, em 1964, e a proposta de 1967 sobre o psicanalista da Escola foram escansões várias que atestaram uma vontade em ato, da qual o nascimento da Escola da Causa Freudiana, em 1980, e a instauração do passe no seio dela constituem prolongamentos.

Este volume, um dos dois documentos do VIII Encontro Internacional, realizado em julho de 1994 em Paris, mostra que o Campo Freudiano continua a se orientar por essas perspectivas.

Cada uma das Escolas da Associação Mundial de Psicanálise, já criada ou em vias de sê-lo, coordenou uma parte dos relatórios. O que se reteve aqui constitui o ápice de sua reflexão sobre os términos de análise, enquanto os dados circundantes da pesquisa e da leitura sistemática da literatura psicanalítica remetem ao outro documento do Encontro. Os efeitos dos ensinamentos do passe influenciam todos os trabalhos e se

estendem muito além da ECF, onde essa experiência tem-se efetivado há dez anos. Mas é nela que eles são mais visíveis.

Os Analistas da Escola (AE) em exercício elaboraram um texto em comum e cada um dos cartéis da dupla comissão do passe, pela primeira vez, redigiu um relatório, ao término de dois anos de seu mandato. A essas contribuições, diretamente saídas da experiência do passe, juntaram-se outras que concernem ao analisando como passante em devir, no sentido de que o passe está doravante inscrito no horizonte de cada análise. Aí constatamos o quanto as questões levantadas pelo ensino dos AEs e dos membros dos cartéis do passe, no contexto dessa prática institucional, fecundam a teoria da própria prática psicanalítica.

Essa diversidade de aspectos vivos, conforme os analistas, constata-se também no plano das Escolas — elas não se acham no mesmo ponto de desenvolvimento —, e cada uma celebra à sua maneira a descoberta da coisa freudiana.

Este volume reexamina o debate sustentado por Freud e seus discípulos, desde os anos vinte, sobre o fim de análise, e o conduz aos caminhos inéditos abertos pela experiência do passe.

Ele lembra como a importância conferida à fantasia pelos analistas ingleses, particularmente Melanie Klein, enriqueceu a reflexão sobre o desfecho dos tratamentos. E discorre sobre outros problemas cruciais — a abordagem diferencial das saídas de análise, as condições de instauração do discurso analítico como condição prévia a qualquer encerramento possível da experiência, e a crítica a uma conceituação das retomadas da análise (as famosas “tranches”) que supostamente esclarece os obstáculos a seu término — cujo eixo é o mesmo: a definição de uma conclusão da análise, de seu verdadeiro fim.

Espera-se do dispositivo do passe que ele acumule um saber sobre os modos de término da análise, não nos devendo surpreender a ausência de uma reflexão, no presente volume, sobre as finalidades da experiência na psicose e na psicanálise com crianças.

Cabe ao leitor julgar se é possível sustentar o desafio da difusão, para o grande público, das questões mais avançadas sobre o que condiciona a própria existência da prática da psicanálise. Trata-se de um cálculo coletivo, que concerne a uma experiência que desnorteia a estatística, uma vez que trata o particular caso a caso, um por um. Se ele quiser saber, uma bibliografia guiará esse leitor para os principais textos de Freud relativos ao término da análise e lhe fornecerá referenciais datados do ensino de Lacan sobre os fins de análise e sobre o passe.

A PROBLEMÁTICA FREUDIANA DA SAÍDA DE ANÁLISE

Os Anos Vinte: O Nascimento da Questão

A pressa de concluir de Freud

O problema do fim da análise, segundo Freud, foi objeto de uma interrogação muito anterior à redação de seu grande texto intitulado “Análise terminável e interminável”,¹ de 1937, que foi a conclusão dele.

Antes disso, pouco inclinado a se satisfazer apenas com os critérios de cura obtidos pela psicoterapia ou “tratamento anímico”,² Freud fez questão de determinar a especificidade do término do tratamento psicanalítico propriamente dito.

Com isso ele tinha em vista, acima da solução, um ponto em que seus próprios pacientes se detinham, de conformidade com a idéia de que o neurótico só se contenta com soluções imperfeitas. Todavia, por sua própria exigência, ele induzia a uma duração indefinida do tratamento, que diferentes inovações técnicas, surgidas na década de 1920, iriam empenhar-se em restringir: “Durante os primeiros anos de minha prática analítica, eu tinha extrema dificuldade em persuadir os doentes a prosseguirem em sua análise. Essa dificuldade deixou de existir há muito tempo e, agora, esforço-me ansiosamente por obrigá-los a parar o tratamento.”³

Essa confidência de 1913 é reveladora não apenas de um prolongamento da duração das análises nos anos de 1910-1920, mas também de um hiato entre o critério do término e a saída efetiva do paciente. Saindo demasiadamente cedo ou demasiadamente tarde do dispositivo, o paciente evidenciava uma defasagem entre, de um lado, sua própria avaliação subjetiva, seu “tempo de compreender”, e, de outro, o ideal de fim de análise conforme à própria lógica do tratamento.

Esse ideal, impossível de inscrever na realidade, é necessário, no entanto, na apreciação do avanço dos tratamentos, assim como para

apreender a razão de sua estagnação. Superando, ao longo da história da psicanálise, sua pressa de concluir, a fim de se deixar instruir pelo inconsciente, Freud trouxe retificações sucessivas às soluções até então adotadas em matéria de técnica analítica.

Ele soube fazer a síntese dos obstáculos que a clínica opõe a esse ideal de uma análise terminada, por completo e sem resto; ideal que um Ferenczi pretenderia inscrever como um saber absoluto, conquanto os resultados obtidos na clínica parecessem cada vez menos susceptíveis de se aproximar disso.

Ao contrário, foi esse obstáculo subjetivo ao término ou à cura que, em cada etapa do pensamento freudiano, fez-se objeto de uma nova investigação, enquanto se esfumava a idéia de um resultado terapêutico fixado de antemão.

Quer se tratasse da suspensão do recalçamento ou da amnésia infantil, da indolência do paciente ou da inércia do sintoma, da fixação na fantasia ou do compromisso entre o eu e o isso, a reflexão sobre o prolongamento das análises conduziu, nos anos vinte, à edificação do muro da resistência à psicanálise. Por fim, o masoquismo primário e a pulsão de morte acabaram por imprimir na psicanálise sua marca de “impossibilidade”.

Essas constatações, todavia, não avalizaram a tese favorável a uma análise que nunca termina, mas alimentaram, ao contrário, uma reflexão sobre o conceito de fim de análise, sejam quais forem as dificuldades para se chegar a ele.

Quanto ao período abarcado pelas saídas prematuras, no dizer de Freud, ou seja, das primeiras análises da histeria até cerca de 1910, impõe-se visivelmente, *a posteriori*, a pressa de concluir: o inconsciente manifestou-se nelas como impossível de suportar, tanto na transferência negativa ou *acting out* quanto nos efeitos intempestivos que consistem na cura pelo amor.

Entretanto, essa inconclusão produziu-se com o assentimento do próprio Freud, que tendia a identificar o fim da análise com a resolução do enigma do sintoma, à maneira da decifração de um sonho. O reconhecimento da representação patogênica equivalia, pois, à suspensão do recalçamento: o exemplo mais comprobatório nesse sentido foi fornecido por Elisabeth von R., cujo tratamento terminou em 1882: “A primeira análise completa de uma histeria.”⁴

Todavia, mesmo nesse caso simplificado, em que a realidade do sintoma pareceu dissolver-se através da análise do nó de significantes, persistiu um resto que sublinhou a distância entre cura e conclusão. A

paciente, com efeito, jamais admitiria a interpretação crucial de Freud concernente a seu amor pelo cunhado. E com justa razão, já que a interpretação desconheceu a distinção essencial entre amor objetual e identificação com o desejo do outro, ou seja, nesse caso, o papel mediador da relação da irmã com esse homem. Na verdade, era essa relação que sustentava como insatisfeito o desejo da paciente, um desejo que se consumava nessa sujeição ao desejo do outro.

Mas Freud, modesto no que concernia aos resultados obtidos, julgava compatíveis o término do tratamento e uma relativa persistência do sintoma. A indiferença em relação a este elevou-se então a uma segunda potência, que ele justificou com o célebre preceito dos *Estudos sobre a histeria*: “Transformar o sofrimento neurótico em infelicidade comum.”⁵ Assim, a ab-reação, suplência provisória da *Durcharbeitung* [perlaboração], permaneceu indefinida.

Podemos tirar as mesmas conclusões do caso de Lucy R. Quando Freud lhe perguntou, no final, “A senhora continua amando seu patrão?”, ela respondeu: “É claro que sim, mas isso já não me incomoda. Somos livres para sentir e pensar o que quisermos.”⁶

Essa “liberdade” de julgamento certamente antecipou o *Urverteilung*, o juízo de condenação que, quase trinta anos depois, iria transformar-se na “negação”, isto é, na “aceitação intelectual do recalçado enquanto persiste o essencial do recalçamento”.⁷

É verdade que se pode tomar por modalidade de fim da análise uma relação com o sintoma que difira da queixa. Lacan evocou isso no “saber haver-se com o sintoma”.⁸ Entretanto, essa solução exige que se esgotem todas as coordenadas históricas e significantes deste último, sobretudo sua elaboração na transferência, o que está longe de acontecer aqui. Por outro lado, está claro que Freud foi muito mais exigente quanto aos critérios do término depois de haver identificado o componente masoquista da neurose e, particularmente, mais além do amor infeliz, a compulsão à infelicidade.⁹

Mais tarde, em 1901, o fim da análise de Dora deu margem a um outro tipo de curto-circuito, pelo qual se admite que Freud foi parcialmente responsável.¹⁰ Lacan mostrou, em particular, como poderíamos tomar a transferência de Dora como estando relacionada com o desejo de Freud.¹¹ Os efeitos de doutrinação, de fato, não deixaram de ter a ver com as duas saídas prematuras, testemunhas de um apelo à interpretação da transferência. Os sinais positivos de transferência eram patentes, contudo, sobretudo por ocasião do retorno de Dora ao consultório de Freud: ela acabara de saber de sua nomeação como catedrático... Mas

Freud não discerniu a disjunção entre sua pessoa e o novo lugar que o saber lhe conferia; ao mesmo tempo, não deu nenhuma indicação da falta que ela podia constituir-se para ele, identificando-se mais uma vez com o senhor do desejo. Esse erro somou-se ao outro, bastante conhecido, concernente ao objeto amoroso que não convinha.

Esses dois impasses da interpretação, que no entanto foram decisivos para a saída, seriam severamente julgados pelo próprio Freud, primeiro em suas *Conferências introdutórias sobre psicanálise*, de 1917, em que ele abordou a questão crucial da dissolução da transferência,¹² e depois nos anos de 1920-1925, quando a disjunção entre o fim da análise da histeria e o sucesso da relação sexual foi considerada à luz dos novos dados relativos à sexualidade feminina.

O obstáculo da fantasia

Com o aprofundamento da teoria das pulsões, através dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* e da descoberta da “fixação”, a consideração da fantasia abriria um novo caminho para a interpretação, ao mesmo tempo que dissociaria os problemas relativos ao sonho e à transferência. O exemplo do “Homem dos Ratos” ofereceu o primeiro modelo de um final de análise irredutível à decifração de um sonho.¹³

A análise da fantasia sádica foi preponderante. A partir daí, a elucidação dos sintomas não mais se confundiu com a decifração das formações do inconsciente que identificam a estrutura do sintoma com a estrutura do sonho.

O mesmo se deu em relação à transferência, fenômeno a que Freud dedicou numerosos artigos nos anos de 1910-1915. A face de resistência e de repetição foi acentuada, levantando problemas específicos de interpretação que retardam o momento da saída.

Essa reformulação dos problemas clínicos foi retomada, na esteira dos *Três ensaios*, por dois estudos “literários” da mesma época, cuja importância clínica não é menor do que a análise do “Pequeno Hans”, a saber, a “Gradiva”, em 1907, e “Leonardo”, em 1910. Todos os dois, à sua maneira, concentraram-se na imagem e deram uma consistência imaginária à lembrança. A análise passou então a se orientar para a extração desse elemento imaginário a que o sujeito se “fixa” e no qual o desejo encontra sua origem indestrutível.

Mas, enquanto a fantasia histeria parecia ter que se resolver num nó edipiano, a inércia da fantasia pareceu, a partir daí, exigir outras

alavancas de decifração. Foi o caso da vida amorosa de Harnold, cativo da “imagem de pedra de uma mulher, a única capaz de arrancar nosso arqueólogo de sua aversão ao amor”.¹⁴

Esses elementos, menos correlacionados com o sentido edipiano do que com a pulsão inibida, puseram em jogo o complexo de castração, cuja importância, enfim, se tornaria central com a análise do “Pequeno Hans”. No relatório dedicado ao fim da análise de Hans, leremos o benefício que se pode extrair dessa observação concernente a essa primeira concepção da resolução da castração.¹⁵

Neste ponto, podemos, seguindo Lacan, fazer algumas ressalvas quanto a essa hipótese; Hans, na verdade, não cedeu em nada em sua reivindicação de gerar filhos. Esse traço identificatório feminino deixaria vestígios em sua vida sexual, colorida por um intenso pendor para a simulação e para o fetiche.

Como confirmou a vida sexual de Hans, portanto, a fantasia do bombeiro não foi resolutiva no que tange à simbolização da castração.¹⁶ Ou seja, a suposta rapidez das análises da época relacionava-se com uma subestimação, não da fantasia propriamente dita, como podemos ver pelo bombeiro de Hans, por exemplo, mas da resistência dessa fantasia à interpretação, enquanto não se expõe às claras uma opção de gozo, ou seja, o modo como se regula, para o sujeito, sua relação com o significante mestre de seu gozo, bem como a inscrição deste do lado homem ou mulher.

O estudo sobre “Leonardo”¹⁷ contribuiria à sua maneira, um ano depois, para a elucidação da fantasia homossexual, não mais como um componente exclusivo da sexualidade infantil, em estado de sobrevivência anacrônica, mas como identificação do sujeito com o significante do desejo materno: fruto de uma nova experiência de sedução, não pelo pai, mas pela mãe, essa fantasia foi o prelúdio para uma teoria da perversão determinada pela castração materna. Na década de 1920, Freud veria melhor o obstáculo que a perversão constituía para a análise.

Mas foi sobretudo a elucidação da estrutura obsessiva, com sua relação particular com o tempo e com a morte, que derrubou as certezas até então adquiridas no tocante à duração das análises.

A reavaliação das dificuldades da análise das obsessões só se deu com o reconhecimento da regressão e, no plano conceitual, com a hipótese da pulsão de morte. Antes disso, Freud descobriu a “escola de sofrimento” que foi a transferência do “Homem dos Ratos”, conjugada com o ponto de horror da fantasia sádica — outros tantos fatos clínicos

novos, que só cederam parcialmente à interpretação, deixando ainda enigmático o resíduo da culpa.

Nessas condições, depois de Lacan, ficamos surpresos com a certeza de Freud ao considerar seu paciente curado: a fantasia dos ratos, podridão que sustentava um traço identificatório do sujeito, só foi parcialmente atravessada. Além das identificações com um personagem do drama familiar, persistiu uma relação com a mulher na qual a morte parecia ser a mediação obrigatória. Também nesse caso, o complexo paterno, reduzido à ambivalência, não pareceu suficiente para conjugar os nomes da mulher. Acaso essas núpcias com a morte, que a esterilidade de Gisela sancionou numa relação impossível com a mulher como mãe, não seriam o real que era preciso surpreender, “uma coisa cuja incidência original foi marcada como traumática”?¹⁸

Assim, a atividade de ciframento a que o sujeito se prestava com o nome da noiva, o enxovalamento do significante a que isso dava margem, os jogos com a letra e com o sentido, estavam realmente a serviço da pulsão de morte, onde seu desejo se anulava. Não decorriam exatamente do erotismo sádico.¹⁹

Tocar nesse real da pulsão de morte pelo puro artifício significante teria sido o impossível com que Freud se confrontou, à luz da surpresa, dez anos depois.

Entretentes, para o “Homem dos Ratos”, o encontro com o destino supriu a ausência dos sintomas aparentes de culpa. Aliás, se examinarmos as últimas sessões da análise, constataremos a sobrevivência de sintomas inquietantes, como a personalidade cindida em três; ainda que essa divisão subjetiva não tivesse a menor relação com a psicose, nem por isso a dilaceração do sujeito deixava de revelar a persistência da tendência ao suicídio.

A degradação de que o saber do Outro foi objeto, sua intolerância para com o significante do Outro, revelou-se ainda nos insultos dirigidos a Freud até o fim. É verdade que essa subestimação da própria lógica da fantasia obsessiva, em prol de seus componentes históricos e edipianos, não foi a última palavra de Freud.

Pouco depois de 1913,²⁰ a descoberta da fixação na fase sádico-anal, perfeitamente compatível com o narcisismo feroz do obsessivo, desenvolvido na mesma época, veio questionar a evolução das fases da libido e o otimismo terapêutico que acompanhavam a idéia de uma análise como pós-educação. A fortaleza do narcisismo afigurou-se inexpugnável.

Ao contrário, foram a sobrevivência dos estágios pré-genitais no

adulto e a fixação da pulsão num modo arcaico de gozo que tornaram obsoleto o fim da análise através da suspensão da amnésia infantil.

Foi sobretudo em 1915 que Freud, em sua *Metapsicologia*, fez o prognóstico da neurose obsessiva, caracterizando-a pelo fracasso das formações defensivas, sobretudo reativas, e também pelo surgimento da fantasia na consciência.²¹

A partir daí, as considerações sobre o real da pulsão se tornariam preponderantes na apreciação que Freud faria das chances do tratamento psicanalítico.

Os anos vinte propriamente ditos

Os anos de 1915-1920 deram lugar a uma série de artigos dedicados à transferência, à direção do tratamento e, acima de tudo, à resistência. Lacan mostrou que, durante esse período, Freud confrontou-se com a questão do narcisismo. Essas primícias da segunda tópica, tornadas necessárias pelas dificuldades encontradas na clínica, dariam origem à chamada nova estratégia de reforço do eu. No entanto, esses artigos são ricos em indicações sobre as modalidades de saída da análise e estão longe de limitar o debate apenas a essa prescrição.

Muitas dessas indicações podem ser consideradas como a repercussão, no plano doutrinário, dos impasses encontrados na análise do “Homem dos Lobos”.²²

Essa análise comprovou, mais uma vez, que a cura do sintoma é enganadora; apressada demais, ela dissimula um certo número de fenômenos residuais e, em especial, a resistência transferencial que é prelúdio de uma transferência interminável: é então que as recaídas e as recidivas deixam transparecer o fato de que os pacientes se curaram por “amor ao salvador”.²³

Por isso, o “acossamento dos fenômenos da transferência”²⁴ levou a reconsiderar a duração das análises em função da *Durcharbeitung*. Esse trabalho suplementar exigido do inconsciente, e como que extinto no amor, levanta problemas técnicos difíceis e não permite nenhuma antecipação de seu fim.

A análise da transferência é necessária, pois, tanto para assegurar a independência do paciente, que a transferência mantém numa dependência parental, quanto para permitir o desligamento da libido, desde então livre para novos investimentos.²⁵ Foi assim que, na história da psicanálise, a análise do material significativo propriamente dito cedeu

lugar à análise das resistências e do caráter, aparentemente justificando iniciativas técnicas arriscadas; mas estas tiveram o mérito de trazer à luz, através do desejo de saber do psicanalista, os critérios de término e a resposta do neurótico a essa exigência.

A mais célebre delas, a técnica ativa de Ferenczi,²⁶ constatou a inércia do sintoma e uma relativa impotência da interpretação, quando esta visava apenas ao restabelecimento da história infantil. A repetição como ato e na transferência requeria uma intervenção homogênea a essa realidade. Em 1918, no congresso de Budapeste, Freud colocou-se a favor dessa técnica, ao menos provisoriamente. Os dois haviam-se confrontado com um processo de ritualização da análise na neurose obsessiva.²⁷ Pouco depois, em 1919, com a retomada da análise do “Homem dos Lobos”, colocou-se o problema da eternização da transferência. Despontou a idéia de encerrar os tratamentos mediante uma espécie de pressão temporal, fixando um término para a análise.

Mas essa história, que se escalonou de 1918 a 1932, ano das *Novas conferências*, precisa ser reconstruída em detalhe.

Freud e Ferenczi: história de um mal-entendido

Os anos vinte caracterizaram-se, sobretudo entre os alunos de Freud, pela análise do eu, das defesas e do “caráter”. Em 1928, W. Reich celebrou-se por sua *Análise do caráter*.²⁸

Todavia, o interesse de Ferenczi pelos estágios de evolução do eu colocou-o na vanguarda de uma reflexão sobre a resistência e sobre a inovação técnica que deveria permitir superá-la. Assim, ele comentou que o narcisismo podia limitar “a influência da análise no paciente, em particular porque o caráter, em geral, ergue-se como uma muralha que barra o acesso às lembranças infantis”.²⁹

Portanto, os problemas relativos à interpretação passaram a ficar subordinados a uma energética do gozo: a libido, investida nos traços de caráter mais rígidos, só cederia quando “se consegue levar o paciente ao que Freud denominou de temperatura de ebulição do amor transferencial”.³⁰ A chamada técnica ativa deveria, entre outras coisas, contribuir para a realização dessa alquimia.

Podemos supor que a interpretação energética da resistência em Ferenczi, que daria margem a uma certa reabilitação da catarse, dez anos depois, já não concernia à análise do inconsciente.

Em Freud, durante esses anos em que se elaborou a teoria do eu,

foi o complexo de castração que se tornou central, a partir do momento em que a questão passou a ser impulsionar a análise além da resistência do narcisismo. No “Homem dos Lobos”, constatamos como essa resistência é dependente da recusa da feminilidade. Portanto, ficamos em condições de compreender por que o sujeito pode se agarrar a seu sintoma: é para evitar um confronto com a angústia.

Assim, após a publicação do “Homem dos Lobos”, em 1918, construiu-se uma nova concepção da angústia, que iria encontrar seu ponto de acabamento em 1926.³¹

Nos anos vinte, o interesse de Freud pelo homossexualismo masculino e pela paranóia atestou, ainda, a incidência das questões levantadas pelo “Homem dos Lobos” no tocante ao amor pelo pai.

Em termos mais gerais, a experiência ensina que é nos próprios sintomas que o sujeito encontra suas satisfações substitutas. Quando se pretende pautar o tratamento na supressão deles, o sujeito sempre encontra substitutos, outras ersatz. Levando-se em conta a plasticidade da libido, é conveniente impedir qualquer desperdício, e esse princípio de economia, idêntico ao princípio da abstinência, justifica a seguinte crueldade da análise: “Devemos zelar para que os sofrimentos do doente não se atenuem prematuramente de maneira acentuada.”³²

Assim, a necessidade de manter a pressão, isto é, de não satisfazer a demanda, implicou que já se transcendesse, nessa época, a simples visada terapêutica. Foi por isso que, nesse ano de 1918, Freud avalizou o emprego da técnica ativa — pelo que se deve entender, ao mesmo tempo, tanto as prescrições positivas quanto as proibições explícitas, que supostamente limitariam os riscos de uma passagem ao ato.

No tocante à fobia, fazia muito tempo que Freud vinha notando, ademais, que os sujeitos “são incapazes de nos trazer todo o material de que necessitamos para curá-los de sua fobia enquanto se sentem protegidos pela manutenção dela”.³³

De resto, a exigência do fim da análise opõe-se a qualquer solução conciliatória. Freud tomou os exemplos de saída pelo amor, em que o encontro fortuito com o sexo oposto leva a um curto-circuito: “O paciente, parcialmente curado, às vezes envereda também por um caminho mais perigoso, como faz, por exemplo, o homem que entra levianamente em qualquer ligação amorosa. Observe-se de passagem que os casamentos infelizes e as enfermidades físicas constituem o desfecho mais comum das neuroses. Eles satisfazem muito particularmente ao sentimento de culpa (necessidade de punição), que faz com que tantos neuróticos se agarrem tão obstinadamente a sua doença. Eles punem a si

mesmos fazendo casamentos despropositados, consideram as longas moléstias orgânicas como um castigo imposto pelo destino e, depois disso, freqüentemente renunciam à continuação de sua neurose.”³⁴

As advertências ou as proibições tiveram por efeito, portanto, um prolongamento do tratamento, em vez de sua aceleração, consistindo seu objetivo no desnudamento do conflito inconsciente, que só se produz no tempo necessário. Esse processo de longa duração foi sugerido pela própria concepção do deslocamento dos sintomas, que trocam indefinidamente um gozo por outro.

A Ferenczi, já partidário do absolutismo terapêutico em 1910, Freud escreveu: “Parece-me que, no que concerne à influência das pulsões sexuais, não podemos chegar a outra coisa senão a permutações, deslocamentos, e nunca à renúncia, à desabituuação, à resolução de um complexo.”³⁵ E acrescentou: “É um segredo absoluto”, como que para não levar a comunidade ao desespero. “O homem não deve querer exterminar seus complexos, mas entrar em acordo com eles.”³⁶ Vemos que esse minimalismo terapêutico tinha que encontrar seus limites na análise interminável.

A resolução de Ferenczi de tomar a resistência e o caráter como material resultou, na verdade, da seguinte constatação feita por Freud: “Nosso ganho terapêutico é um lucro de troca, como o de João Sortudo. Só com a morte, certamente, é que o último bocado cai no poço.”³⁷

Não obstante, constatamos que essa técnica, induzida pela fobia, seria aplicada à histeria no ano seguinte, 1919, e depois à neurose obsessiva, com um toque mais interditor. Ela visou, na histeria, a fazer surgir a angústia mascarada pelo sintoma, mais do que a ajudar na verbalização; esperava-se muito mais interromper a fantasia masturbatória do que interpretar o sintoma como mensagem dirigida ao outro.³⁸

Fica bem clara a idéia, portanto, de que essa técnica opunha-se à associação livre e à liberdade de deslocar o gozo: “Trata-se também de erguer diques contra as vias inconscientes e habituais de escoamento da excitação.”³⁹ Mas, se a atividade intervém para interromper um processo que a própria análise contribuiu para pôr em andamento, não se estará correndo o risco de apagar o inconsciente como estrutura de linguagem?

A análise absoluta

Ferenczi aparece na história, portanto, e não sem motivo, como defensor de uma limitação, menos da duração das análises do que das possibilida-

des de simbolização, em benefício da descarga e da repetição do trauma. Essa tese desembocaria, como sabemos, nos graves desvios de 1924, quando, por ocasião de sua associação com O. Rank, Ferenczi subscreveu o trauma do nascimento como o real além do simbólico constituído pelo complexo de Édipo.

No plano da técnica analítica, de fato, antecipando-se à neocatarse já em 1924, Ferenczi afirmou que, na técnica psicanalítica, “o papel principal parece caber, portanto, à repetição, e não à rememoração”.⁴⁰

No entanto, esse retorno ao real do trauma, que serviu a ambos para desconhecê-lo, foi indicador de um problema verdadeiro: Freud, descrevendo a libido como essencialmente plástica e apta a todas as equivalências simbólicas, justificava antecipadamente a associação livre como infinita e interminável. Não se via mais onde nem como parar.

Contudo, o interesse suscitado pela técnica ativa não se resumiu em manobrar o escoamento da energia libidinal em favor de uma genitalidade liberta da fantasia. Não se pode proibir o amor transferencial. Ora, este, à semelhança dos “maus hábitos sexuais”, pode tornar-se um mau hábito, quando cria uma “tendência a se ficar instalado na análise como que pela vida inteira”.⁴¹ Existe um perigo de acostumação à análise que, nos anos vinte, foi evidenciado pelo alongamento das análises e pelas satisfações manifestas que o sujeito esperava da transferência. Por isso é que, mais do que evocar os critérios de análise em função do sintoma e da fantasia, Ferenczi foi um ardoroso defensor da análise da transferência como desabitução: “Em vez de fixar um prazo para o tratamento, eu esperava que o paciente perdesse qualquer esperança de satisfações reais na situação analítica e que a atração da realidade externa suplantasse a transferência, tornada desinteressante.”⁴²

Esse texto tem o mérito de levantar o problema da transferência em função da demanda atual de satisfação, e não apenas a partir do passado; mas, ao descrever a transferência oriunda da fantasia como oposta à realidade, Ferenczi desconheceu o lugar do Outro no pacto de fala, coisa à qual, no entanto, ele era sensível, como demonstra sua prática.

Essa renúncia progressiva às ilusões acarretou, pois, uma concepção do fim como reabsorção progressiva do imaginário, enquanto a questão da angústia foi remetida às origens da humanidade, no exato momento em que Freud centrava o fim da análise na dívida para com o pai e no complexo de castração.⁴³ Em vista dessas exigências, o fim da análise, segundo a metáfora de Ferenczi, deveria levar a “vestir uma roupa nova”.⁴⁴

Uma exigência tão elevada quanto esta não poderia realizar-se, a partir daí, sem um prazo ilimitado. Não obstante, o fim da análise não foi comparado a um esgotamento assintótico nem à impossibilidade de transpor um obstáculo. Ferenczi era partidário de uma análise completa do caráter, de uma “estrita separação entre a realidade e a fantasia”, entendendo-se esta última como um remanescente da infância.⁴⁵

É verdade que esse radicalismo explicou-se pela exigência, nessa época, de analisar “a fundo” o analista. Convinha que a análise didática fosse levada a um ponto em que o sujeito pudesse elaborar sua resistência ao tratamento como um traço simbólico de sua relação com o outro, o que pressupunha a análise da transferência em todos os seus estados, sobretudo a da transferência negativa. Sabemos que, nesse aspecto, Ferenczi considerava que Freud não o havia analisado a fundo, e com razão: afinal, o que Ferenczi tomou por resistência caracterológica, esse não ceder diante do outro, não querer dever nada a ninguém, não foi justamente o que sua teoria desconheceu até o fim, o obstáculo da castração? A reivindicação amorosa de que Freud foi objeto, inclusive nas manifestações derradeiras do despeito amoroso, foi prova disso. Portanto, foi antes um traço próprio da posição feminina que se exprimiu na raiva transferencial de Ferenczi.

Quanto a esse aspecto, fazia tempo que Freud considerava excessivas as reivindicações de Ferenczi, quer fossem de ordem doutrinária, quer se manifestassem pelos pedidos exorbitantes em relação a Freud, como o de fidelidade absoluta e a exigência de que ele dissesse a verdade acima de tudo.⁴⁶

Assim, depois de ter querido, no ano de 1914, tratar às machadadas o problema da “desabituação”⁴⁷ da análise, ao término do “Homem dos Lobos”, e portanto, de haver apoiado momentaneamente certas medidas criadas para limitar a duração do tratamento, Freud renunciou a isso, em razão de sua exploração do complexo paterno. O componente amoroso do complexo, no decorrer dos anos de 1917-1927, pareceu-lhe de ordem quase religiosa.⁴⁸

À luz da recém-publicada correspondência Freud-Ferenczi, podemos hoje ter uma dimensão dessa submissão filial a Freud, com as reviravoltas que ela induziu em torno de 1924 e, em seguida, pouco antes da morte de Ferenczi. Assim, aquele que terá sido o primeiro dos analistas a exigir a análise do analista, bem como o grande teorizador da posição subjetiva do analista,⁴⁹ não demonstrou, no tocante a si mesmo, a existência de uma travessia consoante com um certo ideal de passe que ele contribuiu para formular.⁵⁰ É verdade que esse “passe falho” tornou

sensíveis os problemas cruciais do fim da análise, no ponto em que o desejo de saber pode ir contra a verdade do sujeito.

Essa subestimação do complexo de castração em muitos dos discípulos de Freud, os mais célebres dentre estes sendo Rank⁵¹ e Ferenczi, encontrou sua razão suplementar no recalçamento teórico de que foi objeto a sexualidade feminina, geralmente assemelhada aos distúrbios da genitalidade. Freud, como sabemos, dedicou-lhe numerosos trabalhos nos anos de 1918 a 1932, não sem repercussões sobre a doutrina do fim do tratamento.

A sexualidade feminina: incidências no fim da análise

A década de 1920 caracterizou-se pelo avanço de Freud no tocante ao destino da sexualidade feminina e pelas novas conseqüências impostas ao fim da análise pelo reconhecimento da “feminilidade”.

Os problemas ligados à “resistência” parecem colocar-se de um modo específico para o sujeito feminino. Por tê-los desconhecido, Freud foi castigado por fracassos: os de maior repercussão foram os de Dora e da jovem homossexual,⁵² tendo havido com a primeira uma ruptura e, com a segunda, uma transferência negativa.

É costume imputarem-se ao próprio Freud esses malogros, aos quais ele foi conduzido tanto por seus preconceitos sobre a mulher quanto por seu desconhecimento da estrutura histórica, notadamente em sua dialética do desejo. Assim, é possível confrontarmos as saídas efetivas da análise com o modo de direção desta numa dada época, e Freud considerou que não manobraria da mesma forma numa época posterior. Todavia, os dados clínicos acumulados dão conta de dificuldades que são características do fim do tratamento.

Sem dúvida, podemos considerá-las independentemente da direção da análise, a qual, naturalmente, deve tirar conclusões delas.

O período de 1915-1925 ressaltou três dados cuja incidência nas análises só seria finalmente isolada em 1937, em “Análise terminável e interminável”. Tratou-se, antes de mais nada, da relação pré-edipiana com a mãe, ou, como diz Lacan, da devastação da relação materna, cujas vicissitudes, em última instância, levam à “recusa da feminilidade”.⁵³

É claro que, se fixarmos como horizonte da análise a assunção “do tipo ideal de seu sexo”,⁵⁴ alguns dados muito freqüentes, como a identificação viril, a frigidez e a angústia da maternidade, hão de se opor, como sintomas da *Penisneid* [inveja do pênis], a esse desenlace. Se considerar-

mos que o Édipo freudiano forneceu, durante mais de vinte anos (1900-1920), o contexto para tal concepção do fim da análise, a descoberta do pré-edipiano e, em geral, da relação da mulher com a mãe recolocou em questão o ideal de fim do término pautado no sucesso da relação sexual.

Ademais, em se tratando da transferência, tanto as saídas precipitadas quanto as recaídas assinalam, além de fracassos terapêuticos, a emergência da “angústia da perda do amor”. A evidenciação desse elemento, tido por Freud como equivalente ao complexo de castração na mulher em 1926, anunciou uma nova dificuldade, irredutível à suspensão do recalçamento ou da conversão. Quanto à assunção do Édipo feminino, o caráter assintótico de seu término não pode servir de modelo de conclusão da análise, a menos que se reserve a possibilidade de ela ser igualmente interminável.

Esse, no entanto, foi o caminho seguido por Freud, quando ele considerou que a reivindicação fálica da menina, inesgotável, só podia deslizar metonimicamente pela equação pênis, filho, homem — outros tantos objetos de satisfação compensatória de sua falta.⁵⁵ A análise como tal nada poderia fornecer de equivalente. Com efeito, a elucidação do determinismo inconsciente é uma coisa, mas o registro do ter e da falta, que predomina na análise da feminilidade, é outra. Nesse campo, a psicanálise permanece impotente.

A vertente edipiana do amor, por sua vez, nada garante de uma transferência do pai para o homem: a demanda de amor dirigida ao pai, incondicional, revela-se, na neurose, tão indestrutível quanto o desejo, justamente na medida em que vem supri-lo.

O Édipo feminino, portanto, na conclusão das *Novas conferências*,⁵⁶ aparece mais como a solução de um problema do que como um momento a ser ultrapassado. Assim, o término da análise não pode inspirar-se nele, na medida em que o ideal paterno continue intacto. Esse ideal, com efeito, é passível de barrar o acesso a um homem, por comandar o sinal de angústia a que o recalçamento obedece.

Entretanto, esse avanço de 1926 no tocante à angústia teve pouco desenvolvimento; a questão do falicismo feminino, transformada em objeto de controvérsias na década de 1930, passou a nortear, não sem confusão, o debate sobre o fim da análise.

A dificuldade causada nesse aspecto pelo fim da análise foi herdeira das diferentes interpretações dadas à fase fálica. Mas o declínio desta, se é que é possível, deixa um resíduo de que se alimentam todas as formas femininas de insatisfação.

Hélène Deutsch deixou claro como seu sentimento de depressão,⁵⁷

ao término de sua análise com Freud, apelava para a superação de sua identificação com o pai.⁵⁸ Impulsionada por Ruth Mack Brunswick, a análise de sua relação pré-edipiana com a mãe é que foi convocada para reabsorver o resto deixado pela análise do complexo de Édipo.⁵⁹

Assim, a conclusão da análise continuou na dependência de uma teoria evolucionista, na qual a maturidade do sujeito seria conquistada pela travessia dos estágios e pelo recuo das fixações. Nessas condições, a análise de uma fantasia, sobretudo masoquista, seria resolvida na relação objetal, sem maior referência à lógica da fantasia. Na vertente oposta, Karen Horney, em sua crítica da fase fálica, negou à categoria da “falta” qualquer consistência passível de esclarecer o fim da análise; nenhuma subjetivação de uma falta seria visada na conclusão.

Se a feminilidade era originária, a neurose concerniria à feminilidade inibida (*Weiblichkeit gehemmt*). Assim, a análise teria apenas que descobri-la, sob a roupagem das identificações compensatórias de um sentimento de inferioridade imposto pela ordem fálica: uma espécie de protesto viril às avessas. O fim da análise coincidiria, pois, com a retificação de um preconceito.⁶⁰

Em suma, esses diferentes modos de saída atestaram as dificuldades de se apreender o sentido da reformulação, no correr da década de 1920, das concepções freudianas da sexualidade feminina; o obstáculo da castração concerniu também aos limites históricos e subjetivos da transmissão.

Consequências sobre a direção da análise: obsessão e histeria

A assíntota obsessiva

A partir de 1924, após a descoberta da pulsão de morte e, em seguida, a reavaliação do masoquismo, o caráter interminável das análises dos obsessivos dissipou qualquer ilusão sobre a conveniência de abreviar a duração do tratamento.

Freud, que vinha notando desde muito tempo o caráter “assintótico” do final da análise,⁶¹ voltou a esse tema em 1918, num contexto favorável à técnica ativa de Ferenczi; tratava-se, de fato, de intervir especificamente nas resistências obsessivas, pois essa neurose transformava a análise num novo ritual: “Nos casos graves de atos obsessivos, a espera passiva parece ainda mais contra-indicada. De fato, esses casos geralmente tendem para um processo ‘assintótico’ da análise, para um prolongamento interminável do tratamento.”⁶²

A inércia então constatada já não foi atribuída, como na década de 1900, aos aspectos positivos da transferência; naquela época, Freud havia acreditado que “a aparente duração infinita de seu tratamento é uma coisa normal, que se prende à transferência”.⁶³

A ênfase, de fato, já não foi a mesma nessa ocasião: recaiu sobre a inércia psíquica, a viscosidade da libido e, especialmente em Abraham, sobre o caráter obsessivo.

Constatou-se que os traços clássicos do caráter obsessivo contribuíam, na própria análise e na transferência, para entravar a marcha do tratamento. A obstinação, a arrogância e a presunção inquietante do obsessivo encontrariam na própria análise um novo alimento.

Em 1919, em seu artigo sobre “uma forma particular de resistência neurótica ao método analítico”,⁶⁴ Abraham destacou como a dúvida, num dado momento, vem incidir sobre a própria psicanálise. Sucede a determinado paciente começar a duvidar da competência de seu analista, querer tomar o lugar dele ou se identificar com ele, “adotando os mesmos interesses e gostando de se ocupar da psicanálise”. Essa súbita inclinação pelo saber, transformado em pivô de uma rivalidade, coloca o analista em apuros: “Eles afirmam que a ciência se enriquecerá particularmente, graças a sua análise”, ou então: “Eles têm um espírito de contradição e sabem fazer da psicanálise uma briga de palavras, um debate sobre quem tem razão.” Certo paciente “compreendia a psicanálise melhor do que eu, já que era ele, e não eu, que tinha essa neurose”. Outro “fazia da psicanálise objeto de ruminações e dúvidas. Atormentava-se, entre outras coisas, com uma dúvida sobre quem tinha razão, se sua mãe ou Freud”.⁶⁵

Essa situação cômica não é, necessariamente, reflexo de uma direção da análise favorecedora da relação dual. Podemos confiar em que Abraham mantinha a dimensão simbólica do conflito; mas, afora as críticas que possamos dirigir a uma concepção demasiadamente estreita da rivalidade edipiana, é patente que os analistas da época não conseguiam situar o lugar do saber inconsciente e da suposição de saber na modalidade da transferência.

Por isso mesmo, Lacan assinalou como fator de resistência o dado novo dos anos vinte que foi a difusão da psicanálise: “Há uma relação entre a nova resistência com que ele [o psicanalista] depara e o fato de que o paciente de quem está cuidando vem propor-lhe, ele mesmo, as soluções, que agora circulam no domínio público.”⁶⁶

A coincidência do sintoma com o prolongamento da duração da análise é notável aí. O término impossível, gerado pela dúvida e pela

procrastinação, vem incluir-se no problema da transferência; a saída, por menos que seja analisada, é então “postergada *ad infinitum*”.⁶⁷ O tempo passa a servir de sintoma de maneira notável: com efeito, a neurose alimenta-se de uma prática em que a falta de garantia da verdade é objeto de uma insurreição permanente.

Foi somente em 1926 que Freud ficou em condições de estabelecer a ligação entre essa infinitização da transferência e o amálgama de satisfações pulsionais que estava em jogo. O sujeito gozava com seu sintoma,⁶⁸ tal era a tendência evolutiva da neurose obsessiva. A pulsão se permite manifestações cada vez mais francas e acaba por se infiltrar no eu e prescindir dos compromissos com a defesa.

Em *Inibição, sintoma e angústia*, de fato, Freud descobriu de que maneira os sintomas do isolamento e da anulação concernem à própria estrutura do ser do sujeito, à identificação impossível com seu desejo, a sua retirada do campo do Outro. Dir-se-ia que é o próprio sujeito que se anula.

É verdade que esse processo, fadado a se desenrolar à maneira de um parafuso sem-fim, foi descrito nesse texto fora da transferência. Mas vimos que a própria transferência pode vir a como que dar respaldo a essa estrutura. Por conseguinte, os recursos interpretativos são limitados, quando se trata de intervir nesse destino.

Foi por isso que os analistas da primeira geração puderam, na esteira de W. Reich, extrair consequências dessas novas formas de identificação, em especial o fato de que a personalidade do sujeito, como diz Lacan, “estrutura-se como o sintoma que ela sente como estranho”.⁶⁹

Pois bem, essa concepção, que “ficou clássica na análise”, foi acompanhada por uma iniciativa que diz respeito ao fim do tratamento, qual seja: “Fazer o sujeito considerar essa personalidade como um sintoma”.

Fim de análise e histeria

Com respeito à histeria, os problemas da saída da análise e de sua conclusão foram ligados, há muito tempo, à passagem ao ato, à depressão e às recaídas, e não apenas à extinção dos grandes sintomas, reconhecidos desde a época dos *Estudos sobre a histeria*.

Nesse aspecto, os anos de 1920-1930 foram ricos em reflexões sobre os novos dados, relativamente independentes da conversão, cons-

tituídos pela angústia, pelo homossexualismo feminino e pelo masoquismo. A atenção dedicada a esses fatos, à luz da segunda tópica de Freud, revela formas de identificação irredutíveis ao quadro estreito do romance familiar. O destino trágico, a repetição de experiências traumáticas e os rompimentos em série constituem um quadro caracterizado pelo que se chamou, na época, de neuroses sem sintoma, seguindo as neuroses do caráter. Nelas, é a própria existência do sujeito em sua relação com o outro que constitui sintoma.

A dificuldade dos freudianos da época teria sido sustentar a categoria de histeria, quando o conceito de sexualidade feminina, continente negro do pensamento, poderia englobar igualmente bem todas essas manifestações de insatisfação.

Abraham, na década de 1920, e Hélène Deutsch, em 1930, abordaram explicitamente as dificuldades relativas a esses pontos. O primeiro, como sabemos, ao distinguir o amor parcial do amor global, apoiou-se claramente na histeria, na qual a focalização do desejo gira em torno do pênis como objeto parcial.⁷⁰ Ao colocar em evidência não o narcisismo feminino, mas as fantasias de castração como obstáculos essenciais ao amor objetual, Abraham teve o mérito de recentrar a histeria na relação da menina com o homem. Todavia, tratava-se da castração... do outro, como é notório nos sonhos ou nas fantasias de sadismo oral. A passagem do objeto parcial ao amor global era sem dúvida o momento mítico, mas logicamente articulável, que constituía, para ele, o motor da conclusão. Inversamente, para a menina, o fato de amar o homem sem o pênis ou, ao contrário, de amar o pênis sem o homem assinalaria o obstáculo específico da análise da histeria.

Embora o ponto de vista dos estágios pareça-nos hoje inaceitável, devemos, ainda assim, avaliar o que comporta essa notação clínica em relação ao fim da análise. No comentário que Lacan dedicou a essas célebres páginas de Abraham,⁷¹ ele destacou que a relação especular com o homem satisfaz, na menina, a evitação de sua própria castração, tornando-a unilateral no parceiro. Por isso, essa impossibilidade de conjugar o falo e o homem é menos dependente de uma evolução das fases da libido do que da própria estrutura do desejo histórico, que se satisfaz com o homem morto ou o amante castrado.⁷² É verdade que, ao centralizar sua análise nas fantasias sádicas, Abraham não pôde realmente tirar partido das grandes descobertas de Freud da mesma época, concernentes à inveja do pênis e à identificação viril.⁷³

Por outro lado, o deslocamento do interesse até então incidente no sintoma para o amor na histeria levou muitos discípulos de Freud a

considerarem a dificuldade da análise a partir de outros fundamentos: ora os conflitos induzidos pelo “papel” feminino, em Karen Horney, ora o masoquismo da mulher e a paixão amorosa, em Hélène Deutsch. Na primeira, antes que ela se voltasse definitivamente para o feminismo nos anos de 1930-1940, a ênfase colocada na “necessidade neurótica de amor” como defesa contra a angústia levou a uma direção da análise ditada pelo ideal de independência e autonomia, enquanto desaparecia qualquer referência à falta fálica.⁷⁴

De maneira oposta, mas igualmente distante dos últimos artigos de Freud sobre a feminilidade, Hélène Deutsch nem por isso deixou de fazer uma contribuição importante para a clínica da histeria em seu artigo de 1930, “A neurose histérica de destino”.⁷⁵ Tomando por referencial não os sintomas clássicos, mas o *caput mortuum* da repetição das decepções amorosas, a grande especialista do masoquismo feminino propôs-se a inverter o curso de um destino escandido pela série fixações edípianas/culpa/sacrifício.

Sem querer intervir na significação autopunitiva do *acting out* que condenava uma jovem a fugir, tão logo um encontro com o homem se revelava possível, Hélène Deutsch tomou outra direção. Já cansada da interpretação edípiana padronizada, aliás flagrante nesse caso, ela destacou um irmão com quem a rivalidade intelectual era o pivô. À luz disso, a inibição das capacidades intelectuais da pessoa apareceu em sua tensão com o *acting out*. A partir daí, tomando uma certa liberdade em relação à ortodoxia da interpretação, Hélène Deutsch propôs dar apoio à ambição até então abafada de sua paciente, conferindo a si mesma o papel de mentora e orientadora de estudos. A resolução do conflito, sem prejudicar outras vicissitudes da libido, deu à analista o sentimento da “aliança terapêutica” como sendo algo superior à análise do inconsciente.⁷⁶

Esse benefício seria contestável, se não se tratasse, na realidade, de uma orientação da análise que deu à paciente acesso ao saber analítico. Na verdade, ninguém duvida de que o caso seja largamente autobiográfico.

Talvez possamos perceber aí uma certa articulação do saber inconsciente com o saber analítico, que Deutsch pôs em funcionamento de maneira selvagem, mas não sem resultado. Podemos igualmente ver nisso a consequência de uma dificuldade, na época, com o manejo do registro edípiano, como se a verdade do sujeito e, portanto, o fim da análise residissem na elaboração do pré-edípiano.

Por fim, apesar do interesse apresentado por esses casos de fim de análise, não podemos deixar de sublinhar o desconhecimento, nos anos

de 1920-1930, da orientação fundamental de Freud com respeito, ao mesmo tempo, ao complexo de castração e à fase fálica na menina, por um lado, e à pulsão de morte e à resistência terapêutica negativa, por outro. Esse desconhecimento deu margem a um otimismo terapêutico que é hoje surpreendente, à luz de uma concepção do real menos dócil ao simbólico.

Supereu, castração, reação terapêutica negativa

Durante algum tempo, Freud teve apenas uma compreensão como que psicológica da reação terapêutica negativa. Bastava estar-se familiarizando com os paradoxos da inibição e da autopunição para admitir que o sujeito nem sempre trabalhava no sentido de seu próprio interesse. Era o caso da recusa da cura.

Pelo menos, era possível acreditar que a psicanálise poderia ajudar num desenlace, entregando ao sujeito o sentido de seu sintoma: na esteira do complexo paterno, a dívida e a culpa.

Toda uma tradição interpretativa, brilhantemente defendida por T. Reik, em especial, pretendeu fazer com que o fim da análise coincidisse com tal revelação.⁷⁷ Já para Freud, nem o apoio de Shakespeare seria demais para explicar “aqueles que fracassam no sucesso”.⁷⁸ E havia também os que tinham êxito no fracasso. O recurso a Dostoiévski, em 1928, destinou-se a esclarecer os casos de cura acarretada por um infortúnio real. O sujeito, arruinado na realidade e havendo assim saldado sua dívida, suspendia uma inibição e se autorizava a realizar suas aspirações.⁷⁹

Poderia a psicanálise obter resultados equivalentes por meios menos ferozes — numa palavra, pela interpretação? Freud começou a duvidar disso em 1923: nessa ocasião, em “O eu e o isso”, ele constatou que nem a oposição ao médico nem os lucros da doença bastavam para dar conta de um fator de inércia. Essa recusa da cura “enquanto epistêmica” já não era da alçada da repetição de uma atitude de oposição infantil.⁸⁰ Essa forma de resistência à cura tinha que se exprimir em termos de uma satisfação para além do princípio do prazer, bem como além dos interesses do ser vivo.

Portanto, cabia procurar, além do eu, uma resistência do “isso”. Esta parecia estranha até mesmo a um conflito entre duas instâncias. Era um obstáculo interno à pulsão, que vinha barrar a tentativa de resolução do conflito. Assim, em 1924, Freud considerou a existência de um

masoquismo moral que deixava um resto que a culpa edipiana não tamponava.⁸¹

De fato, se o masoquismo moral é equivalente à necessidade de punição, não há como eliminar o gozo sádico do supereu. Essa falsa moral só triunfa a título de uma “re-sexualização”, no sentido de que “a autodestruição da pessoa não pode produzir-se sem satisfação libidinal”. O sujeito, sujeitado à pulsão de morte, é servo, desse modo, de um “certo quantum de sofrimento” que o dispositivo analítico não consegue reduzir.⁸²

Já em 1923, Freud extraiu disso conclusões realistas: “O esforço terapêutico nada tem de garantido. Ele [o resultado] depende, em primeiro lugar, da intensidade do sentimento de culpa, ao qual, com frequência, a terapia não consegue opor nenhuma força contrária de igual grandeza.”⁸³

Com essa retomada da atenção para com a questão econômica, já não era possível pretender que o impasse terapêutico concernisse apenas ao registro da culpa edipiana. O “sadismo do supereu”⁸⁴ reserva-se uma parcela de gozo puro em sua dança de morte com o isso, cuja proporção nenhuma aritmética é capaz de determinar; o sujeito pode ver-se comprometido com uma dívida infinita.

Essas conclusões, confirmadas em 1926 em *Inibição, sintoma e angústia*, devem ser incluídas no cômputo de uma reflexão reformulada sobre a castração.

Freud, localizando uma nova satisfação na própria carência de gozo, dissociou a inibição do sintoma. Com isso, preparou o caminho para a “auto-inibição da análise”⁸⁵ em que se iriam conjugar a pulsão de morte e a impotência da verdade.

Paralelamente a essa construção, o obstáculo da castração como subjetivação impossível do Outro sexo veio dissociar-se do mito paterno. Com “A cabeça da Medusa”,⁸⁶ de 1922, e “Fetichismo”,⁸⁷ de 1927, a castração feminina ficou em primeiro plano: ora ela é o motivo de uma rigidificação do sujeito, identificado com seu pênis a título de um protesto viril, ora é a própria causa de um gozo inscrito no exato lugar de uma denegação da realidade. O obstáculo da castração torna-se ainda mais intransponível, na medida em que, a partir daí, inscreve-se na conta de um lucro da neurose.

Chegamos, assim, aos anos trinta, cujo programa foi traçado pelas *Novas conferências*: uma tarefa tão árdua quanto secar o Zuiderzee definiu a finalidade do ato analítico. Presa ao aforismo “*Wo Es war, soll Ich werden*”, uma exigência impossível de atender sancionou a distinção

estrutural entre o inconsciente e o “isso”, prelúdio da análise interminável. A incompletude do tratamento freudiano, com efeito, encontrou seu fundamento na tensão entre, de um lado, um inconsciente assemelhado a uma memória infinitamente decifrável, e, de outro, um “isso” em que o sujeito do recalçamento recusa-se a subjetivar seu ser.

Essa duplicação logo levaria às últimas conseqüências da clínica do fim de análise em Freud, em 1937, com a atenção voltada para a “resistência contra o esclarecimento das resistências”,⁸⁸ hiância aberta pela conjunção da pulsão de morte com a castração.

NOTAS

1. Freud, S., *Análise terminável e interminável*, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Freud (E.S.B.), vol. XXIII, Rio de Janeiro, Imago.
2. Freud, S., *Tratamento psíquico (ou anímico)*, E.S.B. VII, Rio de Janeiro, Imago.
3. Freud, S., "Le début du traitement" (1913), in *La technique psychanalytique*, Paris, PUF, 1975, p. 88 [*Sobre o início do tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I)*, E.S.B. XII, Rio de Janeiro, Imago].
4. Freud, S. e Breuer, J., "Mlle. Elisabeth von R.", in *Études sur l'hystérie*, Paris, PUF, 1971, p. 106 ["Srta. Elisabeth von R.", in *Estudos sobre a histeria*, E.S.B. II, Rio de Janeiro, Imago].
5. Idem, p. 247.
6. Ibid.
7. Freud, S., "La dénégation" (1925), in *Résultats, idées, problèmes*, vol. I, op. cit., p. 136 [*A negativa*, E.S.B. XIX, Rio de Janeiro, Imago].
8. Lacan, J., Le séminaire "Le sinthome" (1975-1976), in *Ornicar?*, 6-11, Paris, Lyse, 1975-1976.
9. Freud, S., "L'Analyse avec fin et l'analyse sans fin", op. cit., p. 237 [*Análise terminável e interminável*, op. cit.].
10. Cf. o relatório de Pierre Naveau, "L'Interruption de la cure", para o VIII Encontro Internacional do Campo Freudiano.
11. Cottet, S., *Freud e o desejo do psicanalista*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.
12. Freud, S., *Conferências introdutórias sobre psicanálise*, E.S.B. XV, Rio de Janeiro, Imago, cap. 28.
13. Cf. o relatório de Pierre Bruno, "La sortie de cure chez l'Homme aux rats", para o VIII Encontro Internacional do Campo Freudiano.
14. Freud, S., *Délires et rêves dans la "Gradiva" de Jensen* (1906), Paris, Gallimard, 1971, p. 183 [*Delírios e sonhos na Gradiva, de Jensen*, E.S.B. IX, Rio de Janeiro, Imago].
15. Cf. o relatório de Pierre-Gilles Guéguen, "L'Enfant freudien", para o VIII Encontro Internacional do Campo Freudiano.
16. Miller, J.-A., "Sur le déclenchement de la sortie d'analyse (conjonctures freudiennes)", *La Lettre Mensuelle de l'ECF*, 119, maio de 1993, École de la Cause Freudienne.
17. Freud, S., *Un souvenir d'enfance de Léonard de Vinci*, Paris, Gallimard, 1977 [*Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância*, E.S.B. XI, Rio de Janeiro, Imago].
18. Lacan, J., *Scilicet*, I, Paris, Seuil, 1968, p. 53.
19. Freud, S., *L'Homme aux rats. Journal d'une analyse* (1909), texto estabelecido, introduzido, anotado e comentado por E. Ribeiro Hawelka, Paris, PUF, 1974,

- p. 148-9 [Notas sobre um caso de neurose obsessiva (o Homem dos Ratos), E.S.B. X, Rio de Janeiro, Imago].
20. Freud, S., *A disposição à neurose obsessiva*, E.S.B. XII, Rio de Janeiro, Imago.
 21. Freud, S., *Métopsychoanalyse* (1915), Paris, Gallimard, 1968, p. 63 e 65 [Artigos sobre metapsicologia, E.S.B. XIV, Rio de Janeiro, Imago].
 22. Cf. o relatório de Agnès Aflalo sobre “O Homem dos Lobos”, para o VIII Encontro Internacional do Campo Freudiano.
 23. Freud, S., “Pour introduire le narcissisme” (1914), in *La vie sexuelle*, Paris, PUF, 1969, p. 105 [Sobre o narcisismo: uma introdução, E.S.B. XIV, Rio de Janeiro, Imago].
 24. Segundo a tradução de J. Lacan, *Le séminaire I, Les écrits techniques de Freud*, Paris, Seuil, 1975, p. 52 [O seminário, livro 1, Os escritos técnicos de Freud, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1979].
 25. Freud, S., *Introduction à la psychanalyse*, op. cit., cap. 28 [Conferências introdutórias sobre psicanálise, op. cit.].
 26. Ferenczi, S., “Psychanalyse III” (1919-1926), in *Œuvres complètes*, vol. III, Paris, Payot, 1968-1981.
 27. Freud, S., “Les voies nouvelles de la thérapie psychanalytique” (1918), in *La technique psychanalytique*, op. cit., p. 139 [Linhas de progresso na terapia psicanalítica, E.S.B. XVII, Rio de Janeiro, Imago].
 28. Reich, W., *L'Analyse caractérielle* (1928), Paris, Payot, 1976.
 29. Ferenczi, *Œuvres complètes*, op. cit., p. 129.
 30. Idem.
 31. Freud, S., *Inibições, sintomas e ansiedade*, E.S.B. XX, Rio de Janeiro, Imago].
 32. Freud, S., “Les voies nouvelles de la thérapie psychanalytique”, in *La technique psychanalytique*, op. cit., p. 23-4 [Linhas de progresso na terapia psicanalítica, op. cit.].
 33. Freud, S., “Perspectives d’avenir de la thérapie psychanalytique”, in *La technique psychanalytique*, op. cit., p. 23-4 [As perspectivas futuras da terapia psicanalítica, E.S.B. XI, Rio de Janeiro, Imago].
 34. Freud, S., “Les voies nouvelles de la thérapie psychanalytique”, op. cit., p. 136-7.
 35. Ferenczi, S., *Correspondence avec Freud* (1908-1914), Paris, Calmann-Lévy, 1992, carta nº 99, p. 13.
 36. Idem, carta nº 253, p. 330.
 37. Ibid., carta nº 99.
 38. Ferenczi, S., “Difficultés techniques d’une analyse d’hystérie”, *Œuvres complètes*, vol. III, op. cit., p. 21.
 39. Idem, p. 23.
 40. Ferenczi, S., “Perspectives de la psychanalyse” (1924), *Œuvres complètes*, vol. III, op. cit., p. 222.
 41. Ferenczi, S., “Psychanalyse des habitudes sexuelles” (1925), *Œuvres complètes*, vol. III, op. cit., p. 325.

42. Idem, p. 356.
43. Freud, S., "Lettre circulaire" (1924), in Jones, E., *La vie et l'œuvre de S. Freud* (1919-1939), vol. III, Paris, PUF, 1958-1969, p. 66-70 [*A vida e a obra de Sigmund Freud*, Rio de Janeiro, Imago, 3 vols., 1989].
44. Ferenczi, S., "La fin de l'analyse" (1927), in *Œuvres complètes, Psychanalyse IV (1927-1933)*, vol. IV, Paris, Payot, 1968-1981.
45. Idem. Quanto a todos esses aspectos, cf. o relatório de Guy Trobas, sobre a correspondência Freud-Ferenczi, para o VIII Encontro Internacional do Campo Freudiano.
46. Ferenczi, S., *Correspondance avec Freud* (1908-1914), op. cit., carta nº 99.
47. Ferenczi, S., "Psychanalyse des habitudes sexuelles", op. cit., p. 354.
48. Cf. o relatório de Agnès Aflalo, op. cit.
49. Ferenczi, S., "L'Élasticité de la technique psychanalytique", *Œuvres complètes*, vol. IV, op. cit.
50. Chauvelot, D. e Laurent, É., "La passe d'avant la passe", *Ornicar?*, 12/13, Paris, Lyse, 1977.
51. Rank, O., *Le traumatisme de la naissance*, Paris, Payot, 1976.
52. Cf. o relatório de Pierre Naveau, op. cit.
53. Freud, S., *Ablehnung der Weiblichkeit*, G.W. XVI, p. 99 [*Análise terminável e interminável*, op. cit.].
54. Lacan, J., "La signification du phallus", in *Écrits*, op. cit., p. 685.
55. Freud, S., "La disparition du complexe d'Œdipe", in *La vie sexuelle*, op. cit., p. 122 [*A dissolução do complexo de Édipo*, E.S.B. XIX, Rio de Janeiro, Imago].
56. Freud, S., "Feminilidade", in *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*, E.S.B. XXII, Rio de Janeiro, Imago.
57. Freud, S., "L'Analyse avec fin et l'analyse sans fin", op. cit., p. 267 [*Análise terminável e interminável*, op. cit.].
58. Cf., neste volume, o relatório de Éric Laurent.
59. Hamon, M.-C., *Pourquoi les femmes aiment-elles les hommes? et non pas plutôt leur mère*, Paris, Seuil, 1992, e seu comentário sobre Ruth Mack Brunswick a propósito de "La phase préedípienne du développement de la libido", *RFP*, vol. XXI, 2, 1967.
60. Horney, K., "La femme inhibée", in *La psychologie de la femme*, Paris, Payot, 1967.
61. Freud, S., *Correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess, 1887-1904* (org. J. M. Masson), Rio de Janeiro, Imago.
62. Freud, S., "Les voies nouvelles de la thérapeutique psychanalytique" (1918), op. cit., p. 139. Há que ler realmente "assintótica" (*asymptotischen Heilungsvorgang*), e não "assintomática", como traduziu Anne Bermann, *La technique psychanalytique*, Paris, PUF, 1976, p. 139; em alemão, G.W., vol. XII, p. 192 [*Linhas de progresso na terapia psicanalítica*, op. cit.].
63. Freud, S., *Correspondência completa...*, op. cit.

64. Abraham, K., "Développement de la libido. Formation du caractère", *Œuvres complètes* (1913-1925), vol. II, Paris, Payot, 1966, p. 83.
65. Idem.
66. Lacan, J., "C'est à la lecture de Freud...", in *La Lettre Mensuelle de l'ECF*, 102, p. 51, extraído de R. Georjgin, *Lacan*, Paris, L'Age d'homme, cadernos Cistre, 3.
67. Lacan, J., "La direction de la cure et les principes de son pouvoir" (1958), in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, p. 591.
68. Freud, S., *Inhibition, symptôme et angoisse*, op. cit., p. 39 [*Inibições, sintomas e ansiedade*, op. cit.].
69. Lacan, J., "Variantes de la cure type" (1955), in *Écrits*, op. cit., p. 341.
70. Abraham, K., "Débuts et développement de l'amour objectal", *Œuvres complètes*, vol. II, op. cit., p. 307.
71. Lacan, J., *Le séminaire VIII, Le transfert* (1960-1961), Paris, Seuil, 1991, p. 441-2 [*O seminário*, livro 8, *A transferência*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992].
72. Lacan, J., "Propos directifs pour un congrès sur la sexualité féminine" (1960), in *Écrits*, op. cit., p. 733.
73. Freud, S., "La disparition du complexe d'Œdipe", op. cit. [*A dissolução do complexo de Édipo*, op. cit.].
74. Horney, K., "Le besoin névrotique d'amour", in *La psychologie de la femme*, op. cit., p. 257.
75. Deutsch, H., "La névrose hystérique de destinée", in *La psychanalyse des névroses*, Paris, Payot, 1970.
76. Idem.
77. Reik, T., *Le besoin d'avouer*, Paris, Payot, 1973.
78. Freud, S., "Quelques types de caractères", in *Essais de psychanalyse appliquée*, Paris, Gallimard, p. 112 [*Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico*, *E.S.B.* XIV, Rio de Janeiro, Imago].
79. Freud, S., "Dostoiévski e o parricídio" (1928), prefácio aos *Irmãos Karamazov*, de Dostoiévski, *E.S.B.* XXI, Rio de Janeiro, Imago].
80. Miller, J.-A., *La Lettre Mensuelle de l'ECF*, 119, maio de 1993, p. 34.
81. Freud, S., *O problema econômico do masoquismo*, *E.S.B.* XIX, Rio de Janeiro, Imago.
82. Idem, p. 294.
83. Freud, S., "La relation de dépendance du moi", in "Le moi et le ça" (1923), *Essais de psychanalyse*, Paris, Payot, 1981, nota da p. 265 ["A relação de dependência do ego", in *O ego e o id*, *E.S.B.* XIX, Rio de Janeiro, Imago].
84. Freud, S., "Le problème économique du masochisme", op. cit., p. 296 ["O problema econômico do masoquismo", op. cit.].
85. Freud, S., "L'analyse avec fin et l'analyse sans fin", op. cit., p. 232 [*Análise terminável e interminável*, op. cit.].
86. Freud, S., *A cabeça da Medusa*, *E.S.B.* XVIII, Rio de Janeiro, Imago.

87. Freud, S. *Fetichismo*, E.S.B. XXI, Rio de Janeiro, Imago.
88. Freud, S., “L'Analyse avec fin et l'analyse sans fin”, op. cit., p. 225 [*Análise terminável e interminável*, op. cit.].

A Análise e Seu Resto O Testamento de Freud

Freud escreveu esse texto¹ quando acabavam de ser publicados os dois primeiros ensaios de *Moisés e o monoteísmo*,² onde encontramos um dos temas que seriam constantemente retomados em “Análise terminável e interminável”,³ e que está no cerne das “Construções em análise”,⁴ redigido logo depois: o tema do “núcleo de verdade”, irredutível sob as roupagens míticas, históricas e fantasmáticas que recebe.

No texto escrito para Romain Rolland, “Um distúrbio de memória na Acrópole”,⁵ Freud analisou o fenômeno que consiste em recusar um fragmento da realidade, censurar uma verdade insuportável e substituí-la por uma falsa asserção concernente ao passado. Uma verdade que depois se apresenta com um efeito de estranheza, um sentimento de não se poder acreditar nela, que desloca a irrealidade para algo bem real. Freud notou que um gozo era inibido e encoberto pelo véu da devoção filial; só depois de haver admitido a castração do Outro é que o filho se permite perceber o caminho percorrido. O que se liga às últimas linhas de “Análise terminável e interminável”.

Pouco depois, Freud escreveria seu último texto, a propósito da clivagem do eu: o sujeito se divide diante da realidade de uma falha que ele não pode admitir.⁶

Um fragmento de realidade repudiada, que continua ativo e cuja verdade insiste em se fazer reconhecer, tal é a trama comum a todos esses textos.

Lacan, no *Seminário I*, diz da “Análise terminável e interminável” que ela foi o testamento de Freud.⁷

Como acabar com o resto?

Freud partiu das condições temporais na análise e, antes de mais nada, da reivindicação utilitarista de abreviar a duração do tratamento. O interlocutor que ele fez surgir no texto foi o homem da civilização moderna, aquele que pleiteia um rendimento, uma boa relação custo/benefício, o norte-americano, em suma, o homem apressado que encontramos no *Mal-estar na cultura*.⁸ “Análise terminável e interminável” vai do homem apressado até Empédocles.

Malgrado o caráter frustrado da questão de que Freud se serviu para nos conduzir pelo labirinto, ouvimos, logo nas primeiras frases, a musiquinha que se irá amplificando. “Análise terminável e interminável” é uma composição com um *leitmotiv*. Sobre os esforços de acelerar a análise, Freud diz, precisamente, que “neles agia, provavelmente, um resto do desprezo impaciente com que a medicina de uma época anterior havia considerado as neuroses, como seqüelas dispensáveis de danos invisíveis”.⁹ Ou seja, no bojo de uma nova época perduraria um resto da época anterior. Esse tema, Freud não cessaria de retomá-lo ao longo de todo o texto: o fragmento de uma época anterior persiste como resto na época posterior.

Como acabar com o resto? Esse poderia ser o subtítulo do texto, pois esse tema é encontrado em todos os capítulos — por exemplo, na terceira parte, quando Freud evoca a permanência das crenças supersticiosas da humanidade: “Não há uma só das crenças errôneas e supersticiosas da humanidade, pretensamente vencidas, da qual hoje não sobrevivam restos entre nós, nas camadas profundas dos povos civilizados ou mesmo nas camadas superiores da sociedade civilizada.”¹⁰ Tornamos a encontrá-lo no fim da quarta parte: “Convencemo-nos de que elas [as crianças] na verdade não se dispõem com tanta rapidez a lhes sacrificar [aos novos conhecimentos] as teorias sexuais — naturais e espontâneas, gostaríamos de dizer — que construíram, harmonizadas com sua organização libidinal incompleta e dependentes dela. Ainda por muito tempo depois de receberem os esclarecimentos sexuais, elas se conduzem como os homens primitivos a quem se impôs o cristianismo e que continuam, em segredo, a adorar seus velhos ídolos.”¹¹

O tema do resto ressurge no capítulo III, quando Freud levanta a questão da “domesticação” da pulsão (*Bändigung*)¹² e comenta que a ela se opõe um “irresistível fator quantitativo”¹³, com o qual o homem analisado já não deveria ter que se bater. Mas o fato de ele resistir a uma

redução pela análise levou Freud a constatar que sempre existem “manifestações residuais”.¹⁴

Freud convocou para o palco do debate um certo número de seus antigos analisandos. É que a pergunta que anima esse texto é: “Que foi mesmo que consegui produzir como efeito, através da análise, nesses sujeitos?” Dois ou três anos antes de morrer, Freud voltou-se para trás para fitar a anamorfose,¹⁵ para avaliar o que conseguira obter de seus pacientes através de sua prática.

Por que Rank aparece logo na primeira página? Só existe uma resposta. Certamente há algo ligado à maneira como Rank saiu do movimento analítico. Sabemos, através de uma de suas cartas a Freud, que este lamentava que Rank não houvesse feito uma análise pessoal (como a maioria dos primeiros discípulos de Freud). “(...) o senhor disse que eu nunca teria adotado esse ponto de vista se houvesse feito uma análise. Talvez seja verdade. (...) só me resta dizer que isso é uma sorte.”¹⁶ Talvez nos surpreendamos com o fato de que, num sujeito tão desenvolvido em termos intelectuais, e apaixonado pela psicanálise, o compromisso desembocasse em tamanha aversão. Ele saiu dessa experiência não querendo saber mais nada da psicanálise. Nesse sentido, podemos dizer, com Lacan, que lhe faltou o passe. E podemos imaginar que isso tenha continuado a ser uma questão para Freud. Rank era movido por um poderoso desejo de saber, e foi como se a psicanálise tivesse tido por efeito fazê-lo prescindir disso.

Convém lembrar o papel que Rank tivera no debate em torno de *Inibição, sintoma e angústia*.¹⁷ Em “Análise terminável e interminável”, há uma frase em que Freud redistribui esses três termos: “A análise está terminada (...) quando duas condições são mais ou menos atendidas; a primeira é que o paciente não sofra mais com seus sintomas e tenha superado suas angústias e suas inibições (...).”¹⁸ Mas o ternário que domina esse texto não é esse, e sim o do trauma, da pulsão e do eu. Ele está no centro da organização conceitual do texto. O termo trauma aparece logo no início; a questão da pulsão e de sua força ocupa o centro; e a questão do eu e de sua alteração vem mais para o final.

Por que Freud aborda a questão do fim com esse ternário? Rank era o teorizador do trauma, Rank achava que era possível economizar uma análise longa, saltar os efeitos e ir diretamente à causa. Ora, a tese insistente de Freud nesse texto é que, na psicanálise, não se pode poupar caminho, há que se pagar o preço. Rank havia procurado o recalque último, o recalque por excelência, achava que o recalque originário tinha um conteúdo determinado e que, se pudéssemos ir diretamente a

esse ponto, economizaríamos as circunvoluções, o labirinto do trabalho analítico. Todo o texto de Freud existe para dizer o contrário: o recalçamento originário não tem conteúdo, significa apenas que há sempre recalcimentos que aparecem. O recalçamento originário quer dizer que sempre haverá uma verdade por descobrir, indefinidamente. O recalçamento originário, segundo Rank, era a última palavra. Ora, não existe última palavra, o que não impede que isso tenha uma conclusão. Como pensar em conclusão sem a última palavra? Essa é justamente a questão do fim da análise.

Portanto, o que justifica a presença de Rank no início desse texto é sua tese de que o recalçamento originário teria um conteúdo particular, o do trauma.

Sublinhemos a analogia feita por Freud entre a análise, segundo a perspectiva traçada por Rank, e as medidas a serem tomadas para extinguir um incêndio: “Não tivemos muita repercussão do que fez a realização do projeto rankiano pelos casos patológicos. Provavelmente, não mais do que fariam os bombeiros se, em caso de incêndio provocado numa casa por uma lamparina a óleo que houvesse virado, eles se contentassem em retirar a lamparina do aposento em que o fogo houvesse começado.”¹⁹ De fato, na causalidade psicanalítica, a causa e o efeito não são proporcionais.

Observe-se, na passagem concernente a Rank, o termo fragmento (*Stück*²⁰): o resto. Mas o fragmento, no sentido de Rank, não é o fragmento que convém, pois é aquele que permitiria economizar o todo, ao passo que o *Stück* freudiano é o que resta quando passamos do um ao dois. Há no texto uma dialética estrita entre os dois sentidos.

Pode-se compreender por que Freud evoca ali o caso do “Homem dos Lobos”. Nesse caso, a função do tempo foi manifesta, já que Freud precipitou a conclusão ao estabelecer antecipadamente o término do tratamento. O paciente então forneceu tudo o que podia saber, com uma lucidez que geralmente só se obtém sob hipnose, mas sem chegar a uma subjetivação e a uma elaboração. Lacan observou que esse estratagema deixou o sujeito na alienação de sua verdade. A duração da análise só deveria ser antecipada pelo sujeito como indefinida. Determiná-la de antemão foi deixá-lo supor que sua verdade já estava dada. O caso do “Homem dos Lobos” concerniu, precisamente, à permanência de um resto, de um fragmento ativo na passagem de uma análise a outra, de Freud a Ruth Mack Brunswick. Foi o que Freud notou: “Quando, ao se aproximar o fim da guerra, fugitivo e sem recursos, ele voltou a Viena, tive que ajudá-lo a dominar uma parte não resolvida da transferência”

(*Stück der Übertragung*).²¹ Nessa página, Freud fala em “resíduos da transferência”, *Restbestände*.

Como inativar o resto? Essa seria a última pergunta formulada por Freud. Mas o resto também apresenta um aspecto positivo. Para Lacan, o mais fecundo na história humana são os restos.

O primeiro capítulo termina com a frase: “O provérbio que diz que o leão pula uma vez só tem necessariamente razão”²² — uma nova versão do *kairos*, do momento oportuno, do *richtige Zeit*.^{*} A escolha do instante é decisiva para que haja ato analítico, muito particularmente para a interpretação: ela não deve vir cedo demais nem tarde demais. O salto do leão não dura; só acontece uma vez; e é o contrário do sintoma, que, por seu turno, é aquilo que se repete.

Assim, esse capítulo, que começa pela duração, termina no instante.

A cura é duradoura?

O segundo capítulo se indaga se a cura é duradoura e recoloca o problema do primeiro: em vez de querer andar depressa, é preciso considerar o fim. Mas a duração é um aspecto da previsão e, assim, o capítulo I é um subconjunto da problemática do capítulo II. À previsão, no capítulo IV, Freud acrescenta a prevenção; isso nos dá a estrutura do texto.

No capítulo I, Freud havia ligado a rapidez do tratamento a uma das causas da neurose: o trauma. No capítulo II, ele acrescenta ao trauma a pulsão. Nos casos em que a pulsão é a causa da neurose, não é possível acelerar o tratamento, nem tampouco prever um fim duradouro.

Freud fala do destino da cura, *Schicksal*,²³ assim como fala do destino das pulsões, de suas vicissitudes ou de suas transformações. Ou seja, o destino da cura depende do destino da pulsão.

Por que é que Freud considera, quando a neurose é causada pelo trauma, que o fim é possível, ao passo que é problemático quando a neurose é causada pela pulsão? Ele explica isso com a introdução do elemento a que denomina de eu.

Em sua concepção, existe neurose traumática quando o sujeito teve um encontro ruim: o eu, nesse caso, não foi lesado. Inversamente, quando a causa é pulsional, há uma alteração do eu. No primeiro caso, há uma espécie de resposta imediata do eu, que por isso permanece relativamente ileso; no segundo, a pulsão age continuamente sobre o psiquismo, por

* “A hora certa”. (N.T.)

dentro, o sujeito tem que se defender dela, e o eu se deforma. É esse o cerne da problemática teórica e clínica do texto: “É somente nos casos de preponderância traumática que a análise realiza aquilo de que é magistralmente capaz.”²⁴ Quando a neurose tem uma causa traumática, temos uma oportunidade, “graças ao reforço do eu, de colocar uma resolução correta no lugar da decisão inadequada que remonta à idade precoce”.²⁵ O termo estranho aí é decisão, *Entscheidung*.²⁶ Quando há trauma, é porque o sujeito, no passado, tomou uma decisão ruim.

É no eixo entre o eu e a pulsão que se articula a duração da análise. Ao pensarmos a neurose em termos de trauma, podemos sonhar com abreviações. Isso não é possível quando se pensa a neurose em termos de pulsão e de defesa do eu.

Que é a relação entre a pulsão e o eu? Freud a explica ao longo de todo o texto: há uma força da pulsão, um “fator quantitativo”,²⁷ que o eu não consegue dominar, e que o obriga a se deformar de todas as maneiras possíveis. Onde Freud diz que “O eu se defende da pulsão”, Lacan traduz: “O objeto pequeno *a* divide o sujeito.”

Sublinhemos os termos empregados por Freud para falar do efeito da pulsão sobre o eu: “A força pulsional constitucional e a modificação desfavorável do eu, adquirida na luta defensiva, no sentido de uma deslocação e de uma restrição (...)”²⁸ Essa é a maneira freudiana de falar da divisão do sujeito: *Abwehrkampf*, a luta defensiva, *Verrenkung*, a deslocação, a desarticulação, e *Einschränkung*, a redução, a limitação.²⁹ Podemos dizer que, o tempo todo, Freud fala do eu em termos de domínio, *Herrschaft*: o eu tem que dominar a pulsão, domar a pulsão — *Bändigung*.³⁰ O eu tem um poder de domínio, Freud diz até que é preciso que ele integre a pulsão em sua síntese. Foi com base nisso que a psicologia do ego construiu sua concepção do eu. Mas, na verdade, Freud só fala em dominação para dizer que ela nunca se consuma, que há sempre um resto. Esse texto não procura sustentar que cheguemos a fazer a síntese, mas que há sempre manifestações residuais. É isso que Lacan traduz por objeto pequeno *a*. A captura do sujeito pelo significante mestre não consegue anular o resto, o pequeno *a*.

A partir desse texto, podemos dizer que o eu, para Freud, tem uma função de domínio, mas sob a condição de sublinharmos que a demonstração inteira tende a isolar um resto. Freud constata isso com certo pessimismo, lamenta que a dominação não seja possível. Lacan, por sua vez, escolheu um ponto de vista operatório; extraindo as conclusões dos dados freudianos, ele frisou que, a despeito do significante mestre, há sempre um resto de gozo que não pode ser anulado.

Podemos dizer que Lacan formulou seu conceito do sujeito a partir da defesa do eu. A defesa pertence essencialmente ao sujeito, tanto que o sujeito barrado é defesa. Diz Freud: "... quando a percepção da realidade traz desprazer, a verdade tem que ser sacrificada."³¹ Esse é um nó capital. Trata-se, por excelência, da experiência da recusa da castração: o sujeito recusa a percepção da ausência do pênis na mãe na realidade e, ao recusar essa percepção da realidade, altera sua própria estrutura, através do desmentido. De um lado, admite que não existe pênis na realidade, mas afirma, como resto, que ele existe assim mesmo.

O último artigo de Freud sobre a clivagem do eu refere-se a esse ponto: ao se defender de alguma coisa que recusa, o eu se modifica, altera-se.³² Foi o que Lacan levou a sério. O essencial não é a vontade de síntese do eu, seu poder de dominação, mas que haja no homem uma instância capaz de se encarregar do que é desprazer, pagando, se assim podemos dizê-lo, com sua própria pessoa. O sujeito se encarrega do intolerável daquilo a que o próprio Freud chamou a verdade, e se deforma para restabelecer a homeostase do conjunto.

O que se trata de visar na análise é essa função subjetiva que tem algo de camaleão. Mas o camaleão é apanhado no mundo imaginário, muda de cor segundo o *Umwelt*. Não se trata aqui, portanto, de um camaleão das cores, e sim de um camaleão do real, que se modifica, divide-se em função do real e faz coexistirem elementos incompatíveis: "Reconheço que não existe e afirmo que existe." É esse o princípio da defesa. Ela atende a duas lógicas diferentes: a do trauma e a da pulsão. O trauma não produz alteração do eu, ao contrário da pulsão. Essa distinção ordena todo o campo clínico.

O ternário trauma-pulsão-eu faz com que nos aproximemos do que é o sujeito, segundo Lacan: são as alterações do eu inscritas de maneira permanente, um punhado de respostas estilizadas que o sujeito dá à verdade como desprazer. Se escrevermos *a* e *S*, os dois termos, trauma e pulsão, serão um só. É a própria pulsão que é trauma, que eterniza no sujeito o trauma do gozo, o encontro ruim com o gozo.

A força pulsional em ação

Com o capítulo III, passadas as preliminares, ficamos às voltas com aquilo de que realmente se trata.

Freud indica com muita clareza, logo de saída, a tripartição apontada: "Dos três fatores que reconhecemos como determinantes para as

probabilidades da terapia analítica — influência dos traumas, força constitucional das pulsões e modificação do eu —, só nos importa aqui o do meio, a força pulsional.”³³ Freud fornece aí o seu ternário e nos aponta que o capítulo III é dedicado à pulsão.

No primeiro parágrafo desse capítulo, Freud explica que a primeira questão, a da abreviação do tratamento, já não tem para ele o mesmo interesse que no início de sua prática, quando os pacientes lhe pediam que andasse mais depressa. É diante dos pacientes que se analisam para ser analistas, ou diante dos casos muito graves, que agora lhe interessa a questão do fim.

Essa questão está essencialmente ligada à do resto: como fazer para que a neurose não recomece depois da análise, para que não fique um resíduo após a cura, o germe do reaparecimento da doença? O resto freudiano é um resto fecundo, e não um resto morto; não é simplesmente o *caput mortuum* de uma operação, mas a raiz pulsional, a *Triebwurzel*.³⁴ Freud fala de “uma neurose saída da mesma raiz pulsional”. Seu problema é: como desativar o resto fecundo?

A expressão “fator quantitativo”³⁵ pode parecer estranha, mas o valor desse termo é compreensível se nos referirmos à prática de Freud nos primeiros casos clínicos. Dora lhe levava relatos e Freud os decifrava e lhe explicava que a doença estava ali, na relação de uma palavra com outra. O “fator quantitativo” significa que é preciso levar em conta algo que não é apenas a relação de um significante com outro significante, expressa tudo o que não é da ordem da decifração.

O fator quantitativo está ligado à particularidade subjetiva. Por exemplo, em se tratando do tempo de compreender, observa-se que um sujeito encaminha-se muito depressa para o momento de concluir, enquanto outro vai muito devagar. Isso concerne ao que Freud chamou, no capítulo VI, viscosidade da libido, que faz com que alguns sujeitos permaneçam ligados a um mesmo objeto durante anos, enquanto outros são de grande labilidade, a ponto de sua mobilidade dar até a impressão de que, com eles, é como se escrevêssemos na água.

O termo empregado por Freud para descrever as partes em questão é força: força pulsional, força do eu. Há entre as duas um conflito que reclama uma decisão, *Entscheidung*.³⁶

Encontramos nesse capítulo uma reflexão que teria futuro: que quer dizer “ser analisado”? Freud dá duas respostas sucessivas. Num sentido, para um neurótico, ser analisado significa conseguir tornar-se uma pessoa sadia. O neurótico parece sofrer os acontecimentos de sua vida com uma intensidade incapacitante, enquanto o homem sadio os supera. Assim,

uma vez suspensas algumas barreiras de inibição, o sujeito neurótico pode igualar-se à média de seus contemporâneos. Mas há uma segunda tese de Freud: ser analisado é uma criação inteiramente original. Não se pode atingir espontaneamente o estado de sujeito analisado, que não é a simples normalidade. Freud formula essa tese sob a forma de pergunta, mas há em sua interrogação uma afirmação: “Acaso nossa teoria não reivindica, justamente, a instauração de um estado que nunca está espontaneamente presente no eu, e cuja criação original constitui a diferença essencial entre o homem analisado e aquele que não o foi?”³⁷

É certo que, para Lacan, ser analisado é um estado original do sujeito; ele respondeu a isso com o passe, que consiste em verificar se o sujeito realmente atingiu esse estado original. Isso é também o que explica Freud: os recalcamientos do homem analisado são diferentes dos do homem não analisado. A operação analítica não elimina os recalcamientos, mas corrige alguns deles e instaura outros, mais robustos, mais adequados. Lacan, por sua vez, trata a questão menos a partir do recalcamiento do que da fantasia fundamental, que é o modo de defesa do sujeito frente à pulsão.

Citamos os termos alemães para dar às palavras de Freud todo o seu peso. E, quanto mais damos peso às palavras de Freud, mais nos apercebemos da acuidade da leitura de Lacan. Desse capítulo, retemos a expressão *Triebanspruch*:³⁸ é a reivindicação, a pretensão, no sentido de ter pretensões a determinado bem, de aspirar a um dado benefício. É um certo modo de exigência. A pulsão, para Freud, é uma reivindicação; não é uma força bruta, mas, ao contrário, uma forma articulada, e foi por isso que Lacan fez dela uma demanda. Uma demanda, só que estruturalmente silenciosa, e ainda mais imperativa por se enunciar no silêncio. Daí a escrita que Lacan inventou para a pulsão: $\$ \diamond D$, exprimindo-se D, a demanda, pela fala, e $\$$, o sujeito, não sob a barra do recalcamiento, mas manifesto sob a forma do silêncio. É por meio do significante da demanda que Lacan escreve a pulsão, e isso já está no termo freudiano *Triebanspruch*.

Evidentemente, Freud também fala do reforço fisiológico da força pulsional, por exemplo, na mulher, por ocasião da menopausa. Esse é o aspecto Jano da pulsão: ela se enraíza nas profundezas do corpo e, ao mesmo tempo, estrutura-se como uma demanda e é captada em circuitos significantes complexos.

A prevenção das neuroses

O quarto capítulo levanta o problema de fazer desaparecer o resto através de um artifício forçado. Como ir além do limite convencional da análise, além dos conflitos atuais, para antecipar os conflitos futuros? Ao curarmos a neurose de uma moça de vinte anos, podemos antecipar-nos à eventual neurose da mulher que ela será na menopausa? É essa a questão que Freud evoca, não sem uma certa distância, ao enfatizar dois aspectos.³⁹

O primeiro é o que ele introduz com o provérbio “Não se deve acordar um cão adormecido”. “A advertência de não acordar os cães adormecidos, tão freqüentemente enunciada em oposição a nossos esforços de investigação do mundo psíquico subterrâneo, é particularmente imprópria no que concerne à vida anímica.”⁴⁰ Se há conflitos, é justamente porque os cães de que se trata nunca dormem. Freud voltaria a isso no capítulo VII, ao expor a patologia dos analistas que passaram pela análise sem realmente chegar ao final, na medida em que isso é difícil, e que têm um certo número de traços de caráter cômicos. É quando ele comenta que não se passa impunemente a vida em contato com o recalçado, em meio aos cães que ladram. Um eco dessa constatação é encontrado em Lacan, na primeira conferência do *Seminário II, Os quatro conceitos fundamentais*, quando ele revela que a sina do analista é ser sitiado pelas pessoas cujos recalcimentos suspendeu,⁴¹ e havemos de estar lembrados de que ele freqüentemente compara o analista a um Actáion perseguido pelos cães da deusa, que irão despedaçá-lo.

O segundo ponto é o da disjunção entre saber e verdade. Não é possível fazer prevenção, explica Freud, e antecipar os futuros conflitos do sujeito. Não se pode ativar um conflito pela simples comunicação verbal, por uma advertência concernente aos conflitos futuros; o saber como tal não é a *Wirkung*, não opera nenhuma mudança. “O resultado esperado não ocorre. O paciente escuta a mensagem, sim, mas falta a repercussão. Talvez ele pense: sem dúvida, é muito interessante, mas não sinto nada disso. Aumentamos seu saber, mas, por outro lado, nada modificamos nele.”⁴² Essa frase capital formula a impotência do saber como tal, a impotência epistêmica. O saber não é causa imediata da mudança subjetiva. Ora, em seus primeiros casos, era justamente do saber que Freud esperava a mudança. Aqui, ao contrário, ele observa que, quando tentamos fazer pedagogia sexual com as crianças, para evitar que elas fiquem neuróticas, transmitimo-lhes um saber, mas um saber que não é operante.⁴³ E acrescenta: “(...) elas não fazem nada com esses novos

conhecimentos que lhes são *oferecidos*.” A palavra é grifada. Um saber oferecido não serve para nada. Isso é o que Lacan comenta, à sua maneira, ao afirmar que o saber que importa é o saber custoso, aquele pelo qual damos o sangue de nossas veias. O ensinamento só vale pelo sangramento.* Esse é um dos temas fundamentais do texto, que começa, precisamente, dando a palavra aos que querem fazer economia, e que chega à conclusão de que, na psicanálise, não se pode fazer isso.

Nada querer saber da verdade

O capítulo V é dedicado à alteração do eu. Podemos propor um plano mnemotécnico da “Análise terminável e interminável”: os três termos, trauma, pulsão e eu, são como que distribuídos nos capítulos I, III e V. Os capítulos II e IV se respondem mutuamente, um falando da previsão e o outro, da prevenção.

Se, no capítulo IV, Freud havia examinado a possibilidade de esmagar o resto pulsional por métodos vigorosos, agora ele nos leva a uma sutileza muito maior. Ele retoma, no âmbito da “Análise terminável e interminável”, os fundamentos de seu método hermenêutico, comparando o recalçamento e todos os outros modos de defesa com as deturpações de um texto. Tudo o que havia descoberto no nível da articulação dos significantes, ele o transpõe para o contexto de uma interpretação econômica. Explica, justamente, que as alterações do eu correspondem à pressão da pulsão, mas são tão bem estruturadas quanto as deturpações de um texto. Essa conexão teórica é essencial na articulação de Lacan com Freud.

Nessas páginas, lemos que o recalçamento é como uma omissão num texto, e foi exatamente esse termo que descortinou para Lacan a idéia do sujeito barrado, do sujeito anulado. No “Comentário sobre o relatório de Daniel Lagache”,⁴⁴ Lacan elaborou o sujeito barrado, fundamentando-o na noção de que o sujeito do inconsciente é estruturado como uma omissão, e de que a omissão tem a estrutura de um vazio, mas de um vazio localizado num contexto. Isso, aliás, foi o que permitiu a Lacan identificar o sujeito com uma variável. O sujeito de Lacan é o lugar da variável, e o contexto essencial em que se situa o sujeito como variável é o contexto fálico.

* A tradução não preserva o jogo feito aqui com a quase homofonia entre *l'enseignement* e *le saignement*. (N.T.)

Freud apresenta os diferentes modos de defesa como maneiras de tapar o buraco, de torná-lo invisível. O sujeito é como um buraco num texto, mas também executa as diferentes deformações que atuam sobre o texto. “Quando a percepção da realidade traz desprazer, ela — isto é, a verdade — tem que ser sacrificada.”⁴⁵ O segredo do princípio do prazer é o horror à verdade. Isso contradiz toda uma tradição filosófica, a grande tradição da filosofia ocidental, fundamentada no amor à verdade. É o que Lacan também exprime, ao questionar o amor ao saber. “Não querer saber nada da verdade”, o recalçamento, é aqui considerado como um dos modos de defesa, isto é, como inerente ao próprio sujeito. Esse é um ponto de vista diferente do do caso Dora, que dá a impressão de que os recalçamentos prestam-se a ser levantados pelo psicanalista e de que esse processo poderia prosseguir indefinidamente. Tomar o recalçamento como um modo de defesa significa levar em conta a resistência do recalçamento e visar a operar sobre a causa profunda. A primeira exposição do recalçamento a partir do significante não é desmentida, mas transposta para o eu como uma alteração do eu que, eventualmente, não pode ser suprimida.

Freud dá mostras de um certo pessimismo quanto à possibilidade de modificar os modos de defesa mais arcaicos. Certos tipos de relação com a castração, na verdade, são muito difíceis de modificar pela análise. A fantasia fundamental, no sentido de Lacan, designa o modo constante de defesa, supostamente reformável, ultrapassável pela análise, com que o sujeito opera.

Consequências da pulsão de morte

Além do capítulo V abre-se a segunda parte do texto, que tem outro ritmo. Freud passa das alterações do eu para a pulsão de morte, numa sequência cuja lógica podemos acompanhar.

Ao se defender da pulsão, o eu se altera, deforma-se. A questão é indagar se todas as alterações do eu provêm das atividades de defesa experimentadas pelo sujeito no curso de sua primeira infância, e se isso, por si só, determina os modos de defesa do eu. Freud responde que o eu ainda tem que se defender de uma coisa bem diferente.

Em primeiro lugar, cada cultura tem modos de defesa típicos, em que “(...) ao eu ainda inexistente já são apontadas as direções de desenvolvimento, as tendências e as reações que ele manifestará posteriormente”.⁴⁶ Freud postula como decisivo um tempo que antecede ao

que é possível reconstituir na cronologia da vida do paciente: “Antes mesmo que exista o eu, há uma direção que é tomada.” Antes que exista o eu, existe o isso, ao que Lacan chamou “primeira orientação” na *Ética*.⁴⁷ Ela se antecipa à constituição do recalçamento. Freud estendeu esse conceito às “particularidades psicológicas das famílias, das raças e das nações”, tudo o que Lacan inscreveu nos termos do discurso universal, onde se podem reconhecer diferentes grupos e onde a defesa, longe de ser simplesmente uma propriedade psicológica, uma alteração do eu, aparece, num nível pré-subjetivo, no discurso que precede o nascimento do sujeito. No “Comentário sobre o relatório de Daniel Lagache”, Lacan enfatiza tudo o que determina o sujeito antes do nascimento, ali onde Freud insinua que os modos de defesa já lhe são prescritos pelo discurso que o precede.

É assim que procede Freud: ele parte da defesa na história do sujeito, depois admite que há defesas típicas, pré-subjetivas, e por fim introduz a pulsão de morte. Mas insinua um tempo intermediário: “Um novo passo em nossa experiência analítica leva-nos a outra sorte de resistências, que já não podemos localizar e que parecem depender de relações fundamentais no aparelho psíquico.”⁴⁸ No começo do capítulo, Freud passa do nível propriamente individual para o nível arcaico ou discursivo geral, e depois descobre uma hiância em que, no fundo, já nem mais existe o eu, porém uma espécie de além do eu, onde se assiste ao embate das pulsões. É surpreendente que se trate menos do eu do que do embate das pulsões entre si. Podemos compreender a insurreição dos analistas contra essa concepção. O eu desaparece, as pulsões opõem-se entre si e o sujeito já não é mais do que o terreno em que elas se enfrentam. Daí resulta uma visão quase acéfala da psicanálise, própria da pulsão. Enquanto, no capítulo anterior, o eu ainda se defendia, agora já não se trata de dominar, e Freud retorna aos pré-socráticos para evocar uma luta que não decorre dos planetas, dos movimentos da *physis*, mas uma luta titânica das pulsões dentro do aparelho psíquico.

As doenças profissionais do psicanalista

O capítulo VI culmina com o elogio a Empédocles. No capítulo VII, Freud volta-se para considerações mais imediatas e tenta avaliar os analistas: que mudança a operação analítica produziu neles? Estarão eles no direito de se colocar como modelo e como norma para seus pacientes? Freud constata que os praticantes da análise pagam um preço por sua

ação, o preço de viverem num clima em que o recalco reaparece, o que, efetivamente, não é muito favorável à investigação científica. “Assim, parece que muitos analistas aprendem a utilizar mecanismos de defesa que lhes permitem desviar de sua própria pessoa as conseqüências e as exigências da análise, provavelmente dirigindo-as para outrem (...),”⁴⁹ e acrescenta: “Não seria de surpreender que, no próprio analista, em virtude do comércio incessante com todo o recalco que luta por se libertar na alma humana, fossem arrancadas do sono todas as reivindicações pulsionais que, habitualmente, ele consegue manter em estado de repressão. Esses também são perigos da análise que, na verdade, não ameaçam o parceiro passivo, mas o parceiro ativo da situação analítica (...).”⁵⁰ É assim que Freud evoca as doenças profissionais do psicanalista. Em relação à perspectiva esboçada no capítulo anterior, sobre o núcleo de verdade de Empédocles e suas conseqüências para a psicanálise, observa-se aí uma importante desvinculação, com essa patologia meio satírica do psicanalista. No capítulo VIII, o capítulo final, surge muito rapidamente a função fálica, ou, mais exatamente, a recusa da feminilidade, que, decididamente, parece ser o resto mais resistente no fim da análise.

Observe-se a sutileza do método retórico de Freud, que nos faz entrar nesse texto pela indagação do beócio, pela portinha da demanda de encurtar a análise, e avança passo a passo, abrindo portas cada vez maiores, que descortinam questões cada vez mais fundamentais, até o ponto decisivo dos três últimos capítulos: o primeiro volta-se para os pré-socráticos, para o que há de mais elevado na enunciação filosófica, o capítulo VII revela a miséria humana dos analistas, e somente no fim, de maneira surpreendente, é que se eleva o véu que descortina o falo.

A rocha da castração

Finalmente, chegamos ao capítulo VIII, o último e mais conhecido, que fornece a solução do problema formulado: o resto, constituído ao mesmo tempo pelo sintoma persistente e pela resistência à elaboração transfereencial, é interpretado como a derradeira proteção do sujeito contra um saber, o saber da castração.

Esses “resíduos”, que a análise do “Homem dos Lobos” contribuiu para valorizar, têm como traço comum erigir uma barreira contra a angústia.

Depois que todos os desvios tomados de empréstimo pela verdade

aprisionada no sintoma são desarticulados pela interpretação, subsiste um real impossível de analisar: é em termos de um realismo cru que Freud revela seu impasse, até reduzi-lo à realidade bruta, biológica, da diferença sexual, qual seja, a de que o neurótico, homem ou mulher, caracteriza-se por uma recusa da feminilidade (*Ablehnung der Weiblichkeit*⁵¹).

O impossível de suportar para o homem — sua dependência passiva diante do semelhante — encontra sua contrapartida, na mulher, na sobrevivência da *Penisneid*, que os coloca em pé de igualdade em termos de um “protesto viril” comum.

Ficamos surpresos por encontrar na pena de Freud essa velha categoria adleriana, a tal ponto ela parece estar aquém do avanço freudiano no que concerne à angústia de castração.

No entanto, interpretada no contexto da transferência, sua conotação antiga e vulgarizada se dissipa, pois a resistência obstinada do narcisismo viril, bem como a reivindicação fálica da mulher, decorrem de um endereçamento muito específico ao outro. É na condição de *Vaterersatz*, substituto do pai, que a análise suporta esse protesto. Este último, considerado como um sintoma de fim de análise, marca o limite das análises induzidas pela transferência paterna: de um lado, a impossibilidade de continuar a pagar a dívida ou de carregar o fardo da gratidão, e de outro, a insistência de uma demanda emoldurada por outra que a análise decepçiona, a demanda de amor.

Esse obstáculo parece relacionar-se, aí, com a suposição de um Outro consistente, a quem são atribuídos os significantes da onipotência, um falo real que corrói seus súditos de amargura.

Por isso, a postura de arrogância e insolência característica do obsessivo, à qual Freud alude nesse artigo, sustenta-se numa suposição similar.

Sabemos que a doutrina do eu forte, que se seguiu pouco depois na psicologia do ego, veio consolidar esse obstáculo.

No entanto, na concepção freudiana, a dificuldade parece depender da direção da análise, vindo os protestos formulados a título de uma dependência passiva revelar-se a roupagem imaginária de um real impossível de simbolizar. Enquanto o homem, assinala Freud, pode suportar perfeitamente ser escravo de uma mulher, e portanto, ser castrado apenas metaforicamente, nem que seja para garantir o gozo de sua parceira, o mesmo não acontece na relação com seu semelhante. A figura feroz do pai castrador, tido por Freud como real, interpõe-se nas relações masculinas, alimentando a fantasia originária.

É nesse ponto que o mito freudiano do pai une-se à fantasia do

neurótico, tornando problemática a função metafórica do pai, a saber, uma certa conciliação do sujeito com seu gozo: o fato de se localizar nesse ponto um resto impossível de dissolver indica os limites de uma análise conduzida em nome do pai, limites estes que não escaparam a Freud e que foram confirmados por sua polêmica com Ferenczi: tal como o trauma do pai, o recalçamento originário não pode ser levantado.

Aliás, os últimos textos de Freud, sobre Moisés e sobre o fetichismo, enfatizariam esses dois obstáculos: de um lado, o mito do pai real, que supostamente escapa à castração e alimenta uma angústia eternizada no sintoma, e, de outro, a perversão fetichista, conjurando a angústia através da recusa da castração feminina.

No caso da mulher, o mesmo limite realista leva à palavra final: um “é isso aí, nunca o terei” conjuga a privação e a castração, imputando a um outro incorrigível a amplitude da decepção.

Se Freud tentou responder à pergunta “que quer uma mulher?” através do desejo do filho, ele não chegou a acreditar que a assunção da castração se esgotasse no acesso à maternidade. A análise, levada mais adiante, pode justamente convocar a mulher ao ponto em que o substituto fálico revela-se incapaz de substituir o objeto de uma demanda incondicional.

As depressões graves e o masoquismo feminino constituem então a prova, primeiro para Freud, e depois para muitos de seus discípulos, de uma falta real irreparável pelo simbólico.

Ao contrário, é ao introduzir a categoria do simbólico que se faz possível uma dialética da falta e do amor, visando então a um além da *Penisneid*. O ponto de vista freudiano, tendo por eixo a categoria do ter, só iria mais além em seu último texto, “Análise terminável e interminável” (nota 12 VII),⁵² que deixou entrever uma dialética do ser e do ter.

Lacan, reintroduzindo a questão do ser além da *Penisneid*, forneceu as chaves que permitem dar um passo a mais, além da castração: com efeito, a imagem castrada apresentada por uma dada mulher, deprimida ou agarrada a seu gozo masoquista, pode revelar-se o avesso sintomático de uma posição em que, capaz de renunciar a tudo o que é da ordem do ter e da posse, o que se confessa é sua identificação com o próprio significante do falo. Acaso essa revelação do ser não desloca os limites do analisável?

Que o analista não possa atender à demanda do falo em ambos os sexos especifica, portanto, essa castração freudiana, no sentido estrito do termo, na transferência para o outro.

Mas também podemos generalizá-la a tudo aquilo que, no fim da

análise, é fator de subtração de gozo, independentemente de qualquer dívida ou dependência frente ao outro, e portanto, além do Édipo.

É a castração, através do próprio significante, por sua vez entendido como aquilo que permite significantizar o gozo — simbolizá-lo, traduzi-lo a partir dos significantes —, que é desnudada pela interpretação.

Ora, dentro dessa perspectiva, é verdade que o sujeito, tanto no sentido do sujeito que fala quanto no daquilo pelo qual ele é falado, é infinitamente divisível. A questão é a demanda? Vimos que ela é inesgotável enquanto a pulsão é simbolizada pela equação fálica. A questão é o sentido do sintoma? A sobre-determinação que se acha no princípio de sua formação provoca uma remissão das significações propriamente inesgotáveis.

Em suma, em se tratando dos significantes do inconsciente, o sujeito é inesgotável: é nessas condições que a operação de corte constituída por uma interpretação sempre faz surgir um novo sentido; nesse sentido, embora limitando o gozo, ela faz o inconsciente prosperar.

A troca do gozo encerrado no sintoma por significantes interpretativos é um ganho, sem dúvida, mas que se obtém ao preço de uma análise infinita. O desenrolar de uma análise, nessas condições, só pode ser feito por aproximação, à maneira do limite matemático de uma série, visando ao esgotamento dos ritmos cíclicos da análise. É desse limite assintótico que provém a recomendação das re-análises a cada cinco anos, ou de outras estratégias da análise interminável.

Haverá um além dessa castração, entendida no sentido generalizado, como corte do sujeito pela interpretação significante?

Certamente, se levarmos em conta, como Lacan, o fato de que, se o sujeito é infinito, o desejo é finito.⁵³

Então, o obstáculo no objeto da fantasia não é o impasse, e sim a solução: a fórmula da fantasia não é infinitamente divisível.

Nessas condições, o resto, que a interpretação não reduz, deve ser considerado como uma quantidade finita, ao passo que o corte do inconsciente freudiano, como no mito de Aquiles e a tartaruga, só pode ser feito pela metade, deixando sempre um resto por cortar.

Se é realmente essa a interpretação que convém, o além da castração é pensável, em Lacan, graças a sua construção lógica do objeto *a*, que atende à necessidade de isolar um equivalente do isso ou da coisa freudiana: aquilo que, do gozo, não é traduzível em significantes, deixando como resto um condensado infinito, um infinito qualitativo, ou um transfinito.

NOTAS

1. Os números de capítulo a que se faz referência neste artigo remetem aos do texto de Freud, *Análise terminável e interminável*, E.S.B. XXIII, Rio de Janeiro, Imago.
2. Freud, S., *Moisés e o monoteísmo*, E.S.B. XXIII, Rio de Janeiro, Imago].
3. Freud, S., "Analyse avec fin et analyse sans fin", in *Résultats, idées, problèmes*, vol. II, Paris, PUF, 1985, p. 231-68 [*Análise terminável e interminável*, op. cit.].
4. Freud, S., "Construções dans l'analyse", in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 280 [*Construções em análise*, E.S.B. XXIII, Rio de Janeiro, Imago].
5. Freud, S., "Un trouble de mémoire sur l'Acropole" (Lettre à Romain Rolland), in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 226 ["Um distúrbio de memória na Acrópole" (carta a Romain Rolland), E.S.B. XXII, Rio de Janeiro, Imago].
6. Freud, S., "Le clivage du moi dans le processus de défense", in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 226 [*A divisão do ego no processo de defesa*, E.S.B. XXIII, Rio de Janeiro, Imago].
7. Lacan, J., *Le séminaire I, Les écrits techniques de Freud*, op. cit., p. 22 [*O seminário*, livro 1, *Os escritos técnicos de Freud*, op. cit.].
8. Freud, S., *Malaise dans la civilisation*, Paris, PUF, 1971, p. 70 [*O mal-estar na civilização*, E.S.B. XXI, Rio de Janeiro, Imago].
9. Lacan, J., *Le séminaire I, Les écrits techniques de Freud*, op. cit., p. 22 [*Os escritos técnicos de Freud*, op. cit.].
10. Idem, p. 244.
11. Ibid., p. 249.
12. Freud, S., *Die endliche und die unendliche Analyse*, G.W., op. cit., p. 60 [*Análise terminável e interminável*, op. cit.].
13. Freud, S. "Analyse avec fin et analyse sans fin", in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 234 [*Análise terminável e interminável*, op. cit.].
14. Idem, p. 243.
15. Lacan, J., *Le séminaire XI, Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*, Paris, Seuil, 1973, p. 83 [*O seminário*, livro 11, *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1979].
16. Lieberman, E. J., *La volonté en acte. La vie et l'œuvre d'Otto Rank*, Paris, PUF, 1991, p. 286.
17. Freud, S., *Inhibition, symptôme et angoisse*, Paris, PUF, 1965, *Addenda*, p. 85-102 [*Inibições, sintomas e ansiedade*, op. cit.].
18. Freud, S., "Analyse avec fin et analyse sans fin", in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 234. [*Análise terminável e interminável*, op. cit.]
19. Idem, p. 232.
20. Freud, S., *Die endliche und die unendliche Analyse*, G.W., op. cit., p. 60 [*Análise terminável e interminável*, op. cit.].
21. Freud, S., "Analyse avec fin et analyse sans fin", in *Résultats, idées, problèmes*,

- op. cit., p. 235; *Die endliche und die unendliche Analyse*, G.W., op. cit., p. 62 [Análise terminável e interminável, op. cit.].
22. Idem, p. 234.
 23. Freud, S., "Analyse avec fin et analyse sans fin", in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 236; *Die endliche und die unendliche Analyse*, G.W., op. cit., p. 62 [Análise terminável e interminável, op. cit.].
 24. Idem, p. 235; G.W., op. cit., p. 64.
 25. Idem, p. 235.
 26. Ibid., p. 236.
 27. Ibid., p. 241.
 28. Ibid., p. 236.
 29. Freud, S., *Die endliche und die unendliche Analyse*, G.W., op. cit., p. 64 [Análise terminável e interminável, op. cit.].
 30. Freud, S., "Analyse avec fin et analyse sans fin", in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 240; *Die endliche und die unendliche Analyse*, G.W., op. cit., p. 69 [Análise terminável e interminável, op. cit.].
 31. Freud, S., "Analyse avec fin et analyse sans fin", in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 252 [Análise terminável e interminável, op. cit.].
 32. Freud, S., "Le clivage du moi dans le processus de défense", in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 284 [A divisão do ego no processo de defesa, op. cit.].
 33. Freud, S., "Analyse avec fin et analyse sans fin", in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 239 [Análise terminável e interminável, op. cit.].
 34. Idem, p. 238; *Die endliche und die unendliche Analyse*, G.W., op. cit., p. 67 [Análise terminável e interminável, op. cit.].
 35. Idem, p. 241.
 36. Ibid., p. 236.
 37. Freud, S., "Analyse avec fin et analyse sans fin", in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 242.
 38. Idem, p. 238. *Die endliche und die unendliche Analyse*, G.W., op. cit., p. 70.
 39. Freud, S., "Analyse avec fin et analyse sans fin", in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 246.
 40. Idem, p. 246.
 41. Lacan, J., *Le séminaire XI, Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*, Paris, Seuil, 1973, p. 10 [Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise, op. cit.].
 42. Freud, S., "Analyse avec fin et analyse sans fin", in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 249.
 43. Idem, p. 249.
 44. Lacan, J., "Remarques sur le rapport de Daniel Lagache", in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, p. 661.
 45. Freud, S., "Analyse avec fin et analyse sans fin", in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 265 [Análise terminável e interminável, op. cit.].
 46. Idem, p. 256.

47. Lacan, J., *Le séminaire VII, L'éthique de la psychanalyse*, Paris, Seuil, 1986, p. 68 [*O seminário*, livro 7, *A ética da psicanálise*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988].
48. Freud, S., "Analyse avec fin et analyse sans fin", in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 256.
49. Idem, p. 264.
50. Ibid., p. 265.
51. Freud, S., G.W., XVI, p. 99 [*E.S.B. XXIII*, op. cit.].
52. Freud, S., *Résultats, idées, problèmes*, vol. II, Paris, PUF, p. 287 [*Achados, idéias, problemas*, *E.S.B. XXIII*, Rio de Janeiro, Imago].
53. Lacan, J., *O seminário*, livro 11, *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, op. cit.

OS ANALISTAS DA ESCOLA INGLESA E OS DESFECHOS DE SUAS ANÁLISES

A Escola Inglesa

Sob a denominação de Escola Inglesa, reunimos psicanalistas dos anos vinte (James Strachey, Joan Riviere), Melanie Klein e alguns de seus discípulos, Anna Freud e alguns dos dela, e ainda dois teóricos da relação de objeto que se preocuparam com o término da análise, Fairbairn e Guntrip. Evidenciou-se para nós uma correlação entre o que as recentes biografias desses autores puderam ensinar-nos e as proposições teóricas de cada um deles.

James Strachey e Joan Riviere

James Strachey, irmão mais novo do escritor Lytton Strachey, que foi um membro eminente do grupo de Bloomsbury, lançou-se apaixonadamente na psicanálise depois do fim da I Guerra Mundial e, tão logo lhe foi possível, pediu uma análise a Freud. Winnicott esclareceu¹ que a família comportava dez irmãos e irmãs e se organizava como se houvesse duas gerações: Lytton fazia parte da geração dos mais velhos e James, da dos caçulas. Winnicott pensou isolar nisso o traço que depois marcaria o relacionamento de Strachey com Freud. Podemos observar que esses dois filhos, de família abastada e eminente da sociedade vitoriana, tiveram que resolver, cada qual a seu modo, o problema do confronto com o ideal do grande homem. Lytton denunciou-lhe as aparências em suas biografias e James formulou uma solução igualmente original. Por um lado, ele dedicaria sua vida à tradução das *Obras completas* de Freud e ao estabelecimento da única edição crítica integral de que dispomos delas até hoje. Por outro, Winnicott deu a entender, nas entrelinhas de sua homenagem a James Strachey, que este havia se identificado, até mesmo

na silhueta, com o mestre de Viena. Essa foi, para ele, a imagem do grande homem que dava vontade de viver. As fotos de Strachey mostram bem até que ponto ele levou essa semelhança. A dívida para com o irmão e os laços amorosos entre os dois encontraram uma nova expressão na escolha da mulher de James. Alix entrou em sua vida à saída de uma recepção em Cambridge, onde ele enfim descobriu uma mulher a quem qualificou, numa carta a Lytton, de *absolute boy*.² Seu companheirismo intelectual selou-se a partir desse momento e se revelou infalível.

Strachey também publicaria “A natureza da ação terapêutica em psicanálise”³ e “A introdução do supereu do analista”,⁴ artigos que marcaram época no movimento psicanalítico no que concerne à saída da análise. Strachey inspirou-se no Freud de “Psicologia das massas e análise do eu”, texto iniciado em 1920, o mesmo ano do começo de sua análise. Ele apreendeu o amor transferencial como decorrente, em última instância, do amor do supereu. A terapia psicanalítica não consistiria na supressão dessa instância, mas na adoção, em seu lugar, de um supereu mais flexível e mais pragmático: “O processo da análise pode ser considerado, por esse ponto de vista, como uma infiltração do supereu auxiliar no rígido e inadaptável supereu original, tendo um contato maior com o eu e com a realidade.”⁵ As interpretações visariam, assim, a “provocar a introdução do analista”.

No caso de James Strachey, a solução formulada em sua própria análise e sua concepção da saída afiguram-se indissociavelmente ligadas. Examinemos, agora, outra grande figura da mesma geração, a Sra. Joan Riviere. Disposomos de um conjunto de cartas dirigidas a seu primeiro analista, Ernest Jones, bem como de depoimentos recentes numa coletânea de seus artigos.⁶

Ela chegou à psicanálise através de sua neurose, que eclodiu após a morte de seu pai, em 1909, quando Joan tinha vinte e seis anos. Segundo sua correspondência com Jones em 1918, podemos supor que, em 1910, ela fizera uma tentativa de suicídio, ligada a esse falecimento e ao desfecho infeliz de uma história de amor. Em 1916, ela solicitou a Ernest Jones uma psicanálise, que se desenrolaria durante quatro anos, com uma interrupção em 1918, num clima de intensa paixão transferencial, acumulada por uma sucessão de ameaças de suicídio, interpretadas pelo analista como repetições. A interrupção ocorreu por causa de diferentes doenças, dentre elas uma tuberculose. Joan Riviere denunciou violentamente a tapeação do amor transferencial, “um objeto de tortura”. Acusou o analista de havê-la seduzido e, depois, de haver se casado para fugir de seu amor. Acusou-o tanto de inconseqüência (“você não pode ser conde-

nado, meu veredito é que não se pode levá-lo a sério”) quanto de covardia (“permita-me analisá-lo, eu considero fora de dúvida que sua mulher é minha substituta”). Quando a análise começou, passado o perigo da tuberculose, logo se tornou insustentável tanto para um quanto para o outro. Isso, aliás, em nada impediu Joan Riviere de se estabelecer como psicanalista e de enveredar resolutamente pela clínica. Para desbloquear a situação, o analista e sua analisanda pediram a ajuda de Freud. Em 1921, Joan foi a Viena e Jones confidenciou ao mestre que ela fora “seu pior fracasso na vida de analista”, ou ainda, que “ela se pusera a torturá-lo sem trégua, com um sucesso considerável”.⁷ Assim, em 1922, Joan iniciou uma análise com Freud, que, ao mesmo tempo, impôs a Jones que reservasse para ela um lugar no *International Journal of Psychoanalysis*. Aliás, Joan Riviere iria lamentar que Freud a preferisse como tradutora a paciente. Segundo seu depoimento, a interpretação central de Freud teria incidido sobre seu severíssimo ideal do eu.⁸

O resultado da análise permitiu que a reivindicação feita a Jones assumisse um caráter mais dialético. Em 1927, Jones escreveu seu primeiro grande artigo sobre a fase fálica na mulher. Nele, anunciou as elaborações através das quais, dez anos depois, iria situá-la entre a fobia e a perversão.⁹ Foi em resposta ao artigo de 1927 que Joan Riviere escreveu “Womanliness as a Masquerade” [“A feminilidade como mascarada”], seu grande artigo sobre a feminilidade, publicado em 1929, em que ela desejou ensinar a Jones alguma coisa sobre o semblante. Seu exemplo clínico central foi o caso de uma jovem intelectual cujo sintoma era seduzir substitutos paternos, depois de haver exibido seus dons no domínio de um tema de trabalho. Muitos dos traços do caso assemelham-se aos da própria autora. Outros autores já haviam isolado a mascarada feminina, mas a principal contribuição do artigo foi a afirmação de que não há nenhuma verdade a ser buscada sob a máscara, de que a máscara é a própria verdade, a exposição de um semblante, o segredo totalmente superficial da feminilidade.

Quando Lacan destacou a dialética do ser e do ter (o falo), o artigo da Sra. Riviere, traduzido para o francês em 1957 na revista *La Psychanalyse*, dirigida pelo próprio Lacan, apareceu em toda a sua originalidade. A mascarada, além do narcisismo e da identificação, é uma maneira de circundar o vazio, uma suplência à ausência de um significante que nomeie o gozo da mulher no Outro.

Através dessa decisiva contribuição teórica de Joan Riviere, esclareceu-se realmente o desfecho da relação desse sujeito com o severo ideal do eu isolado na análise. Foi nesse mesmo movimento que ela participou

dos debates sobre os problemas cruciais da psicanálise e deu um depoimento sobre sua saída da análise.

Melanie Klein e seus discípulos

Dispomos, no que concerne à teoria do fim do tratamento e da saída da análise em Melanie Klein, de textos precisos¹⁰ e de um relato detalhado de um tratamento, a *Narrativa da análise de uma criança*, publicada em 1961. Ali, Melanie Klein expõe as emoções transferenciais de seu paciente, Richard, numa seqüência perfeitamente ordenada.¹¹ Numa primeira fase, Richard empenhou-se em querer seduzir sua analista — um estado amoroso acompanhado de rivalidade com outro analisando e, em termos mais genéricos, de ciúme em relação aos demais, de quem ele tinha um medo fóbico. Depois, a transferência “deslocou-se para o seio”. Podemos aí verificar como a análise kleiniana procede através da projeção dos maus objetos internos no analista. “Foi um sinal de progresso considerável quando os aspectos persecutórios da relação com a mãe idealizada e com a analista vieram à tona.” Richard atravessou então um pequeno episódio persecutório. Passado esse momento agudo, a clivagem entre bom e mau pôde reconciliar-se durante a terceira fase, caracterizada pela organização do “objeto composto” saído de papai e mamãe, objeto este surgido no decorrer da antepenúltima sessão.¹² A Sra. Klein concluiu: “Com uma relação melhor com os pais, suas relações objetais em geral melhoraram.”¹³

Aí apreendemos uma conjuntura kleiniana da saída de análise: a idealização do analista já não é indispensável ao sujeito para suas boas relações com o objeto. O bom objeto primário é, para a Sra. Klein, um dos nomes da mãe, e com ela se estabelece, na saída da análise, uma relação plena e segura. “O amor de Richard pela mãe e sua confiança nela já estavam estabelecidos. Mas a angústia persecutória e os mecanismos de clivagem reforçavam ininterruptamente sua necessidade de idealizar. Quando essas angústias diminuíram, a relação com o bom objeto primário — com a mãe — tornou-se muito mais estável. Além disso, o menino ficou apto a ter mais amor pelo pai, graças à análise de seu complexo de Édipo, no qual o elemento paranóico era muito poderoso.”¹⁴

Assim, Melanie Klein associou o pai ao sucesso da análise e assinalou o papel de um uso temperado da rivalidade separatória, mas o essencial continuou a ser o estabelecimento da experiência de amor pela

mãe, atingida na análise pelo dom do objeto composto. Para além do momento de transferência paranóide, o fim da análise nos confrontaria com uma relação com o objeto como não faltante ao apelo. Esse fim é concebido, não em termos de separação, mas de reparação.

A introdução do conceito de inveja não pode ser retirada do contexto da safda de análise de uma aluna de Melanie Klein, Paula Heimann.¹⁵ Esse conceito foi também justificado pelo desfecho de outras análises didáticas, e não pelo recurso, habitual em Melanie Klein, à análise de crianças. Ela evocou o caso de uma paciente, muito provavelmente Paula Heimann, que sofria de um tipo particular de depressão, marcada pelo novo fator constitutivo a que Klein chamou de inveja. Paula Heimann, em seu artigo sobre a contra-transferência, em 1949, defendeu diversas teses. Primeiro, que “a resposta emocional do analista a seu paciente, dentro da situação analítica, constitui seu mais importante instrumento de trabalho (...). O que distingue essa relação [analítica] das outras não é a presença de sentimentos num dos parceiros, o paciente, e sua ausência no outro, o analista, mas, essencialmente, o grau dos sentimentos experimentados e uso que se faz deles.”¹⁶ Em seguida, ela distinguiu radicalmente disso a comunicação de sentimentos do analista ao paciente: “Tal franqueza é mais da natureza de uma confissão e constitui um fardo para o paciente.” Por fim, quanto à necessária humanidade do analista, Heimann concluiu: “(...) a mudança que ocorre no eu do paciente reforça seu senso de realidade, de modo que ele considera seu analista como um ser humano, nem Deus nem diabo, e a relação ‘humana’ na situação analítica sobrevém por si só, sem a intervenção de meios extra-analíticos.”¹⁷ Melanie Klein jamais aceitaria essa perspectiva, cujo erro denunciou publicamente quando ela proveio de outros expositores, como Margaret Little, por exemplo. As manifestações contra-transferenciais pareciam-lhe conclamar a uma única resposta: mais análise. Paula Heimann representou para Melanie Klein uma experiência tal que, decorridos dezoito anos, ela acabou por lançar um desafio e declarar o ato analítico impossível no caso dela. E, partindo daí, Klein identificou um objeto paradoxalmente considerado inatingível no contexto da análise.¹⁸

Alguns discípulos de Melanie Klein: Roger Money-Kyrle e Wilfred R. Bion

Dentre os membros da associação fundada em fevereiro de 1955, tendo por objetivo o ensino e a pesquisa em psicanálise a partir dos conceitos kleinianos, figuraram a própria Melanie Klein, Wilfred R. Bion, Roger

Money-Kyrle e Paula Heimann. Nesse ano, Melanie Klein apresentou *Inveja e gratidão* em sua forma inicial, que marcou o rompimento irreversível com Paula Heimann. Klein confiaria seu legado teórico a Bion e Money-Kyrle.

Roger Money-Kyrle, que faria a compilação das *Obras completas* de Melanie Klein, chegou à psicanálise através da filosofia. Para explicar a saída de uma análise, ele partiu da postura neopositivista de que, para se obter uma verdade, primeiro é preciso examinar se um problema tem sentido lógico, caso em que se pode fazer a verificação por meio da realidade. Em seu trabalho sobre “Psicanálise e ética”,¹⁹ ele escreveu: “A psicanálise é um processo racional que só opera expondo o erro e substituindo-o pela verdade.” Por outro lado, em “The Aim of Psychoanalysis” [A meta da psicanálise], ele observou que o objetivo da psicanálise é “ajudar o paciente a compreender e superar empecilhos emocionais, para que ele descubra o que inatamente já sabe”. O aparelho psíquico e o inconsciente, para Money-Kyrle, seriam objetos do “mundo externo”, decorrentes de métodos de verificação.

Mas essa concepção apresentava dificuldades. Ele assinalou uma delas, em 1955, em “Uma contribuição incompleta à teoria do instinto de morte”, indicando que a representação da morte era um nada e, ainda assim, uma verdade: “Tanto Freud quanto Jones já haviam sustentado que não podemos temer o inconcebível, e que é psicologicamente possível fazer uma idéia positiva de uma coisa tão negativa que não é nada. Fiquei muito impressionado com essa argumentação, que correspondia a meu próprio sistema epistemológico, mas, posteriormente, fui levado a considerar que havia uma contradição nisso, pois certamente podemos fazer uma idéia da experiência da morte e temê-la.” Ele admitiu, assim, que a psicanálise devia incluir verdades não passíveis de verificação.

Num artigo de 1977, “On Being a Psychoanalyst” [Sobre ser psicanalista], Money-Kyrle generalizou essa objeção: “Embora me pareça que os analistas sabem muitas coisas sobre o inconsciente, grande parte do que eles sabem é como que através de um cristal, obscuramente.” Em outras palavras, estamos sempre na fronteira em expansão de um continente obscuro, que, como na física, não tem fim.

A idéia de Money-Kyrle sobre a infinitude do saber sobre a psicanálise não pode ser separada de seu depoimento sobre a falta “de um fim normal de sua análise com Melanie Klein”.²⁰

Na “Meta da psicanálise”, ele se interrogou sobre o fim da análise em termos não desprovidos de platonismo: o paciente deve chegar ao

reconhecimento de certas idéias inatas, das quais ele sabe sem saber que sabe. Nesse aspecto, Money-Kyrle partilhou da concepção de Bion. A psicanálise deve visar a converter em “conceitos” uma série limitada de preconcepções inatas, que remeteriam às realidades fundamentais da experiência psicanalítica: ao seio, como objeto sumamente bom, ao coito dos pais, como ato sumamente criativo, e ao caráter inevitável do tempo e da morte. Quando o paciente reconhece esses conceitos, a análise atingiu seu objetivo. E sobra um resto: “Aquela voz íntima, adquirida pelos que foram analisados, e que força ao prosseguimento da análise muito depois de ela haver terminado e de seus criadores estarem mortos.”

Bion fez uma concepção análoga do fim e da conclusão de uma análise, ao afirmar que, na experiência psicanalítica, adjetivos como “completa” ou “terminada” não têm razão de ser. Em 1963, em *Atenção e interpretação*,²¹ escreveu ele: “Quanto mais profunda é a investigação, mais claro fica que uma análise, por mais prolongada que seja, só pode ser o começo de uma busca. Ela estimula o crescimento do campo que investiga.” Dessa concepção Bion deduziu a estrutura do saber na experiência: “Se é verdade que a proporção do que é conhecido em relação ao desconhecido é tão diminuta ao término de uma análise, ela deve ser menor ainda durante a análise em si.” O importante é o desconhecido, o ponto obscuro para o qual o analista deve voltar sua atenção, no que ela se distingue da interpretação. Essa relação com o desconhecido é uma relação com a realidade última. Em *Elementos de psicanálise*,²² Bion fez dela a verdade absoluta, a divindade, e chamou esse ponto último de ponto “O”. O “O” é incognoscível, mas tudo o que é conhecimento surge pela elaboração desse ponto.

Bion propôs então, numa passagem célebre, uma prática quase mística da psicanálise, na qual, para mirar no ponto “O”, “o analista tem que se tornar infinito, tem que suspender a memória, o desejo e a compreensão”.²³ Pretendendo identificar o desejo do analista como um operador do vazio na análise, ele apontou um “analista sem qualificação”. Para deixar clara sua postura, Bion citou uma carta de Freud a Lou Andreas-Salomé: “Tenho que me cegar artificialmente para poder concentrar toda a luz num ponto obscuro.” Portanto, chamemos a conclusão da análise segundo Bion de conclusão mística.

Anna Freud e seus discípulos

Anna Freud não propôs, na verdade, outra teoria do fim da análise senão a de um desenvolvimento do eu obtido pela supressão de seus mecanis-

mos de defesa e, portanto, pela análise das resistências. E. Young-Bruehl²⁴ identificou Anna com o caso clínico essencial de dois artigos de Freud, “Uma criança é espancada” e “O problema econômico do masoquismo”. A biografia também revela o caráter autobiográfico da comunicação que levou Anna a ser aceita como membro da Sociedade Psicanalítica de Viena.²⁵ Freud se inquietava com o futuro da feminilidade da filha e decidiu analisá-la, pela primeira vez de 1918 a 1920, colocando-a em contato com Lou Andreas-Salomé para introduzir um toque feminino em sua vida, e depois, pela segunda vez, entre 1924 e 1925. Iniciou-se nessa época a amizade de Anna com Dorothy Burlingham, cujos dois filhos tornaram-se seus pacientes e permaneceram ligados a ela pelo resto da vida.

De 1926 a 1930, Anna manteve uma correspondência com M. Eitingon, amigo da família e discípulo de Freud — na qual evocou o que não pudera dizer ao pai. Essa correspondência foi interrompida quando Eitingon a pressionou a se separar do pai.

Entre 1945 e 1946, a confidente seria Marie Bonaparte. Nos sonhos que analisou com Marie Bonaparte, Anna sempre esbarrou no mesmo ponto: qualquer que fosse a saída libidinal, sempre haveria uma traição ao pai e ao amor que ela nutria por ele. O lugar da Outra mulher foi encarnado, ao longo de sua vida, por uma série de mulheres, de Lou a Marie, que tinham em comum terem sido apontadas pelo desejo de Freud. Era delas que Anna esperava alguma coisa diferente. A declaração mais tocante a esse respeito ocorreu-lhe quando da morte de Dorothy. Anna repetiu as palavras de Cyrano de Bergerac, de Rostand: “Ela pôs um toque de mulher em minha vida.” Com isso, Anna atestou sua fidelidade à solução libidinal que Freud lhe havia apontado na saída de sua primeira análise. Qualquer que tenha sido seu interesse pela questão feminina, encontramos, sobretudo no olhar teórico sobre a psicanálise de Anna e em sua prática, o lugar da educadora exigente, da mãe superior que supervisiona atentamente o desenvolvimento dos filhos.

No que concerne a seus discípulos, reteremos o testemunho da psicanalista norte-americana Esther Menaker, que publicou a história de sua formação em Viena entre os anos de 1930-1935 e de suas duas análises, primeiro com Anna (dois anos) e, depois, com seu aluno Willie Hoffer (um ano).²⁶

A análise com Anna foi feita num registro de transferência passional. Esther queixava-se de sua “sensação crônica de ser desvalorizada”, de sua busca de aprovação e reconhecimento. Anna Freud

esforçou-se por interpretar suas defesas, mas não saiu do círculo da queixa. Ao cabo dos dois anos combinados, a analisanda ficou grávida e não pôde mais pagar suas sessões. A gravidez não pôde ser reconhecida e terminou num aborto. Um ano depois, Esther pediu para se analisar com Willie Hoffer,²⁷ a conselho de Anna. O desfecho foi muito semelhante, exceto pela diferença de que ela teve acesso à maternidade. Mais exatamente, Hoffer conseguiu acalmar a “rebelde vociferante”, graças à maternidade e mediante conselhos de prudência. Menaker ficou com a idéia de que sua análise didática fora “um ritual a que é preciso submeter-se para poder sobreviver às humilhações, quando se quer fazer parte da instituição”. O toque masoquista dessa declaração é marcante. Aliás, esse foi o eixo essencial das contribuições de Menaker à psicanálise. Destacamos o título de um artigo, “O fator masoquista na situação analítica”.

Dois teóricos da relação objetal: R. Fairbairn e H. Guntrip

Durante as controvérsias entre kleinianos e annafreudianos na Sociedade Psicanalítica de Londres, havia-se destacado a novidade da concepção kleiniana da libido, ligando a fantasia a uma representação de objeto. Em 1952, Fairbairn deu um passo a mais e considerou a libido, não mais como a busca do prazer, mas como a busca de um objeto.²⁸ A história do sujeito passou então a ser a dos desacertos nas relações do indivíduo com seus objetos, que, originalmente, são um só: a mãe, a um tempo nutridora e frustrante.

Essa tentativa foi criticada por Lacan em 1955.²⁹ “Esse indivíduo de Fairbairn vive num mundo perfeitamente definido e estável com os objetos que lhe foram destinados (...), ele não nos introduz de maneira alguma numa divisão subjetiva que seja preciso referir a significações recalçadas. Trata-se de um ego organizado, do ego libidinal orientado para seus objetos.” Fairbairn deduziu a influência perturbadora do supereu do fato de que o objeto de satisfação é também fonte de uma frustração, que ele rejeita. Assim se forma, por internalização, o que Fairbairn denomina de “sabotador interno”. “Fairbairn não parece ter encontrado em inglês um termo que lhe parecesse apropriado para expressar a função perturbadora, demoníaca mesmo, do supereu, e inventou um: *internal sabotor*.” A posição do analista e a saída da análise são logicamente dedutíveis desse ponto de partida: “Trata-se de fazê-lo [o sujeito] recuperar o caminho de uma relação normal com os objetos

(...); a introjeção original do *rejecting object** é corrigida pela introjeção de um eu correto, o do analista. O analista que observa é também aquele que deve intervir na revelação da função do objeto recalcado, correlato do eu libidinal.”

Sem dúvida, foi a simplicidade radical das proposições de Fairbairn que prendeu a atenção na época. Da análise de Fairbairn, sabemos pouca coisa. Podemos referir-nos à descrição que ele fez de si em sua autobiografia: “Creio que as ambições de minha mãe a meu respeito (das quais me apropriei) provocaram um reforço de meu narcisismo. Elas me levaram a sentir que eu era alguém muito especial, alguém fora do comum e superior a meu círculo de classe média, alguém com um destino e um futuro. Não obstante, creio que devo ter-me sentido muito culpado por minhas idéias e ambições, porque sempre havia, no fundo, a desaprovação de meu pai. Diante dele, devo ter-me sentido muito culpado por minhas aspirações, que pareciam chocar-se com suas idéias sobre a vida.”³⁰ O próprio Fairbairn devia ter uma idéia exata de seu sabotador interno, a julgar pelo que Winnicott escreveu a Guntrip, um ex-analisando dele: “Eu lhe proponho buscar o que há por trás de sua relação com Freud, para que assim o senhor possa ter sua própria relação com Freud, e não a de Fairbairn. Ele estraga tudo o que faz de bom ao tentar derrubar Freud.”³¹

Convém ler o minucioso relato de Guntrip sobre suas duas análises, primeiro com Fairbairn e, depois, com Winnicott, para discernir como a postura do analista segundo a relação objetal define uma variedade clínica da saída de análise.³² Inicialmente, Guntrip pediu para se analisar com Fairbairn, por causa de desmaios repetidos. A primeira perda da consciência se produziu ante a visão de um irmão morto, quando ele tinha três anos. Durante a adolescência, sua mãe lhe confidenciara que o havia amamentado para evitar uma nova gravidez. No entanto, um ano depois, ela tivera um segundo filho, que havia morrido quando Guntrip tinha um ano e meio. O pai recriminara a mulher por sua recusa a amamentar o bebê, o que poderia ter-lhe salvo a vida. A partir daí, o casal havia suspenso toda e qualquer intimidade.

O desejo do Outro, questionado pela acusação do pai, seria analisado em termos da relação com o mau objeto, e Guntrip ficaria fixado numa relação dual imaginária, que se repetiria em suas duas análises. Ele assim descreveu suas análises: “Fairbairn, como pessoa, construiu alguma coisa sobre o que meu pai fizera por mim e, como analista, permitiu-

* Objeto rejeitador. (N.T.)

me descobrir, nos mínimos detalhes, como a batalha que eu havia travado para ser independente de minha mãe, a partir dos três anos e meio, contribuíra para o estabelecimento de minha personalidade (...). Winnicott, com uma personalidade completamente diferente, compreendeu e preencheu o vazio deixado por minha mãe durante três anos e meio, desde o começo de minha vida. Eu precisava de um e do outro e tive a extrema sorte de encontrar os dois.” Essa é uma formulação pacificada da virulenta censura dirigida a seus dois analistas ao longo das duas análises: você nunca saberá o quanto minha mãe era má, o quanto minha única relação objetal foi uma relação com o mau objeto absoluto. O primeiro analista tentou deslocar a censura para o pai e para a articulação edipiana. O segundo continuou a insistir no fato de que a mãe má é necessariamente precedida pela mãe “suficientemente boa”. A grande diferença entre os dois foi que Fairbairn, como indicou Lacan, deixou, num certo momento, de portar a palavra do sujeito, ao passo que Winnicott a portou. Ao se fazer causa da fala, o efeito transferencial produzido nesse sujeito que se apagava de seu ser foi inesperado. Ele se manteve numa vontade de jamais se apagar no diálogo.* Nunca se separou de seu analista e sempre quis ter a última palavra. Só encontrou a paz através de um sonho libertário,³³ finalmente alcançado depois da morte de Winnicott.

* Convém notar que “desmaiar”, “desaparecer”, “apagar-se” são traduções de um mesmo verbo usado no original, (*s'*)*evanouir*. (N.T.)

NOTAS

1. Winnicott, D.W., "James Strachey: Obituary", *International Journal of Psychoanalysis*, 50, 1969.
2. Meisel, P. e Kendrick, W. (orgs.), "Bloomsbury/Freud: James and Alix Strachey", in *Correspondance (1924-1926)*, Paris, PUF, 1985.
3. Strachey, J., "La nature de l'action thérapeutique de la psychanalyse", in *Revue Française de Psychanalyse*, 34, 1970, p. 255-84.
4. Lacan, J., *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, p. 607.
5. Strachey, J., op. cit.
6. Riviere, J., *The Inner World and Joan Riviere. Collected Papers, 1920-1958*, org. de A. Hughes, Londres/Nova York, Karnac Books, 1991.
7. Freud, S. e Jones, E., *The Complete Correspondence of Sigmund Freud and Ernest Jones, 1908-1939*, org. de R. A. Paskauskas, The Belknap Press, Harvard University Press, 1993.
8. Riviere, J., op. cit.
9. Lacan, J., *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, p. 703, nota 1.
10. Klein, M., "On the criteria for the termination of a psychoanalysis", *International Journal of Psychoanalysis*, 31, p. 78, 1950; trad. franc.: "Sur les critères de fin d'analyse", *Psychanalyse à l'Université*, dezembro de 1982, p. 5-10.
11. Laurent, E., "Trois guises de l'objet", in *Ornicar?*, 26/27, e "Ce que savait Mélanie", in *Ornicar?*, 24.
12. Klein, M., *Psychanalyse d'un enfant*, Paris, Claude Tchou, 1973, p. 425 [*Narrativa da análise de uma criança*, Rio de Janeiro, Imago, 1976].
13. Klein, M., op. cit., p. 434.
14. Idem.
15. Grosskurth, P., *Mélanie Klein, son monde et son œuvre*, Paris, PUF, 1990, p. 539-48.
16. Heimann, P., "A propos du contre-transfert", *Le contre-transfert*, Paris, Navarin, 1987, p. 24.
17. Idem, p. 28.
18. Klein, M., *Inveja e gratidão — Um estudo das fontes do inconsciente*, Rio de Janeiro, Imago, 1974].
19. Money-Kyrle, R., "Psychoanalysis and ethics", *The Collected Papers of Roger Money Kyrle*, org. D. Meltzer, Clunie Press, Strath Tay, 1978.
20. Money-Kyrle, R., "Autobiographical note", op. cit.
21. Bion, W. R., *Atenção e interpretação — Uma aproximação científica à compreensão interna na psicanálise e nos grupos*, Rio de Janeiro, Imago.
22. Bion, W. R., *Éléments de psychanalyse*, Paris, PUF, 1979.
23. Bion, W. R., *Atenção e interpretação*, op. cit.

24. Young-Bruehl, E., *Anna Freud*, trad. franc. de Jean-Pierre Ricard, Paris, Payot, 1991.
25. Freud, A., "Schlagenphantasie und Tagtraum", *Die Schriften der Anna Freud*, vol. I, Fischer Taschenbusch Verlag, 1922 (trad. francesa in *Féminité masquée*, Paris, Seuil, 1994).
26. Menaker, E., *Cita in Viena*, Barcelona, Gedisa, 1990.
27. Lacan interessou-se pelas concepções de Willie Hoffer sobre o fim da análise e lhe dedicou uma referência em seu texto "Variantes de la cure type", in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, p. 338.
28. Fairbairn, R., *Estudos psicanalíticos da personalidade*, Rio de Janeiro, Intera-mericana, 1980.
29. Lacan, J. As citações que se seguem foram extraídas do seminário de 1º de junho de 1955, *Le séminaire II, Le Moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse*, Paris, Seuil, 1978, p. 290-300 [*O seminário*, livro 2, *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985].
30. Citado por Sutherland, J., *Fairbairn's Journey into the Interior*, Londres, Free Association Books, 1989.
31. Citado por Guntrip, H., "My Experience of Analysis with Fairbairn and Winnicott", in *International Review of Psychoanalysis*, vol. 2, 1975.
32. Guntrip, H., "Mon expérience de l'analyse avec Fairbairn et Winnicott", in *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 15, Paris, 1977.
33. Laurent, É., *Concepciones de la cura en psicoanálisis*, Manantial, Buenos Aires, 1984, p. 46.

VARIEDADE CLÍNICA DA SAÍDA DE ANÁLISE

Começos Difíceis

A tradição rotulou com o termo “neuroses inanalísáveis” os casos em que o sofrimento ligado ao sintoma resiste ao trabalho da análise.

Não é raro fazer-se o apelo ao analista em nome de um vago mal-estar, de uma complicação do ser, de uma dificuldade no amor, de um infortúnio, enfim. O objetivo das entrevistas preliminares é justamente fazer com que o perfil do sintoma brote do plano indiferenciado das queixas. A constituição do sintoma como sintoma analítico pressupõe que o sujeito o reconheça e o assuma como lhe sendo próprio. Sua queixa cede então lugar a uma verdadeira demanda: a de querer ser libertado do sintoma.¹

Limites do discurso analítico

Em 1905, Freud fez uma série de comentários sobre os limites do discurso analítico. Subordinou a oferta analítica ao respeito a certas condições, elevadas à categoria de condições *sine qua non*. Lembrou que as psicoses, a idade do sujeito ou seu caráter constituíam obstáculos que nem sempre podiam ser afastados.² Retomou o assunto, vinte e cinco anos depois, e recomendou julgar a demanda de análise em função da “forma da doença”. Estendeu a entrada em análise às anomalias do caráter “desenvolvidas em lugar das neuroses de transferência”,³ mas excluiu dela os “estados psicóticos”. De qualquer modo, é difícil diagnosticá-los de imediato.

Em vista disso, Freud recomendou um período de ensaio — de algumas semanas ou alguns meses — para avaliar a demanda terapêutica do paciente ou a demanda de formação do candidato e formar um juízo mais preciso: “Com efeito, compramos gato por lebre. O paciente traz

consigo males indeterminados, genéricos, que não permitem um diagnóstico seguro. Após esse período de ensaio, é possível que se revele tratar-se de um caso inadequado. Sendo assim, dispensamos o candidato; com o paciente, ainda fazemos uma tentativa de saber se não podemos vê-lo sob um prisma mais favorável.”⁴

Foi assim que a literatura analítica viu surgir a noção de *neurose de caráter*, que a prática das “análises-padrão” acabou por qualificar de inanalizável. A crítica de Lacan à noção de análise padrão orientou o problema de outra maneira, introduzindo o desejo do analista no começo da experiência, desde as entrevistas preliminares.

O critério do sintoma

Foi Otto Fenichel, dentre os discípulos de Freud, quem mais avançou na questão do caráter e do estatuto clínico que convinha dar-lhe.

Seu ponto de partida foi a descoberta de uma mudança radical no âmbito das neuroses: nem a histeria nem a obsessão continuavam a se apresentar como na época de Freud. Havia mudado, mas para pior, pois o compromisso subjetivo, nessas “neuroses modernas”, era de tal intensidade que a fronteira entre sintoma e personalidade desaparecia. Nesse caso, a conjunção do sujeito com seu sintoma não deixava nenhuma margem ao trabalho da análise.

Fenichel, que havia compreendido que o traço de caráter é uma elaboração secundária do conflito neurótico, falou de “distúrbios” ou até de “neuroses de caráter” nos quais reconheceu uma especificidade, por eles aparecerem como respostas que lançam mão da aliança do sujeito com seu gozo.⁵

Disso resulta, para a análise, uma dificuldade particular: a atitude do paciente diante de seu problema difere da do neurótico frente a seu sintoma. O sujeito já não pede para ser desembaraçado de seu mal-estar. Sob a aparência de um “orgulho do ser”, Fenichel apontou um sujeito que não cede à dor, que encontra no sofrimento um esteio para seu amor-próprio e para sua reivindicação.⁶

Mas, enquanto Freud havia abordado esse impasse elaborando a série dos tipos libidinais, Fenichel optou por classificar as neuroses em questão e se perdeu no estabelecimento de uma tipologia exaustiva, mas estéril. Mesmo assim, continuou a ser clínico ao recomendar:

a) o prosseguimento das entrevistas até que o sujeito se torne “efetivamente responsável”;

b) a condução do trabalho de maneira a que a neurose de caráter se transforme numa neurose sintomática.⁷

A entrada em análise

De fato, o caráter presentifica um ponto em que a demanda se escora e se detém. Sem dúvida, ele concerne à esfera do “eu”. Do ponto de vista clínico, o caráter zela pela manutenção das formas cristalizadas em que se decide um dos modos de satisfação que Lacan identificou, desde muito cedo, como um “gozo inefável”.⁸

Concebido como um estilo de vida, ele comporta modificações que parecem definitivas e acaba por determinar uma rigidez psíquica, ou, mais simplesmente, por barrar ao sujeito o acesso a qualquer novo caminho.⁹ Afinal, Freud já o definia como a marca indelével de um real, o efeito de um trauma eficazmente recalcado. Nesse sentido, ele tem o valor de um memorial que celebra o sucesso do recalamento. É nisso que serve de esteio à paixão pela ignorância e representa o ponto de apoio em que o sujeito se torna a alavanca de seu “não querer saber nada disso”.

Os traços de caráter e, mais ainda, as neuroses de caráter funcionam como índices de uma significação absoluta, o que equivale a dizer que são estreitamente solidários com a fantasia. Por isso, oferecem-nos o exemplo mais rematado de uma equivalência formal, mas sobretudo real, entre sintoma e fantasia, que confere ao quadro clínico sua aparência imutável.

Com isso, eles são um desafio à análise, pois a questão é ver se o encontro com o psicanalista é capaz de desestabilizar o que foi selado no traço de caráter.

NOTAS

1. Lacan, J., "Yale University. Entrevue avec les étudiants", *Scilicet*, 6/7, Paris, Seuil, 1966, p. 32.
2. Freud, S., *Sobre psicoterapia* (1905), vol. II, Madri, Edición Biblioteca Nueva, 1968, p. 397 [*Sobre a psicoterapia*, E.S.B. VII, Rio de Janeiro, Imago, 1989].
3. Freud, S., "XXXIV^e Conférence: Éclaircissements, applications, orientations" (1933), *Nouvelles conférences d'introduction à la psychanalyse*, Paris, Gallimard, 1984, p. 207 [*Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*, Conferência XXXIV, E.S.B. XXII, Rio de Janeiro, Imago].
4. Idem, p. 208.
5. Fenichel, O., *Teoria psicoanalítica de las neurosis*, Buenos Aires, Paidós, 1966, cap. XX [*Teoria psicanalítica das neuroses*, Rio de Janeiro, Atheneu, 1981].
6. Lacan, J., "L'agressivité en psychanalyse", in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, p. 107.
7. Fenichel, O., op. cit., p. 598-9, nota 5.
8. Lacan, J., "Fonction de la psychanalyse en criminologie", in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, p. 149.
9. Lacan, J., op. cit., p. 259-60.

Saídas Possíveis

A consideração freudiana do sintoma como realização de um desejo, à semelhança das outras formações do inconsciente, foi precedida pela do sintoma como “punição” ou “impulso mau”.¹ A ligação do sintoma com o pulsional já fora evidenciada antes de sua articulação com o inconsciente.

O sintoma como inconsciente se manteria até *Além do princípio do prazer*,² quando então foi tratado como uma espécie de satisfação silenciosa que resiste à interpretação. Por sua vertente pulsional, ele compõe então uma série com a reação terapêutica negativa, o masoquismo primário e a pulsão de morte. A partir desse avanço freudiano, o sintoma tornou-se situável na dimensão do gozo.

Lacan reencontraria o caminho de Freud, num percurso que foi do simbólico ao real.

O sintoma como estrutura de linguagem

Num primeiro momento, Lacan acentuou o aspecto significante do sintoma, sem no entanto reduzi-lo ao simbólico. Por exemplo, no livro 2 do *Seminário*, indicou que o sintoma e o sonho têm em comum uma gramática, mas que o sonho é “um estado localizado no tempo”, que permite discernir a função simbólica, ao passo que o sintoma está “inserido num estado econômico global do sujeito”.³

Mas há no sintoma “uma precipitação num material significante”; “o sintoma é em si, e de ponta a ponta, significação, ou seja, verdade, verdade colocada em forma”,⁴ e sua resolução é obtida por sua decifração.

E o fim da análise é solidário com o desaparecimento do sintoma:

instaura-se a partir da dimensão significativa portada pela fala: “A análise só pode ter por objetivo o advento de uma fala verdadeira (...).”⁵

O fim da análise, assim como a dissolução do sintoma, situam-se, pois, num plano simbólico em que o advento da fala verdadeira é equivalente ao desvelamento da verdade.

O indizível no sintoma

Num segundo momento, com respeito ao sintoma e ao fim da análise, Lacan deslocou a ênfase “do simbólico para o real, e, por outro lado, já não é o mecanismo significativo que é o desafio, mas sim o problema da causa”.⁶ O sintoma articula-se não somente com o significante, mas também com um elemento fora do significante. Evidentemente, ele conserva sua estrutura significativa, seu envoltório formal, porém Lacan insiste na dimensão do gozo. Na falha do saber do Outro instaura-se o gozo do sintoma, via objeto *a*.

Esse objeto resiste à elaboração significativa, na medida em que falta um elemento que o nomeie. Esse indizível, a experiência analítica, uma experiência de fala, vai delimitando progressivamente, até reduzi-lo ao impossível de dizer. É o fim de um percurso que tem como ponto de partida o sintoma e que se conclui, no final da experiência, pela travessia da fantasia e pelo discernimento do objeto causa do desejo, “quando, estando resolvido o desejo que sustentou o psicanalizando em sua operação, ele não tem mais vontade, no final, de confirmar a opção, isto é, o resto que, como determinante de sua divisão, o faz decair de sua fantasia e o destitui como sujeito”.⁷

O sintoma e a letra

Num terceiro momento, Lacan recorreu à topologia dos nós para explicar o sintoma e o fim da análise (cf., em particular, *RSI*, *Le sinthome* e “L’insu que sait de l’une-bévue s’aile à mourre”).*

Ali, o sintoma é definido como aquilo com que o sujeito se

* Esses títulos de Lacan, excetuado o *RSI*, abrigam duplos sentidos que se perdem fora da língua francesa: “Le sinthome” : “O sant’homem”/“O sintoma”, e “L’insu que sait...” : “O insucesso do inconsciente é o amor”/“O insciente que sabe d’A equivocação mostra o jogo”. (N.T.)

identifica, e o fim da análise é abordado em termos de um saber haver-se: “Saber haver-se com seu sintoma, esse é o fim da análise.”⁸

O sintoma, como função de atamento, detém a decifração inconsciente infinita. Dessa maneira, o sintoma, como aquilo que dá nó, assume para um sujeito a função reservada ao Nome-do-Pai.

Os modos de saída

Este percurso um tanto conciso, segundo momentos diversos do ensino de Lacan, permite situar algumas saídas possíveis de análise. O obstáculo ao advento de uma fala verdadeira pode comprometer a experiência analítica. À insistência do simbólico cria obstáculo a resistência do imaginário, a inércia imaginária devida à fantasia, em relação à qual o sujeito não se dispõe a ceder nada, e que pode estar na origem de uma interrupção da análise. Daí a advertência de Lacan ao analista para que não se coloque no lugar dos investimentos imaginários do sujeito.⁹

Num segundo momento do ensino, as saídas da análise giram em torno do desejo do analista. A resolução de seu enigma assinala o fim da análise. Mas sua falha compromete o próprio prosseguimento da experiência. Jacques-Alain Miller deu um exemplo disso a propósito do caso Dora: “Quando é feito um apelo à falta no Outro (que não é um apelo ao Nome-do-Pai) e essa falta vem a faltar, produz-se uma conjuntura de saída de análise.”¹⁰

Num terceiro momento, as saídas da análise passam a depender do limite dado pelo atamento através do sintoma.

NOTAS

1. Freud, S., "Manuscrit N" (1897), in *La naissance de la psychanalyse*, Paris, PUF, 1956, p. 185 ["Rascunho N", in "Excertos dos documentos dirigidos a Fliess", *E.S.B.* I, Rio de Janeiro, Imago, 1987].
2. Freud, S., *Au-delà du principe du plaisir* (1920), Paris, Petite Bibliothèque Payot, 1984, p. 57 [*Além do princípio do prazer*, *E.S.B.* XVIII, Rio de Janeiro, Imago].
3. Lacan, J., *Le séminaire II, Le moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse (1954-1955)*, op. cit., p. 150 [*O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, op. cit.].
4. Idem, p. 368.
5. Lacan, J., "Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse" (1953), in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, p. 302.
6. Stevens, A., "Les usages du symptôme", in *Quarto*, Boletim da Escola da Causa Freudiana na Bélgica, 37-38, p. 109.
7. Lacan, J., "Proposition du 9 octobre" (1967), in *Scilicet*, 1, Paris, Seuil, 1968, p. 23.
8. Lacan, J., "L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre" (seminário de 16 de novembro de 1976), in *Ornicar?*, 12-13, p. 7.
9. Lacan, J., "Variantes de la cure type" (1955), in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, p. 348.
10. Miller, J.-A., "Les sorties d'analyse", in *La Lettre Mensuelle de l'ECF*, 118, p. 30.

A Re-análise: Uma Abordagem Crítica

A conclusão assintótica

O termo “re-análise”, que suscita um certo interesse no continente latino-americano, especialmente na Argentina, não figura em Freud. Nele encontramos outras expressões. Em sua carta a Fliess de 16 de abril de 1900, ele escreveu: “E. finalmente terminou sua carreira de paciente, vindo jantar aqui em casa. O enigma que ele apresentava foi *quase* totalmente resolvido; ele se porta às mil maravilhas e seu modo de ser modificou-se inteiramente; no entanto, conservou alguns sintomas residuais. Começo a compreender que a aparente duração interminável de seu tratamento é uma coisa normal, que está ligada à transferência. Espero que o resultado prático não seja influenciado por esses sintomas residuais. Só cabia a mim prolongar ainda mais o tratamento, mas suspeitei de que se tratasse, nesse caso, de uma solução conciliatória entre o estado patológico e a saúde, solução desejada pelos próprios doentes, mas à qual o médico não deve se prestar. A conclusão assintótica (*der asymptotische Abschluss*) do tratamento me é indiferente em si, mas constitui, apesar de tudo, uma decepção para o meio circundante. Não perderei esse homem de vista, aliás. Como ele teve que arcar com o ônus de todos os meus erros técnicos e teóricos, penso poder levar a bom termo o próximo caso em metade do tempo. Que o Senhor possa ao menos dignar-se enviá-lo a mim...”¹

Destacamos, nessa citação, as referências a um resto, a manifestações residuais da transferência, bem como à assíntota concernente à conclusão da análise.

A retomada da análise

Em 1932, na XXXIV das *Novas conferências*, “Esclarecimentos, aplicações e orientações”, Freud também mencionou a retomada da análise: “Em muitos casos, temos razões para retomar uma análise após um grande número de anos, por ter a vida desenvolvido, diante de novas situações, novas reações doentias; no entretanto, todavia, nosso paciente terá estado com boa saúde. Isso provém de a primeira análise não ter feito surgirem todas as suas inclinações patológicas e de ter sido natural que a análise parasse, uma vez obtido o sucesso. Há também pessoas gravemente prejudicadas, que são mantidas durante a vida inteira sob supervisão analítica e que, de tempos em tempos, retomamos em análise, mas, sem isso, tais pessoas seriam absolutamente incapazes de viver, de modo que devemos felicitar-nos por poder mantê-las de pé através desse tratamento fracionado e recorrente. A análise dos distúrbios de caráter também exige longos períodos de tratamento, mas é freqüentemente coroada de êxito; e será que os senhores conhecem outra terapia pela qual pudéssemos sequer abordar essa tarefa? A ambição terapêutica pode sentir-se insatisfeita com essas indicações, mas aprendemos, a partir do exemplo da tuberculose e do lúpus, que só se pode ter sucesso quando se adapta a terapia às características da doença.”²

Relembramos, por fim, a recomendação de Freud aos analistas, no sentido de se constituírem periodicamente em “objeto da análise, sem sentir vergonha dessa providência” — uma retomada da análise destinada a prevenir, no analista, os perigos inerentes a sua posição.³

A análise dos restos transferenciais

Diversos congressos debateram esse tema e alguns trabalhos conservam um vestígio deles. A problemática da re-análise, nesses textos, pode em geral resumir-se na análise dos restos transferenciais, a despeito do ecletismo teórico dos autores.

Giuliana Smolensky Dellarosa,⁴ em seu artigo “Re-análise”, propõe-se a pesquisar exaustivamente o momento da “mudança de analista” como um fenômeno que tem em si sua problemática específica. “Estou interessada”, escreve ela, “na investigação do momento da mudança de analista e de suas manifestações nos diferentes níveis psíquicos do analisando (...).” A idéia é da travessia de um luto, o do analista anterior, sendo o luto das relações objetais a concepção definitiva da análise.

S. R. Abuchain⁵ conclui da seguinte maneira: “Na retomada de sua análise com outro analista, o paciente repete, com maior ou menor intensidade, aquilo que constituiu para ele uma situação traumática, através de um processo de luto patológico causado pela separação prematura do analista anterior.”

Angel Garma⁶ também confere importância ao analista anterior, como “representante transferencial dos objetos internos persecutórios do analisando, objetos que o proíbem de aumentar seu sentir-se melhor”.

Esses analistas argentinos situam bem o problema da re-análise na vertente dos restos transferenciais, mas por intermédio de um luto relacionado com a perda objetual centrada no primeiro analista. Evidentemente, eles consideram a pessoa do analista como dotada da realidade do objeto.

Por outro lado, poucos trabalhos no seio da IPA abordaram essa questão. Destacaremos, na transcrição feita por McLaughlin⁷ de uma mesa redonda da Associação Norte-americana, em 1959, algumas intervenções:

1) Propôs-se reservar o termo re-análise para a retomada buscada pelo paciente que efetuou com êxito uma primeira análise, com o mesmo analista ou com outro. Dentro dessa perspectiva, a re-análise pressuporia o sucesso da análise anterior, um critério difícil de determinar na prática. Embora essas pessoas propusessem seguir o Freud de “Análise terminável e interminável”, que sugere a feitura de uma segunda ou terceira análises, elas esvaziaram de seu conteúdo o próprio contexto dessa recomendação de Freud.

2) “A história da cura” (Freud) do “Homem dos Lobos” chamou a atenção para uma possível diferença entre análises com analistas de sexo diferente, conforme os diversos períodos da vida do paciente. Sustentou-se a idéia de uma imperfeição da análise com Freud e se considerou que, se a recorrência de uma doença era simplesmente o resultado de uma transferência mal resolvida, a re-análise seria a continuação de uma primeira análise de resultado discutível. Do mesmo modo, nos casos *borderline* [fronteiriços], a re-análise seria necessária, qualquer que fosse o resultado da primeira análise.

Greenson julgou necessária a mudança de analista, dadas as dificuldades do desenvolvimento e do manejo das reações transferenciais. Ele introduziu a idéia de que nem todos os analistas são capazes de analisar todos os pacientes analisáveis, na medida em que o sexo e o temperamento influem nas reações transferenciais. Para ele, quatro anos são suficientes para avaliar os sinais de fim de análise. Se a análise tiver

que prosseguir, ele propõe um analista do sexo oposto. Assinalamos que essa doutrina está de acordo com o que foi e ainda é um motivo freqüente de re-análise na Argentina.

Resta examinar a questão da re-análise nos casos de análise didática. As dificuldades da análise com fins didáticos foram abordadas no congresso de Innsbruck, em 1927, por Rado, Sachs e Deutsch; em 1935, em Viena, por Hermann e H. Deutsch; e novamente em Budapeste, em 1937, bem como em Paris, em 1938, com a participação de Hoffer,⁸ Bibring e Anna Freud. Eitingon fez sete comunicações ao *Training Committee* [comissão de formação] sobre esse tema.

Balint participou, em Londres, em 1953, do que seria a primeira discussão pública sobre a re-análise didática, com Gitelson, Lampl de Groot, Grotjahn e Nielsen. Gitelson sustentou, na ocasião, que o desejo de ser analista é um fator de resistência à própria análise que não pode ser tratado em análise, pois levaria tanto o candidato quanto o analista a desistir.

Para Balint, a questão da didática apresentava-se como uma história melancólica: um começo cheio de esperanças, alguns sucessos iniciais, o surgimento de dificuldades e uma grande crise final.

Foi isso que o levou a considerar um quarto período, “a análise posterior à nomeação”. Essa re-análise, para Balint, seria uma continuação da primeira, mas em circunstâncias diferentes para o eu.

Quanto ao processo que acompanha a passagem para a análise didática, a experiência internacional constatou o obstáculo representado pelo fato de o analista ter que julgar seu analisando perante as instâncias institucionais. Como assinalou Greenacre em 1965, é possível que a “função didática interfira a tal ponto no desenrolar de uma análise que a converta numa análise sem validade”.

Foi pelo fracasso da análise didática enquanto terapêutica que se impôs a necessidade de uma re-análise.

E foi a propósito da análise do analista que se contrastou o fim da análise terapêutica com a análise interminável desses “pacientes especiais” que são os analistas em exercício.

Não surpreende, portanto, que Fenichel possa ter achado que a questão da análise interminável, para Freud, concernia apenas à análise didática.

Re-análise e o corte

Assim, a teoria das modalidades de término da análise determina a concepção das retomadas de uma análise. Tampouco Lacan abordou da mesma maneira as retomadas de análise do “Homem dos Lobos”, as duas análises⁹ do “Homem dos miolos frescos”,^{10,11} ou as de Margaret Little,^{12,13} conforme prevalecessem em seu ensino a dimensão significante ou a do gozo.

Em 1976, Lacan reformulou a questão das “tranches” de análise a partir do nó borromeano.¹⁴ Definiu dois tipos de corte: o de uma contrapsicanálise, que restaura o nó borromeano em sua forma original, enquanto o corte de uma primeira análise, de predominância simbólica, não teria permitido a constituição de um nó sintomatizador do real.

NOTAS

1. Freud, S., *Correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess, 1887-1904*, Rio de Janeiro, Imago, 1986.
2. Freud, S., *Nouvelles conférences d'introduction à la psychanalyse*, trad. franc. de Rose-Marie Zeitlin, Paris, Gallimard, 1984, p. 209 [*Novas conferências introdutórias sobre psicanálise, E.S.B. XXII*, Rio de Janeiro, Imago].
3. Freud, S., "L'analyse avec fin et l'analyse sans fin", in *Résultats, idées, problèmes* (1921-1938), vol. II, Paris, PUF, p. 265 [*Análise terminável e interminável*, op. cit.].
4. Smolensky Dellarosa, G., "Reanálisis", *APA*, 1968.
5. Abuchain, S. R., "Sobre reanálisis", *APA*, XXXIX.
6. Garma, A. et al., "Las etapas finales y la terminación del tratamiento psicoanalítico", *APA*, XIX. Ver também "Tres aspectos básicos de las resistencias transferenciales en las etapas finales del tratamiento psicoanalítico", *APA*, XXX.
7. McLaughlin, F., *Panel de l'Association nord-américaine de psychanalyse*, dezembro de 1958.
8. Hoffer, W., "Trois critères psychologiques pour la terminaison du traitement".
9. Kris, E., *Ego psychology and interpretation in psychoanalytical therapy*, Nova York, 1951.
10. Lacan, J., "Réponse au commentaire de Jean Hyppolite sur la *Verneinung* de Freud", in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966.
11. Idem, nota 3.
12. Lacan, J., *O seminário*, livro 1, *Os escritos técnicos de Freud*, op. cit.
13. Idem, nota 22.
14. Lacan, J., *Le séminaire*, livro XXIV, inédito.

O Imaginário do Fim de Análise Durante o Tratamento

Dizer de um fim de análise que ele não foi expurgado de todo o imaginário não lhe confere, necessariamente, uma valência negativa ou de fracasso. Decerto, a categoria do imaginário está originariamente correlacionada com a relação dual do corpo com sua imagem, do sujeito com o semelhante, do eu com o eu ideal, do a com a' etc., mas a intervenção de Lacan foi prontamente retificadora: a criança diante do espelho se volta, fato suficiente para introduzir no circuito da especularidade o interstício irredutível do simbólico. A crítica inicial de Lacan, portanto, não visou ao imaginário enquanto tal, mas ao desconhecimento do simbólico, não destacado pelos pós-freudianos. Assim, não parece sustentável por muito tempo considerar o fim da análise como uma dissolução do imaginário, ainda que, no nível dos fenômenos que emergem no fim da análise, possam incluir-se eventos de despersonalização que traduzem, incontestavelmente, um abalo da imagem do eu.

Podemos, ao contrário, concordar quanto ao exame crítico dos momentos em que, fazendo-se o imaginário preponderante na determinação do sujeito, este sai da análise de maneira prematura, em relação ao que o atual avanço da doutrina permite julgar acessível, por direito, a todo analisando.

Breves considerações históricas

Em Freud, podemos sensibilizar-nos para a dimensão do imaginário na demanda que seus pacientes lhe faziam de retornar ao *statu quo* de antes do surgimento do sintoma, já que é este que motiva o sujeito a procurar um analista, por cuja ação espera ser livrado dele. Freud sublinhou o que

essa demanda, aliás perfeitamente legítima, comporta de imaginário, quando distinguiu nitidamente, em suas *Conferências introdutórias sobre psicanálise*, os sintomas e a doença: “Para o leigo”, escreveu ele, “a cura consistiria no desaparecimento dos sintomas. Já o médico afirma que o desaparecimento dos sintomas está longe de significar a cura da doença. Mas o que resta da doença, após o desaparecimento dos sintomas, é a faculdade de formar novos sintomas.”¹ Freud, aparentando uma submissão ao modelo médico, designa assim na “doença” uma matriz regeneradora dos sintomas. Não ao sintoma, mas sem tocar na doença — essa poderia ser a fórmula mínima de uma saída de análise dominada pelo imaginário. Ela é suficiente para explicar todas as interrupções da análise em nome de um benefício terapêutico qualquer.

Para esse quadro freudiano, podemos encontrar no ensino de Lacan uma correspondência (pelo menos uma, pois certamente há muitas), a que articula o começo e o fim de uma análise. De fato, há casos em que, seja qual for o desejo aparente do sujeito e quaisquer que sejam as manobras do analista, o começo demora a se produzir. As entrevistas preliminares, cuja função é assegurar que o trabalho analítico não se inicie de maneira fictícia, tomam o rumo de um tempo interminável. O sujeito fica ainda mais impressionado com a ocorrência, em seu discurso, de algum efeito do inconsciente (lapso, sonho, ato falho). A hesitação decorrente disso pode levá-lo a se convencer de que “é isso aí”, de que ele chegou ao término de sua análise, justamente no momento em que se lhe apresenta a oportunidade de ingressar nela.

O objetivo aqui não é nos interrogarmos sobre a direção a ser tomada para manter a continuidade da análise, mas assinalarmos esse tipo de saída possível, que pode ser generalizado. A cada momento decisivo da análise, o analisando pode imaginar que acabou. Basta-lhe ter acesso a um de seus significantes mestres. Ficamos entre a resistência e a defesa do sujeito. Quando o desvelamento da segunda provoca uma mobilização da primeira, mais eficaz do que o desejo causado pelo amor transferencial, o trabalho iniciado se interrompe. O que está em jogo, aqui, é o que se articula entre o sintoma e a fantasia.

O eixo crítico a que Lacan se prende é o de uma recusa do índice imaginário nas concepções pós-freudianas da análise. Dentre estas, Lacan criticou, desde os anos cinquenta, as concepções de Anna Freud e do *establishment* psicanalítico novaiorquino, segundo as quais o que entra em análise é um eu fraco e o que sai é um eu forte, mediante a identificação imaginária com o analista.

Ao que se apresenta como o tratamento de um eu enfraquecido em

sua função de síntese da realidade, em decorrência da irrupção descontrolada das paixões da alma, tratamento este apoiado na imagem ideal do analista, que vale por seu poder de adaptação à realidade, Lacan objetou, em primeiro lugar, com a consideração da estrutura paranóica do eu, uma paranóia primordial que ele deduziu da concepção freudiana do narcisismo. Em seguida, ele propôs conduzir o tratamento psicanalítico de maneira a atacar, para retificá-la, essa relação paranóica básica. O recurso ao Outro, na posição de terceiro, visa a obter uma pacificação. Essa crítica continua a ser exemplar, por isolar o impasse da identificação imaginária com o analista, para então declinar as versões que ela assume nas outras concepções pós-freudianas. Citemos a frase chave: “Introjeção em Ferenczi, identificação com o supereu do analista em Strachey, e transe narcísico terminal em Balint.”²

A referência a Balint parece-nos ter que ser alvo de um exame privilegiado, considerando-se suas numerosas ocorrências no ensino posterior de Lacan. A situação excepcional de Balint prende-se ao fato de ele ter sido aquele que soube ficar à altura da derradeira indagação formulada por Freud a respeito do fim. Ao mesmo tempo, ele foi aquele que, em sua prática e nos relatos que fez dela, colocou os dados do problema de um modo não desaprovado por Lacan (ainda que, é claro, seu quadro teórico tenha sido rejeitado por ele), e também aquele que forjou uma solução “que passou perto”.³ De modo que ele ficou marcado pela imputação que Lacan lhe fez de recair na futilidade de um término identificatório, imputação esta aparentemente difícil de fundamentar, se não discernirmos o problema que está precisamente em jogo — o de resgatar o sujeito *in extremis* de sua destituição.

A concepção do fim da análise em Balint, evidentemente, é função de sua concepção da neurose. Esta resultaria de uma carência real, da frustração devida a uma “carência fundamental”, segundo a expressão cunhada por Balint.

Seria por regressão, outro conceito essencial, que o sujeito em análise reencontraria essa zona da carência fundamental. Para lhe permitir enfrentar essa zona, o analista deve, não “dar o amor primário” que lhe é incondicionalmente pedido pelo paciente, mas “oferecer-se ao investimento pelo amor primário”.⁴ Essa oferta ao amor, mediante a qual o analista exerce para seu paciente a função de “objeto primário”, muito embora saiba não ter nenhum poder contra a carência fundamental, certamente atesta, em Balint, uma experiência e uma intuição exatas da exigência do luto narcísico que sobrevém ao final de uma análise. A esse respeito, aliás, ele usou uma expressão, “cicatriz”, que acabou sendo

retomada por Lacan, mas nem por isso deixa de persistir o fato de que essa oferta de um sim ao amor induz à tentação de alimentar, assintoticamente, a hipótese e a hipoteca de uma solução possível, do lado do Outro, para o irremediável da falta. Foi isso que Lacan registrou e foi no que se apoiou para manter sua restrição até o fim.⁵

Três polaridades

Se agora quisermos, com base nisso, reportar-nos ao que Lacan nos transmitiu, a saber, à existência de uma lógica da análise comandada pela da fantasia, teremos que correr o risco de propor, no conjunto dos momentos homólogos pela liberdade que o eu se arroga na decisão de parar prematuramente, uma diferenciação que seja função da situação transferencial e da relação com a fantasia que neles se descobrem. Essa é a única maneira de darmos a esse “prematuramente” um valor que não seja moralizante.

Para ordenar essa diferenciação, podem-se destacar três polaridades que constituem estratos no ensino de Lacan. Estratos que decerto, devem ser chamados de sucessivos, a despeito de suas superposições, para não edulcorar a grande invenção do passe.

A primeira, formulada em 1958, vai da identificação com o significante onipotente da demanda até a identificação com o objeto da demanda de amor. Esses dois termos definem uma diacronia na análise.

A saída subsequente à entrada no discurso analítico

A entrada em si implica a decisão do desejo. Essa decisão não pode ser formada enquanto o sujeito calca a tarefa analisante no pretensão significante da demanda. Sendo o Outro o portador dessa demanda e com o sujeito reduzindo seu desejo à mensagem invertida da demanda do Outro, não existe nenhuma articulação entre demanda e desejo. Permite-se uma iniciação, mas não uma psicanálise. Essa conjuntura, enquanto não se modifica (o que é o objetivo das entrevistas preliminares), obriga o sujeito obsessivo a só poder resguardar seu desejo negando, de maneira às vezes forçada, o desejo do Outro, ao passo que só deixa ao desejo histórico uma abertura, a de uma proibição de entrar na análise. Quando é dado o passo da entrada, no entanto, não se exclui a possibilidade de que o passo seguinte se marque por uma saída. Basta que a articulação

de uma falha na demanda do Outro, que condicionou a entrada, seja interpretada em termos de impotência. O sujeito retorna então para aquém do limiar transposto com um pé só, ao preço, se necessário, de um grande desvio, para fixar sua fantasia mediante um domínio que ele acomoda em sua estrutura. No histérico, é a identificação com a mulher que supostamente sabe, às voltas com um parceiro impotente. Nesse caso, vemos como a concorrência entre o sujeito suposto saber e a outra mulher, que anima o cenário de um começo de análise, vira bruscamente em favor desta última. Quanto ao obsessivo, ele se vai com o fardo desde então indeponível de, como “fera do real”, ter que desejar, sem os ventos e marés de um pai que, em sua obstinação, persiste em fechar os olhos. O surpreendente é que, nesse entre-dois, o inconsciente possa ter tido tempo de expor sua divisão, como se vê no caso Dora, que nos instrui sobre a essência do desejo histérico.

A saída como identificação com um significante fálico

No extremo oposto dessa primeira polaridade que destacamos, podemos situar um ponto igualmente passível de impulsionar o prosseguimento da análise ou de criar uma oportunidade para sair dela. Um exemplo clínico ilustrará esta segunda opção. Uma jovem, “seduzida e abandonada” pelo marido, descobriu-se, no correr do tempo, “virgem e mártir”, mas continuou a escolher homens que não se interessavam por ela. Haveria de continuar a ser sempre “a coitadinha”, como dizia sua mãe?

Ao longo da análise, entretanto, ela iniciou estudos que levou a termo, procurou e encontrou, inicialmente, um pequeno emprego, e depois acabou criando sua própria empresa. Tornou-se uma “batalhadora”. Sua análise havia começado com um sonho em que ela era “um pássaro implume” e com pesadelos repetitivos com acidentes de avião. E ei-la agora a fazer cursos de pilotagem.

Embora ela estivesse presa entre uma mãe colecionadora de falos e um pai violento e enciumado da mulher, a análise lhe proporcionara a saída de uma identificação com o avô paterno, de quem ela era a favorita. O nome deste tornou-se o de sua empresa, já que era seu sobrenome de solteira, um sobrenome do qual ela antes sentira vergonha. Pois bem, **chegado** esse momento, ela interrompeu sua análise.

De que se tratou nessa conjuntura?

Podemos defini-la como um ponto de cessação da dominação do sujeito pelo capricho do desejo materno, colocado entre aspas pela

assunção de sua denominação pelo Nome-do-Pai. Muitas vezes, esse momento se enuncia no analisando sob a forma de um “eu não era objeto do gozo dela”, coisa que era sabida, mas inconscientemente. Essa menção a uma subtração do gozo não é incorreta, note-se, pois, se “gozo” substitui “capricho do desejo materno” na enunciação do sujeito, é justamente para dizer que só havia gozo na medida em que o sujeito o sustentava privando-se do apoio na metáfora paterna, apesar de ela estar disponível. O inconsciente existe: foi essa a descoberta que resumiu esse momento, uma descoberta que foi além da simples constatação de suas manifestações. Por fim, esse momento correlacionou-se com uma identificação simbólica com o pai (“identificação com o objeto da demanda de amor”), que permitiu contemplar, nos termos de Lacan, um *exit* para a sugestão. Para propor uma referência doutrinária, podemos citar o comentário de Lacan sobre a exclamação de Hamlet junto ao túmulo de Ofélia: “Sou eu, Hamlet, o dinamarquês!” “É na medida”, diz Lacan, “em que o $\$$ mantém uma certa relação com *a* que ele produz subitamente essa identificação, através da qual reencontra, pela primeira vez, seu desejo em sua integralidade.”⁶

Quais foram as coordenadas desse momento? No mínimo, foi preciso que o objeto “pai” se constituísse, para poder ser perdido e substituído por uma identificação que assinalou o início de um luto. Assim, não há como reduzir esse momento unicamente à inscrição no Édipo. Dessa regressão do amor para a identificação, de fato, podemos deduzir que uma antecipação do real do pai (Lacan evocou a liquefação do Sr. Valdemar) produziu-se na análise. Resta explicar por que a analisanda escolheu esse momento para se deter. O problema é que, manifestamente, o sujeito não acabou com sua demanda fálica. Para tomar as coisas pelo lado mulher, digamos que esta saiu da neurose transferencial para enfrentar, a partir de então, a *Penisneid*.

Esta última indicação, que encontramos em Lacan desde 1958, é preciosa, pois nos faz vislumbrar a outra face do impasse formulado por Freud: o choque com a rocha da castração bem pode ser, ao mesmo tempo, a condição do *exit* da sugestão. A tese lacaniana de que Freud analisava como pai revela, neste ponto, todo o seu alcance explicativo. Enquanto o analista toma a seu encargo a enunciação do fim da análise, nem que seja esperando que sua “suposição” concernente à natureza da fantasia transforme-se em “convicção”⁷ no analisando, ele rouba do sujeito, em suma, o ato que poderia destituir o sujeito suposto saber, ou seja, poupa-o do passe. Quanto ao sujeito que, a partir de uma saída assim, autoriza-se a ser analista, é melhor que ele saiba de duas coisas:

o desejo do analista continua parasitado por sua demanda de sujeito — aquele psicanalista, em particular, pode muito bem ser desidealizado, mas não a psicanálise. Daí o possível retorno de uma identificação imaginária com o Psicanalista, epônimo da causa.

A entrada no passe

A segunda polaridade situa-se entre esse segundo término e a entrada no passe. Implica, portanto, a invenção do passe, como algo que tem a vocação de pôr em relevo um momento da análise que é difícil ou impossível de apreender diretamente.

A entrada no passe ocorre quando, para o analisando, demonstra-se na transferência que o desejo do Outro inclui o “nó do ininterpretável”.⁸ De uma forma marcada pelo frescor da descoberta, encontramos em Lacan, relativamente cedo, a intuição dessa báscula: “O sujeito, dizíamos, começa a análise falando de si sem falar com você, ou falando com você sem falar de si. Quando puder falar de si com você, a análise estará terminada.”⁹

Nessa vacilação, o insubjetivável do desejo do analista dificulta uma liquidação da transferência pela totalização da cadeia significativa do inconsciente. Lacan propôs diversas formulações desse momento, sobretudo em seus artigos sobre o passe e em “L’étourdit”. Guardemos simplesmente esta: o analista, “enfim reduzido” ao objeto *a*, “persiste” em causar o desejo do analisando. Resta a este, portanto, separar-se dele. Para que essa separação se dê, há que haver um luto, sobre o qual teremos de nos interrogar antes de concluir. É aí, sem dúvida, que se apresenta uma derradeira tentação de saída antes do fim, que é uma tentativa de salvar imaginariamente esse objeto, o analista, de quem o analisando agora sabe que jamais terá idéia. Desse resgate imaginário, Lacan atribuiu a paternidade a Balint, como já vimos. A consequência de uma saída assim não invalida o tornar-se analista, desde que o passe, como protótipo do ato analítico, tenha ocorrido. Foi por isso que falamos de entrada no passe. Mas, enquanto não termina o luto do objeto que mantém o acoplamento do analisando no analista, e vice-versa, não está excluída a possibilidade de que perdurem efeitos de versão para o pai, que assinalam uma desfalicização insuficiente. Aí vemos em que sentido o “transe narcísico” de Balint fornece o modelo de um desacoplamento inacabado.

Recapitulação

A primeira polaridade vai da identificação com o significante onipotente da demanda para a identificação com o objeto da demanda de amor. Lembramos que essa polaridade é explicitada na p. 635 dos *Écrits*. A segunda vai da identificação com o objeto da demanda de amor para a entrada no passe. A terceira, vamos evocá-la apenas a título de lembrete, já que ela ultrapassa o tema desta introdução: da entrada no passe até o fim, pela travessia da fantasia. Parece-nos útil, apenas, mencionar um traço deste último percurso, que bem poderia valer como critério de sua autenticidade: o sujeito, destituído, perde transitoriamente todo o desejo, o que esclareceria a vertente depressiva do luto, que, aliás, não comporta forçosamente um afeto de dor.

O eixo mais seguro que ordena as diversas escansões que isolamos confirma concernir ao imaginário em sua relação com o desejo do analista. Este é justamente a função operatória da análise, no que é e continuará a ser a incógnita do jogo transferencial. Se assim é, o imaginário poderia ser resumido como o conjunto dos efeitos que continuam, conforme modalidades variadas, a fornecer ícones dessa incógnita — para torná-la adorável ou assustadora, conforme o caso.

Ora, paradoxalmente, a dissipação desse imaginário (e portanto, não do imaginário em geral), que nos parece requerida pela análise, apresenta-se, finalmente, como garantia de que a análise liberte o sujeito de qualquer identificação com o desejo desconhecido do analista. O exemplo inverso, de uma análise terminada pela identificação com esse desejo desconhecido (do analista, seria exagero dizer), provém-nos dos balbucios da psicanálise nascente: é Anna O., identificando-se com o desejo desconhecido de Breuer de ter um filho.

NOTAS

1. Freud, S., *Introduction à la psychanalyse*, Paris, Payot, p. 337 [*Conferências introdutórias sobre psicanálise*, E.S.B. XVI, Rio de Janeiro, Imago].
2. Lacan, J., *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, p. 607.
3. Lacan, J., “L’Étourdit”, *Scilicet*, 4, Paris, Seuil, 1973, p. 44.
4. Balint, M., *Le défaut fondamental*, Paris, Payot, 1971, p. 240.
5. Lacan, J., *Écrits*, op. cit., p. 360, 429, 607 e, por fim, “L’Étourdit”, loc. cit.
6. Lacan, J., *Le séminaire*, “Le désir et son interprétation”, aula de 11 de março de 1959, in *Ornicar?*, 24, outono de 1981, p. 31.
7. Freud, S., *Construções em análise*, E.S.B. XXIII, Rio de Janeiro, Imago.
8. Lacan, J., “La méprise du sujet supposé savoir”, in *Scilicet*, 1, Paris, Seuil, 1968, p. 40.
9. Lacan, J., *Écrits*, op. cit., p. 373.

Fins de Análise na Histeria

O estabelecimento de uma correspondência entre as formulações de Lacan concernentes ao fim da análise e as que são relativas à histeria deixa em aberto e não resolvida a questão de saber se é possível isolar, no tocante à histeria, uma modalidade de fim de análise que lhe seja específica. No entanto, a questão merece ser levantada em relação à histeria, na medida em que essa entidade clínica é a única que podemos ter certeza de ser decorrente da estrutura.¹ Essa certeza deduz-se da maneira como a histérica aborda a estrutura, tomando por objeto de interesse a falta que a centra. Ora, isso é precisamente o que a experiência analítica tem por meta interrogar; podemos avaliar seu fim pela remexida que ela deve introduzir nas relações do sujeito com a falta como tal, e que a teoria psicanalítica ensinou-nos a reconhecer pelo termo castração. Que o histérico possa ser curado de tudo, exceto de sua histeria² — segundo uma formulação provocadora de Lacan —, confirma, na experiência, o impasse com que ele ou ela se depara ao enveredar por esse caminho. As diferentes formulações sobre o fim da análise no ensino de Lacan poderiam ser consideradas como respostas diversas a essa dificuldade. Por conseguinte, tratar-se-ia menos de saber se existe um fim da análise especificamente histérico do que de identificar a que dificuldades concretas correspondem, na análise do histérico, as diferentes formulações sobre o fim da análise.

Breves referenciais

Num primeiro momento do ensino de Lacan, o dos primeiros seminários, o fim da análise foi situado em relação à dialética do reconhecimento

simbólico. Tratava-se de conseguir que o sujeito passasse de uma relação dialética imaginária para uma relação dialética simbólica com o outro. No *Seminário 2*, Lacan enunciou explicitamente que o ideal da análise é chegar a um sujeito sem eu. Esse ideal, é claro, é apenas virtual, mas fixa a meta da análise: “A análise deve visar à passagem de uma fala verdadeira, que une o sujeito a um outro sujeito do outro lado do muro da linguagem. É a relação derradeira do sujeito com um Outro verdadeiro, com o Outro que dá a resposta que não se espera, que define o ponto final da análise.”³ A consequência disso, no que tange à articulação do fim da análise no sujeito histérico, portanto, deve ser situada no âmbito dessa dialética do reconhecimento, e, no que tange à mulher histérica, no poder reconhecer-se como objeto do desejo de um homem.⁴

No período do grafo, Lacan forneceu duas fórmulas da fantasia:⁵ como significação absoluta e como cadeia flexível e inextensível. Elas visavam à mesma estrutura, mas não seguiam no mesmo sentido. Haveria, de um lado, uma fixidez da fantasia, ligada ao desconhecimento de sua função, e de outro, uma flexibilidade da fantasia, ligada à consideração de suas relações com a castração. Teria a operação de uma análise a finalidade de introduzir na fantasia uma mobilidade que a neurose lhe recusa? No seminário sobre “A identificação”, podemos ver que o extravio da função da fantasia no neurótico especifica-se por uma volta particular no histérico. Ele consiste em querer atingir o *a* “fixando a *i(a)*”.⁶ Em sua fantasia, o histérico tenta atingir a inconsistência do Outro no nível do semelhante: reduzir o ser do outro fixando-o na imagem de sua fraqueza. O eu forte do histérico é um eu que se sustenta em sua própria desvalia e através da impotência do outro. O “eu não valho nada” ou o “ele é incapaz de...” exemplificam a maneira como o histérico tenta fixar a *i(a)* em sua fantasia. Assim, obsessivo e histérico têm em comum querer atingir *a*, um destruindo a *i(a)* e outro fixando a *i(a)*. A meta do fim da análise perfila-se, por conseguinte, como um desprendimento em relação ao valor agalmático da impotência. O sujeito histérico tem que transpor sua insatisfação e renunciar à própria renúncia. Aí reencontramos a dialética já presente na “Intervenção sobre a transferência”, ao mesmo tempo que já se perfila a formulação da passagem da impotência ao impossível.

Na época do *Seminário 11* e do passe, Lacan situou o fim da análise em relação à manutenção da máxima distância entre *I* e o objeto *a*. No que concerne ao fim da análise da histérica, ele deu, em seu seminário “De um Outro ao outro”, duas indicações preciosas.⁷ Que significam, para o sujeito histérico, a experiência dos limites do saber no fim da

análise e o justo tributo a ser pago ao saber? Isso consiste, no nível dos enunciados, em avaliar plenamente a incidência da castração no que é dito e, no nível da enunciação, em promover um saber que se sustente num saber vivenciado da relação com o outro sexuado, no que essa relação comporta um impossível em seu horizonte. Se há que renunciar a uma totalização do saber, não é para se dedicar à verdade da falta. O fim da análise, também para o histérico, deve ser situado do lado da transmissão de um saber ligado à própria operação de sua formalização, e não à verdade última que ele desvelaria.

No momento final do ensino de Lacan, especialmente em torno das fórmulas da sexualização, podemos formular o fim da análise em relação à emergência do “não-todo”. O fim da análise, do lado da histérica, consiste, pois, em passar da histeria para a feminilidade, ou seja, em funcionar do lado feminino da sexualização, isto é, em estar apta a presentificar o objeto *a* na fantasia de um homem, ou também em ter acesso a um gozo Outro, um gozo ligado à apreensão da inconsistência e da incompletude do Outro. Ele é também saber haver-se com o falo como semblante. Nos ultimíssimos seminários, se o fim era “saber haver-se com seu sintoma”,⁸ ele pode ser então, para a histérica, passar da posição em que ela se interessa pelo sintoma de um(a) outro(a) para a aceitação de ser o sintoma de um homem, na medida em que o sintoma é aquilo que faz as vezes da não-relação sexual.⁹

Saídas da análise na histérica

O efeito terapêutico

A decifração e a interpretação levam, na análise, a modificações sintomáticas e à dissolução de algumas identificações que dão esteio ao sintoma. Esses são os efeitos terapêuticos da análise. A saída do tratamento efetua-se então no histérico, muitas vezes, pelo caminho de uma reidentificação. Isso pode ser feito, ou por uma inscrição significativa nova ou consentida (S_1), ou por uma identificação com a falta em suas diferentes formas (*A*): falta de satisfação, falta de saber etc. Essas são, portanto, saídas baseadas na obtenção de um efeito terapêutico. Há então uma recusa a se comprometer com a análise além desse ponto, por razões que variam, mas que sempre buscam evitar o reconhecimento do gozo que está em jogo no sintoma.

Essas saídas de análise da histérica, através de um benefício

terapêutico, podem assumir diversas formas. Ou há uma transformação de seu próprio sofrimento neurótico numa infelicidade comum, segundo a expressão de Freud, ou há uma modificação de sua posição sintomática, mas sem alterar essencialmente sua nostalgia da falta a ter e a ameaça constituída pelo suposto gozo do Outro. Apresentamos aqui dois fragmentos de casos que atestam essa situação.

Caso 1 — O que impeliu Fabienne a buscar uma análise, além dos momentos de depressão e da incapacidade de deixar um homem que não queria comprometer-se com a fidelidade, foi a preocupação obsedante e a irritação exagerada que despertavam nela todas as imagens de mulher que invadem as revistas e os muros de nossas cidades. Isso era uma provocação que ela não parava de condenar, embora, até os doze anos de idade, recortasse com uma amiga essas mesmas imagens para guardá-las num caderno. A posição de objeto que ela interrogava na Outra mulher estava também no cerne dos medos irreprimíveis que se apossavam dela quando, depois de levar seu companheiro à porta, ela se via sozinha à noite. A análise trouxe uma atenuação dos terrores noturnos, um distanciamento em relação a sua mãe e a decisão de não mais voar em socorro do irmão. Uma certa desfixação de sua posição de devotamento foi assim obtida. Mas a identificação viril continuou intacta. A indiferença para com sua própria queixa tomou o lugar de sua revolta e de seu sofrimento. Ela acabou por optar por uma solidão que lhe pareceu apresentar menos inconvenientes do que o relacionamento com o homem e a continuação da análise. Fabienne preferiu a insatisfação a ter que pagar o preço do saber, contente em deixar o objeto fálico com outra para continuar presa à condição de uma demanda radical de amor.

Caso 2 — Essa mulher procurou a análise depois de um momento de grande angústia. No correr da análise, os sintomas se deslocaram, mas continuaram centrados no gozo suposto ao Outro. A conjuntura da saída inscreveu-se nessa mesma série de suposição de gozo ao Outro, e seu estabelecimento como analista propôs-se então pelo lado da divisão subjetiva, com a recusa de se colocar na posição de simulacro de objeto.

As suplências d'A mulher

O efeito terapêutico é igualmente obtenível pela manutenção de simulacros ou suplências d'A mulher — para utilizar aqui o que Marie-Hélène Brousse enunciou em sua tese. Trata-se das saídas pela maternidade ou das clássicas curas pelo amor. A saída da análise pode então propor-se

em forma de *acting out*, como no caso seguinte. Éric Laurent já havia mencionado essa forma.¹⁰

Caso 3 — Essa jovem foi ver um analista para melhor assumir sua relação com uma amante, contrariando a opinião dos pais. Saiu da sessão ao ser formulada, de maneira muito abrupta, a questão do desejo de sua mãe, submetida a um pai imperioso e egoísta, e não voltou. O analista, a quem ela dera um endereço falso, não pôde entrar em contato com a moça. Um ano depois, quando foi novamente procurá-lo, uma única vez, ele se deu conta de que ela lhe dera um nome falso; nesse meio tempo, a moça fora hospitalizada em decorrência de uma úlcera no estômago e havia abandonado a amante, para viver maritalmente com um homem com quem esperava casar-se.

Dentro dessa mesma linha, a saída pode consistir, numa mulher histérica, em consentir em ser objeto do desejo de um homem e se prestar à fantasia dele, mas evitando confrontar-se com o mais-gozar que a faz desaparecer como sujeito.¹¹ É o que atesta ainda o seguinte caso, onde a saída da análise apresentou-se como uma recusa a se confrontar com o horror do gozo.

Caso 4 — Essa mulher foi levada à análise por uma espécie de destino familiar que a lançou numa busca da verdade. Na análise, ela pôde efetuar uma inversão de sua posição subjetiva: de desejante, passou a aceitar ser objeto do desejo do outro. Mas parte de sua estratégia histérica de fuga se manteve e ela deixou a análise, em duas ocasiões, para não se confrontar com o horror dessa posição de objeto.

Rupturas da transferência

A dimensão “intersubjetiva” da relação com o significante mestre é mais sensível na histeria e, nesse aspecto, o discurso da histérica faz uma ponte para o discurso do analista. Ora, é precisamente na medida em que o momento de “separação” na relação com o Outro revela-se prevalente na posição histérica que mostram perfilar-se mais facilmente algumas formas de saída da análise por uma ruptura da transferência, que contrasta com as formas de saída indefinidamente esticadas, ou motivadas por circunstâncias “externas”, da neurose obsessiva. Nessa ruptura da transferência, ora o que prevalece é a relação com o Outro do saber, ora a relação com o Outro do desejo. Essas rupturas, que correspondem a momentos de des-suposição e a benefícios terapêuticos certos, nem por isso implicam uma queda da própria significação do sujeito suposto

saber, ou da função de causa do desejo do objeto da fantasia. Em outras palavras, a queda do amor transferencial não equivale a um término do trabalho de transferência, e menos ainda à passagem para a transferência de trabalho.

Três fragmentos clínicos destacam os rompimentos da transferência em que prevalece a relação com o Outro do saber. Nesses casos de saída, o sujeito conclui pela inconsistência do Outro, mas mantém a garantia que extrai de sua fantasia. Talvez isso se deva à emergência da angústia diante do encontro do objeto no que é imputado ao desejo do analista.

Caso 5 — Uma mulher cuja ligação tumultuada com um homem havia motivado a análise resolveu esse sintoma ao mesmo tempo que modificou sua situação de vida. Uma vez obtidos esses efeitos, ela não aceitou, na posterioridade, imputar nenhum deles ao trabalho da análise, mas sim a modificações das circunstâncias. Assim, interrompeu a análise com a idéia de que seu analista dormia e concluiu pela inconsistência do Outro.

Caso 6 — Esse sujeito buscou a análise em decorrência de um sintoma através do qual ela se identificava com a posição materna. Uma série de sonhos mostrou um percurso que ia de uma presença angustiante à queda de um brilho do objeto. Um último sonho evocou a queda da identificação sintomática e uma fantasia de ausência de resposta do Outro. O silêncio em que seu analista se manteve nesse momento veio confirmar a certeza extraída dessa fantasia e provocou a saída.

Caso 7 — Bernadette não estava em sua primeira análise; a saída de seu tratamento fazia pensar que esta seria a última. Logo de início, ela destacou a impotência dos psicanalistas anteriores e um sintoma fóbico — presente, sobretudo, a partir do momento em que temeu estar grávida, após um encontro amoroso sem relações sexuais —, que se tornou cada vez mais incapacitante durante sua análise, a ponto de invadir todo o campo do tratamento. Uma ficção que ela elaborou para organizar sua história foi seguida por uma suspensão do sintoma, que cedeu lugar a uma contestação ativa do psicanalista, que incidia essencialmente sobre a maneira como a voz dele o presentificava na análise. De voz em que se havia transformado, por referência à voz do pai e até mesmo a despeito da suspensão do sintoma, ele foi reduzido, após vários períodos de mutismo por parte do sujeito, a um “não servir para nada” que bastou para provocar a saída.

Se o objeto causa do desejo — isto é, aquilo em que o analista se transforma no fim — é aquilo de que se trata, para a histerica, no cerne

das roupagens do amor, podemos dizer que a resposta à pergunta “quer uma mulher?”, no nível da histérica, é um analista.¹² Em relação ao curto-circuito que introduz a análise no campo do amor, o sujeito histórico acha-se numa posição privilegiada: a demanda de amor e o apego ao desejo do Outro podem ver-se exaltados a ponto de produzir manifestações amorosas, inclusive em relação à psicanálise, sobre as quais o sujeito declara não haver conhecido nada comparável, e que rivalizam com as de sua vida.¹³

O caso seguinte testemunha um tipo de expulsão do analista sem um acabamento do trabalho de transferência.

Caso 8 — “Estou esperando um bebê!”, disse a seu analista uma analisanda encontrada na cidade, alguns meses depois de haver interrompido a análise com o seguinte bilhete sucinto: “Estou suspendendo minha análise com o senhor. Agradeço-lhe. Se eu recomçar um dia, será com uma mulher.” Que essa interrupção da análise foi uma passagem ao ato parece incontestável. Mas a decisão de interromper pontuou uma série de sessões que havia atestado uma báscula no tratamento. Alguns meses antes, Thérèse dissera achar que a análise estava chegando ao fim. Ela havia escolhido seu analista pensando que ele poderia sustentar o trabalho da análise diante de suas manobras sedutoras. Estava saindo de um romance com um homem vinte anos mais velho que ela, era amenorréica e não conseguia terminar um segundo ciclo universitário. Suas demandas eram encontrar um parceiro com quem pudesse viver uma relação livre de seu desejo de incesto, menstruar, para ter a possibilidade de engravidar, e, finalmente, fazer sua tese e realizar um projeto profissional à altura da qualificação universitária com que ela se credenciasse. O trabalho da análise levou-a a reconhecer sua identificação com o objeto do desejo incestuoso: um bebê morto, condensação de sua identificação com o pai que se suicidara quando ela saía da adolescência, do falo que lhe era preciso ser, em substituição ao pai falho, e, por fim, desse filho da transferência. O furo do sexo feminino pôde escrever-se em seu corpo, desde então oferecido ao desejo do homem a quem Thérèse optou por vincular sua vida. Pouco tempo antes da interrupção da análise, o analista havia assinalado sua surpresa ao tomar conhecimento de que Thérèse não consultara um ginecologista para investigar sua esterilidade. Na sessão seguinte, a analisanda lhe expressara sua grande cólera por ter-se permitido que ele a mandasse a um ginecologista daquela maneira. Era como se ele “lavasse as mãos” de seu problema e a mandasse embora. Na última sessão, ela lhe relatou um sonho em que os traços do bebê morto se apagavam como uma boneca de cera que derretesse.

Caso 9 — Certa analisanda, cujas relações amorosas com homens mais velhos chegavam rapidamente ao rompimento após o encontro sexual, ou mesmo após uma simples manifestação de interesse sexual, deu continuidade assiduamente, durante mais de cinco anos, movida pelo amor, a uma análise que a levou a uma reformulação de sua relação com as figuras de homens idealizados e castrados, correlativamente à confissão de devaneios masoquistas fantasmáticos. O amor transferencial decaiu bruscamente no momento em que o desejo do analista lhe pareceu não mais poder ser suposto como sustentado por seu relato, já que ele estaria ocupado em fazer barulho com seus papéis. Ela parou de comparecer e lhe escreveu dizendo que não se tratava de uma interrupção, mas de um fim, pois tinha a súbita impressão de poder andar sozinha e de poder enfim dedicar-se às diferentes atividades a que tivera que renunciar durante sua análise.

O analista foi expulso e não mais teve valor agalmático, e esse rompimento comportou uma certa desidealização do Outro. O analista não pôde, nesse caso, dar lugar ao x do desejo do analista sem se colocar na posição da demanda de amor, o que constitui o momento crucial desse tipo de saída da análise, caracterizado por uma modificação sensível da experiência do sujeito.

NOTAS

1. Lacan, J., "Introduction à l'édition allemande des *Écrits*", in *Scilicet*, 5, p. 15.
2. Lacan, J., "L'acte psychanalytique", seminário inédito, sessão de 13 de março de 1969.
3. Lacan, J., *Le séminaire II, Le moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse*, op. cit., p. 287-8 [*O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, op. cit.].
4. É nesse sentido que podemos ler o movimento da análise e a articulação de seu término fornecidos por Lacan, a propósito do caso Dora, em "Intervention sur le transfert", *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, p. 218-22.
5. Lacan, J., "Subversion du sujet et dialectique du désir", in *Écrits*, p. 826.
6. Lacan, J., "L'Identification", seminário inédito, sessões de 13 e 20 de junho de 1962.
7. Lacan, J., "D'un Autre à l'autre", seminário inédito, sessão de 14 de maio de 1969.
8. Ver *Ornicar?*, 12, p. 6-7.
9. Ver também, a esse respeito, as últimas elaborações do curso de Colette Soler na Seção Clínica de Paris, 1992-1993.
10. Laurent, E., "Enseignement et cartel de la passe", in *La Lettre Mensuelle de l'ECF*, 72.
11. Como desenvolvido por Jacques-Alain Miller em seu curso de 10 de novembro de 1982.
12. Lacan, J., "L'acte analytique", seminário inédito, sessão de 21 de fevereiro de 1968.
13. Colette Soler, em seu texto "Trois fins", fornece três incidências de saída que são três fórmulas de posição do sujeito depois de transposto o plano das identificações, sendo duas delas aparentadas com a histeria (a via de Antígona e a pitonisa da falta) e, a terceira, a do desejo de saber.

A Sexualidade e a Saída da Análise

As saídas de análise, longe de se determinarem pela simples resolução dos sintomas, marcam, em graus variáveis, um momento decisivo da partida apertada que se joga entre *logos* e *eros*, entre a linguagem e a sexualidade. O momento de concluir, que Lacan isolou em sua teoria do passe, deve lançar luz sobre o entrelaçamento dessas duas categorias.

Procederemos em três tempos. O primeiro caracteriza a sexualidade a partir de Freud e tenta discernir uma dificuldade comum a sua teoria da sexualidade e a suas ponderações sobre o fim da análise. É uma dificuldade produtiva, que não deixa de se relacionar com as soluções indicadas por Lacan.

O segundo mostra, a propósito de dois casos clínicos, como o tratamento analítico instaura uma nova relação do sujeito com o saber sobre a sexualidade. Trata-se de um saber inédito sobre a pulsão e sobre a ausência do Outro.

Partindo da não-linearidade do percurso analítico, o terceiro trata de dois casos em que a análise foi interrompida antes do fim. Essas interrupções tiveram o valor de escansões no tempo lógico, pois a retomada da análise permitiu a esses dois sujeitos desligarem-se de um gozo que os fazia silenciar a verdade.

Algumas características da sexualidade segundo Freud, limites e indicações lacanianas para a saída

Um axioma da psicanálise, descoberto por Freud há cem anos, enuncia que a sexualidade está na origem da formação das psicose. Freud inventou a psicanálise como método apropriado para desmontar os

mecanismos da doença. Formulou a hipótese de que o recalçamento de uma representação sexual é responsável pelo desencadeamento da neurose. Dentro dessa perspectiva, podemos afirmar que uma análise que responda à questão de saber porque um sujeito goza com seu sintoma modifica-lhe a sexualidade. Essa seria a condição mínima de uma saída de análise razoável. E há, com efeito, analisandos que escolhem essa saída.

Freud não se limitou a revelar a sexualidade como causa das psiconeuroses. Também especificou a sexualidade do ser falante como dissidente de qualquer sexualidade natural, seja ela regida pelos instintos ou por alguma inscrição no cosmo. A afirmação da existência de uma sexualidade infantil, com sua “inclinação perverso-polimorfa”, chocou os contemporâneos de Freud, mas o verdadeiro escândalo de sua descoberta estava em outro lugar.

Desde o começo de suas investigações sobre a etiologia das psiconeuroses, Freud sustentou a incomensurabilidade da libido com os sistemas de representações psíquicas: a libido é sempre excessiva (neurose de angústia) ou escassa (melancolia). Mas Freud não utilizou essa dialética do excesso e da falta para caracterizar a sexualidade humana em sua totalidade. Não obstante, voltou ao assunto em 1937, em seu artigo sobre a “Análise terminável e interminável”.

A sexualidade humana pareceu-lhe estigmatizada por uma carência radical. Por isso ele escreveu, no *Mal-estar na cultura*: “A vida sexual do ser civilizado é (...) gravemente lesada; às vezes, dá a impressão de uma função em estado involutivo (...). Vez por outra, parecemos discernir que a pressão civilizatória não seria a única coisa em questão; por sua própria essência, a função sexual em si se recusaria a nos conferir uma satisfação plena e nos obrigaria a seguir outros caminhos.” Esse trecho prova que Freud não atribuiu a fissura na sexualidade unicamente à repressão civilizatória. Isso nos lembra a tese de Lacan de que a linguagem torna impossível a relação sexual.

O real do gozo

Há uma ligação intrínseca entre a teoria da sexualidade e a da saída da análise. As duas teorias chocam-se com um real, o do gozo. Freud teve de reconhecer que sua teoria da sexualidade sofria de ao menos duas faltas. Nem todo gozo localiza-se num sintoma decifrável: foi essa a má notícia de seu “Além do princípio do prazer”. Por outro lado, sua

formulação da primazia do falo, em 1923, abriu-lhe os olhos para os limites de seu saber frente à alteridade radical da sexualidade feminina. Ainda em 1931, ele se queixou de que “o enigma da feminilidade” lhe permanecera velado. Ora, esses dois problemas não resolvidos reforçaram-se quando Freud se indagou, sim ou não, se a análise tinha fim.

Em 1937, ele correlacionou a pulsão com a análise infinita. Identificou três fatores, ligados à pulsão, que prolongam as análises para além de qualquer término. O primeiro é um fator quantitativo, o da força pulsional. Freud levantou a questão de saber se é possível domá-la. O segundo fator decorre dos dois *Untriebe*, ou seja, do *neikos* empedocleano ou *Streit* freudiano, isto é, da luta. Essa parcela de agressão livre substitui o fator quantitativo. Com efeito, a incidência deste último é relativizada pela tendência ao conflito. Tal tendência é algo de particular, uma novidade que se soma à situação, independentemente da quantidade de libido. O último fator é o complexo de castração — a inveja do pênis, na mulher, e a recusa da feminilidade, do lado do homem.

Esses três fatores, sobretudo o da castração, tornaram indecível para Freud o problema do fim de análise: “A recusa da feminilidade, evidentemente, não pode ser outra coisa senão um fato biológico, uma parte do grande enigma da sexualidade. Dizer se e quando, num tratamento analítico, logramos êxito em dominar esse fator é difícil.” A aflição freudiana diante do problema da conclusão da análise faz lembrar a que Freud exprimiu frente ao enigma da feminilidade. Ele confessou, em 1931, não haver conseguido “esclarecer inteiramente um caso”.

O caso Dora é instrutivo nesse aspecto. Estamos lembrados da parte essencial do segundo sonho dessa paciente, uma parte produzida graças a uma interpretação de Freud. Ela lia um grande dicionário “onde se aprende o que diz respeito ao sexo”. Acompanhando Dora até o encontro com o pai morto, guardião do gozo, representado em seu sonho pelo dicionário, Freud permitiu que ela produzisse um saber sobre a verdade. Seu teorema dizia que “o mestre é castrado”. Passando pela caixa vazia de seu quarto, Dora alcançou o tesouro dos significantes ($\$ \diamond D$), mas o mistério de sua feminilidade ($S(\text{A})$) permaneceu-lhe inacessível.

Ali onde deveria ter dado um passo para o infinito, Freud fixou sua paciente ao pai morto, selando seu pacto com o mestre castrado. Inversamente, onde precisaria ter-se decidido por uma finitização do discurso na análise, por uma conclusão, ele permaneceu indeciso quanto à eventualidade de uma análise infundável.

A saída desse dilema, ele foi buscá-la atribuindo ao complexo de castração um substrato opaco, sua famosa “rocha”. E fez dela uma coisa

derradeira. Isso evoca seu esquecimento do nome de Luca Signorelli, pintor dos afrescos da cúpula de Orvieto, que representam o Juízo Final. Analisando esse esquecimento, Freud lembrou-se que fora sua *Unterdrückung* (repressão) voluntária do tema “morte e sexualidade”, durante uma viagem com um desconhecido, que causara o esquecimento do nome.

O achatamento do falo

Para Lacan, o juízo, inclusive o final, é uma fantasia. E, embora jamais tenha contestado o vínculo entre a sexualidade e a morte, ele não conseguiu admitir que a análise esbarrasse em coisas últimas. A análise não conhece o tribunal do fim dos tempos em que se decida sobre a beatitude ou a condenação.

J.-A. Miller explicou o passe como uma transfinitização do dito. Uma das razões do passe reside numa demanda de lógica: que aqueles que se submetem a ele demonstrem por que é impossível escrever a relação sexual entre o homem e a mulher. A conclusão da análise está entrelaçada com a sexualidade no que esta tem de mais radical. Algumas notações de Lacan sobre o fim da análise atestam esse vínculo.

A dimensão simbólica da castração faz desta uma abertura, mais do que um obstáculo. O desejo do analista libera ao analisando seu ser. Ora, os valores do ser se escrevem (-), é a função do falo a isolá-lo no complexo de castração ou no *a*, objeto proveniente da relação pré-genital. A conclusão da análise, para Lacan, tem uma nota cômica, e é justamente essa nota que atesta sua seriedade, ou seja, aquilo que forma um limite para a série. Lacan deixou claro que o que se diz a sério assume um sentido da ordem cômica. Ora, a ordem cômica é uma consequência do “achatamento do falo (...), onde a análise encontra seu fim”.

Assim como o falo evoca a dimensão do cômico que instaura a série, a sexualidade revela-se como motor do saber: “O escândalo intolerável, na época em que a sexualidade freudiana ainda não era santa, foi que ela fosse tão ‘intelectual’. Foi nisso que ela se mostrou a digna comparsa de todos os terroristas cujos complôs iriam arruinar a sociedade.” Freud construiu, em seu “Projeto”, os mecanismos da inteligência e do saber a partir da experiência de satisfação.

Uma nova relação com o saber

A insatisfação, segundo a expressão de Lacan, é o “primeiro componente” do psiquismo. Isso também significa que falta satisfação para o psiquismo. A transferência permite ao sujeito confirmar a realidade sexual do inconsciente, e isso, no fundo, é o que Freud esperava como a lição a ser extraída de uma análise. Mas, a seguirmos Lacan, a realidade mais aguda da sexualidade para o homem é não haver, do ponto de vista do psiquismo, nenhuma possibilidade de relação sexual e, portanto, também nenhum gozo com a relação sexual.

O que vem substituir para o sujeito essa sexualidade problemática é uma relação com o saber. Não que haja um saber sobre o sexo, mas que a psicanálise possa inaugurar uma nova relação do sujeito com o saber. Essa nova relação inclui, justamente, a realidade do sexo: ele falta. Portanto, a relação do sujeito com o saber talvez possa ser relacionada com sua sexualidade. A mutação subjetiva suposta pelo processo analítico pode produzir, na saída da análise, novas maneiras de estabelecer relações subjetivas com os parceiros sexuais e com o saber.

Se Freud colocou no programa do analisando a experiência da realidade da transferência, Lacan esperou da psicanálise uma nova relação com a pulsão sexual. Com efeito, na falta de uma sexualidade plena, genital e acabada, que produza para um sujeito a razão fundamental de concluir sua análise, segundo a IPA, Lacan propõe uma subjetivação da realidade da pulsão. Aqui, a fantasia é, ao mesmo tempo, a tela que oculta essa realidade pulsional e a única porta de acesso à dita realidade. De fato, para Lacan, é por intermédio da fantasia e de sua construção que o sujeito tem uma chance de encontrar o chamado objeto pequeno *a* como objeto da pulsão e esteio de seu ser sexuado. Essa versão da sexualidade, que podemos qualificar de perversa, é a única permissível, a seguirmos Freud.

Então, terá a mulher por simples destino prestar-se ao desejo masculino como perverso? Pode o homem esquivar-se de sua perversão inata? São questões que a clínica nos formula.

Da falsa curiosidade ao desejo de saber

A transferência, do ponto de vista de Lacan, tem por motor essencial o amor ao saber; o que se opõe a esse amor é um “problemático” desejo de saber. Será possível contemplarmos uma “clínica” da saída que leve em conta essa relação com o saber?

A seguirmos a tese de Lacan, é preciso presumir que as três coisas que melhor vêm em suplência do gozo para o sujeito empalidecem ao final da análise: o sentido, a verdade e a fala que liga os dois primeiros. No lugar da verdade poderia vir um saber, um saber em lugar da verdade, isto é, mantendo o lugar da verdade, mas esvaziando-a de sua substância para ali situar o saber. Um saber que já não seria sustentado pela fala e pelo sentido que ela desdobra e exhibe, mas por alguma coisa mais próxima da escrita.

Uma das manifestações mais corriqueiras da relação da sexualidade com o saber é constituída pelas teorias sexuais infantis. Essas versões desenvolvidas da fantasia mantêm no sujeito uma falsa curiosidade pelos segredos do corpo, associada à manutenção da garantia de um limite sempre evitado: a castração do Outro materno. Reflexos, para Freud, da constituição sexual do sujeito, essas teorias são a expressão mais simples e menos discutível desta.

Fora justamente uma teoria sexual como essa que levava nosso primeiro sujeito a escolher uma profissão em que a exploração racional do corpo feminino era permitida e até recomendada. Esse homem, no entanto, era detido em sua exploração curiosa pela paixão de atingir, nesse corpo, uma zona que fosse representada por uma substância corporal desprovida de qualquer articulação — de qualquer significante, poderíamos dizer. Sua ânsia de apagamento e de localização dessas zonas de sombra no corpo feminino contrastava intensamente com sua vida amorosa. De fato, esta apresentava uma franca oposição entre uma mulher amada e respeitada e o vasto conjunto das jovens fálicas que serviam de suporte ao desejo do sujeito e a sua atividade sexual. A mulher amada era, justamente, portadora desse ponto de horror corporal. Um ponto que vinha, ao que parece, apresentar como que um semblante do desejo do Outro e de seu gozo opaco.

O efeito da análise produziu nesse sujeito um lento desinvestimento da profissão e da curiosidade sexual. O que o levou, aliás, a exercê-la de maneira mais prudente e mais eficaz. Ao mesmo tempo, o sujeito pôde reconhecer que o que criava obstáculos a seu encontro sexual com a mulher amada era que ele desaparecesse, que fosse apagado, no lugar onde deparasse com uma mulher, não como falo, nem tampouco como objeto causa do desejo, mas como Outro radicalmente faltoso. Essa angústia do encontro com algo além da castração deixava o sujeito entregue aos horrores do que ele descrevia como dor psíquica, isto é, um gozo horrendo, mas apaziguador para o desejo. Assim, ele pôde subjetivar que era a partir desse ponto, desse furo no Outro, que ele realizava

seus desvios de conduta, as *excursus* em que errava em companhia das *dançarinas-falos*.

No fundo, era para não ser tapeado por esse real do Outro sexo que ele errava. Mas, um dia, talvez saísse de sua errância, da qual a análise fazia parte, compreendendo que o que ele evitava era também o que sempre havia desejado do saber: que ele não fosse apenas a evitação, esse saber, desse encontro atroz com a carência do Outro.

Será possível, aqui, que haja um ponto em que a pulsão de saber da infância ceda lugar a uma espécie de saber da pulsão? E que talvez, a partir daí, também se realize uma castração simbólica? Uma castração que talvez faça da paixão fálica do sujeito algo diferente de uma prisão infernal, construída com o sentido.

O segundo caso é feminino; também ele é um caso considerado do ponto de vista da sexualidade, e não da estrutura clínica. Tratava-se de uma mãe consumada, que se comprazia com os filhos, tranqüilamente na realidade e com horror em suas fantasias ou seus sonhos. A profissão a levava a cuidar de crianças e, ali, ela fazia delas objeto de um saber com o qual também era possível gozar. Um saber que seria uma questão de mulher, mas de mulher que gozasse com a mãe, no sentido de que o gozo estaria reservado à mãe. O avesso dessa posição era uma orientação da sexualidade para um homem situado como exceção, um homem impossível, contrastando com a coorte dos homens ocasionais pouco satisfatórios. O saber dos filhos veio a decair, para revelar ao sujeito que havia um saber diferente do da mãe.

Ao mesmo tempo, cessou a estruturação dos parceiros à maneira do pelo-menos-um, oposto ao todos do acaso. Em vez disso, o sujeito comentou que sua sexualidade era realmente possível com alguns homens, isto é, “não todos”, mas que, no fundo, nenhum era uma exceção.

Também nesse caso, a transformação sexual passou pela recusa do gozo fálico, como gozo da mãe fetichizada por meio do filho imaginário. Mas esse gozo fálico não se dava sem o do saber materno, como semblante e anteparo de um gozo mais obscuro e mais inquietante: Outro.

Nos dois casos, o do homem e o da mulher, não poderíamos propor que a cada um se revelou a ausência do parceiro verdadeiro ou a verdadeira ausência do parceiro? Uma ausência a partir da qual se possibilita um encontro, talvez liberto da repetição. Portanto, é sem dúvida a relação do sujeito com esse saber, esse saber sobre a ausência da relação sexual, que descortina a dimensão sexual. Assim, no fundo, não há outra saída para a análise senão sua entrada: o passo do saber. Por vezes, esse passo exige uma suspensão de seu movimento e uma nova entrada.

Voltas adicionais: do problema do gozo na saída de análise

O percurso de uma análise nada tem de linear, em virtude da incidência da realidade sexual, que vem romper o pacto com o Outro que o ato analítico parece disposto a instituir para tornar a experiência possível. Antes que o sexual se revele como uma das modalidades do impossível, o analisando pode acreditar na promessa de uma reconciliação com o Outro, que o teria deixado à espera de sua paixão pela falta sempre presente para edificar um suposto saber.

O analisando, quer ame ou odeie, abomina desfazer-se dessa idealização, porque ela o protege do horror de saber que se presentifica sob a forma da incompletude e da inexistência do Outro.

Em termos esquemáticos, quando se presentifica essa destituição do Outro, o analisando pode querer barrá-la de três maneiras: ou retomando o rosário infundável da associação livre, ou confundindo o rompimento do pacto com o Outro com a ruptura da transferência, ou ainda, efetuando uma falsa saída que permita que se realize uma nova entrada.

Foi esta última eventualidade que nos pareceu interessante examinar, na medida em que ela atestou impasses sintomáticos e, afinal, frutíferos para o analisando e também para o analista, os quais, cada qual por seu turno, tinham que se vingar de um fracasso. O ponto em que a análise fora interrompida revelou-se, por ocasião da retomada, sinal de um real do qual a análise das modalidades de evitação teve a possibilidade de despertar uma nova transferência de saber. Afirmamos, pois, que esse novo saber não poderia ter-se constituído sem a travessia do deserto produzido pela dissociação do pacto analítico, que deve ser diferenciada da ruptura da transferência.

Elucidação de um ponto de esquecimento

No primeiro caso, uma primeira tranche de análise permitira a uma jovem bastante perdida encontrar, através da transferência, seu lugar no Outro, e ganhar forma de outra maneira que não pela doença ou pelos acidentes de toda sorte que balizavam sua existência. Ela pudera, depois de um percurso bastante longo, descascar suas identificações, declinar sua fantasia fundamental e discernir o tipo de pulsão em que estava fixada. Havia também, ao que parecia, regulado sua relação com o Outro sexo: casara-se com um homem a quem amava e de quem tivera filhos. Além

disso, havia retomado seus estudos e mudado de profissão, mas nem por isso se tornara analista, a despeito de uma aptidão singular para a expressão verbal.

O fim da análise poderia ter sido aceitável, se o tratamento não se houvesse interrompido num *acting out* que chamou a atenção. Quando ela parecia haver subjetivado a eventualidade do término de sua análise, essa analisanda parou subitamente de vir, um dia, depois de um sonho em que chegava para sua sessão sabendo da ausência do analista, sonho este que havia comentado em tom de brincadeira, dizendo: “Antes, eu vinha a minha sessão sem estar presente, enquanto o senhor estava aí, e agora é o contrário.”

No vazio causado por essa partida, ressoara curiosamente para o analista uma frase enigmática, dita um ano antes pela analisanda: “Quero deixar uma coisa que contém o esquecimento.” A releitura dessa análise levava o analista a se interrogar sobre a significação desse esquecimento a ser contido, visto que, surda a qualquer retomada, a analisanda mandara retirar seu nome do catálogo telefônico. No entanto, quatro anos depois, tornou a procurar seu analista. Nessa retomada, já não estava perdida como antes, sua nova vida havia seguido seu curso, mas, o que era um elemento novo, queixou-se de solidão, apesar de um círculo de relações que nem por isso ela incriminou. Portanto, não estava numa posição de reivindicação histórica. O que a fizera decidir-se a vir fora a obsessão com o olhar de uma mulher de quem tivera de cuidar profissionalmente, o olhar de uma mulher que sabia que ela sabia, disse ela, sem conseguir dizer mais nada.

Após um tempo de enunciação bastante atrapalhado ou confuso, que contrastava com a arte da fluência verbal da primeira etapa, a analisanda pôde enfim discernir a causa de seu horror, a saber, sua feminilidade desligada da significação fálica. Era-lhe preciso, dizia, apesar das palavras, romper o silêncio. Nisso residia, segundo sua própria confissão, uma tentação mortífera de querer refugiar-se num absoluto intemporal, que a isolava do marido e dos filhos mas a fazia religar-se, horrorizada, ao corpo da própria mãe, que se impunha a ela como uma presença silenciosa. Era precisamente esse gozo fora do falo, que ela compartilhava com a mãe, que ela queria conter à maneira do esquecimento. Segundo disse, ela sabia que voltando, teria que trabalhar esse esquecimento na análise, e era isso que tinha querido evitar ao ir-se embora. Em suas palavras, ao se casar, ela só fizera apropriar-se de um outro nome, mas não optara por enfrentar o sexo oposto. Havia trocado suas múltiplas experiências sexuais clandestinas com o sexo masculino

por um Outro gozo, com o qual se drogava e que o casamento lhe permitira inocentar. Foi assim que ela analisou um sonho repetitivo em que lhe injetavam indefinidamente uma droga.

Quis o acaso que ela reencontrasse um de seus antigos relacionamentos masculinos; o homem falou com ela como se tivesse acabado de deixá-la e o tempo não tivesse importado. Ela estava prestes a lhe telefonar quando se deu conta de que não tinha que ceder a essa obrigação. Agora, tinha que se decidir, que se situar como mulher do homem a quem escolhera amar. Tinha, em suas palavras, que se desfazer dessa sombra integrada, que nem sequer questionaria nada. Ela percebeu que não era frígida com o marido, e sim, às vezes, abusivamente distante, a ponto de se retrair numa recusa que beirava uma ausência de vida e de desejo, que a aparentava com a mãe num curto-circuito mortífero. Dessa tentação de um gozo infinito, fora do falo, ela precisava se resguardar, porque o desejo também tinha que ser presentificado para o homem, caso contrário, acrescentou ela, a gente ficaria demasiadamente situada no prolongamento de um esquecimento sem nome em que se deixaria viver.

A partir da elucidação desse ponto de esquecimento, a analisanda pôde contemplar, ao que nos parece, um fim de análise que desembocava num saber conquistado a partir da evocação de um gozo incomunicável, mas, ainda assim, real.

A ilusão da relação sexual

O segundo caso foi o de um rapaz recém-casado que procurou uma análise para, em suas palavras, se atualizar. Estava às voltas com um intenso conflito provocado pelo encontro com uma outra mulher que não a sua. Uma frase da amante o havia transtornado, por repercutir para além de sua fantasia: “Amo você além da infinitude de Deus.”

A primeira tranche de análise permitiu-lhe articular essa frase com os significantes de sua vinda ao mundo, ele que nascera para tomar o lugar de um primeiro filho morto. Ele fora o representante do além para a mãe, com quem comungava intensamente na paixão por Cristo, ou seja, pelo filho morto. O pai, deslumbrado demais com sua mulher, fora posto fora de circulação até a primeira masturbação do filho. Depois de haver construído e formulado uma fantasia de tipo masoquista e sacrificial, o analisando deixou a amante, retificou sua posição subjetiva em relação à demanda do Outro, mas pretextou a necessidade de conservar sua fé para interromper a análise.

Dois anos depois, esse analisando retomou a análise, precisamente a partir de uma crise de fé provocada pela infidelidade de uma nova amante. Não podia mais confiar na veracidade das palavras de amor que a mulher proferia no gozo sexual. No entanto, havia ali a verdade de uma mentira, mas sem que ele soubesse relacioná-la com o homem morto ou com o amante castrado. Ele deduziu disso que, já que não podia ser tudo para o Outro e que o próprio Outro era a sede da verdade de uma mentira, ele estava dispensado de querer fazer-se escravo dele.

Foram precisos vários anos para que ele se desfizesse da crença na relação sexual, onde, através do olhar da mulher que gozava, ele acreditava perceber o reflexo de um amor infinito. Um sonho revelou-se decisivo com respeito à queda dessa ilusão: ele entrava numa igreja e cruzava com o olhar vazio de sua mãe morta, um olhar vazio mas, ainda assim, incrivelmente real. A esse sonho correspondeu um outro, onde ele aparecia sob os traços de uma criança morta, de olhar incrivelmente vivo. Se ele acreditava no Outro do amor como condição de sua satisfação sexual, era porque se deixava aprisionar por esse olhar do invisível. A partir daí, viu-se livre de ter que mendigar, como disse, um além do impossível. Se havia um impossível, era a relação sexual que o presentificava. Não havia um além da morte, como ele fora levado a crer, ao mesmo tempo, pelo amor que a mãe sentia por ele e pelo gozo feminino. O Outro não só era enganador, como também essa mentira, se ele confiasse nela, só poderia levá-lo à morte. Ele tinha que renunciar a querer ser o anjo da morte. Se tinha que ter confiança, que fosse a confiança em sua condição de homem mortal. Ele precisava resguardar-se de um gozo reservado às mulheres e, nesse ponto, compreendia-as tão pouco quanto elas o compreendiam. A partir desse momento, nesse obsessivo, o fim da análise tornou-se possível, como foi confirmado por esta frase: “Não tenho que encher o inferno, mas sim que parar de esperar pela impossibilidade de que eu já esteja morto.”

Certamente, essa interrupção da análise foi necessária para que esse sujeito, que vivera sua infância acima do pai e como equivalente do objeto *a* da mãe, sob a forma de um filho divinizado, consentisse em deslocar sua fé e em renunciar ao culto da morte para se atualizar com seu desejo.

NOTAS

Freud, S.

Projeto para uma psicologia científica, E.S.B. I, Rio de Janeiro, Imago.

Sobre a psicopatologia da vida cotidiana, E.S.B. VI, Rio de Janeiro, Imago.

Fragmento da análise de um caso de histeria, E.S.B. VII, Rio de Janeiro, Imago.

Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, E.S.B. VII, Rio de Janeiro, Imago.

Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância, E.S.B. XI, Rio de Janeiro, Imago.

Além do princípio de prazer, E.S.B. XVIII, Rio de Janeiro, Imago.

A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade, E.S.B. XIX, Rio de Janeiro, Imago.

O mal-estar na civilização, E.S.B. XXI, Rio de Janeiro, Imago.

Sexualidade feminina, E.S.B. XXI, Rio de Janeiro, Imago.

Análise terminável e interminável, op. cit.

Lacan, J.

Écrits, Paris, Seuil.

O seminário, livro 7, *A ética da psicanálise*, op. cit.

O seminário, livro 11, *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, op. cit.

“Proposition du 9 octobre 1967 sur le psychanalyste de l'École”, in *Scilicet*, 1, Paris, Seuil.

“De la psychanalyse dans ses rapports avec la réalité”, in *Scilicet*, 1, Paris, Seuil.

O seminário, livro 17, *O avesso da psicanálise*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.

“Note italienne”, *La Lettre Mensuelle de l'ECF*, 9. [“Nota italiana”, Opção Lacaniana, 12, São Paulo, Eolia, 1994.]

O seminário, livro 20, *Mais, ainda*, 2ª ed. rev., Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.

“L'Étourdit”, in *Scilicet*, 4, Paris, Seuil.

Miller, J.-A.

“De la nature des semblants” (1991-1992), curso, inédito.

“Vers un signifiant nouveau”, in *Revue de l'École de la Cause Freudienne*, 20.

“Sur le déclenchement de la sortie d'analyse (conjonctures freudiennes)”, I e II, in *La Lettre Mensuelle de l'ECF*, 118 e 119.

Morel, G.

“Conditions féminines de la jouissance”, in *La Cause Freudienne*, 24.

Soler, C.

“Position masochiste, position féminine”, in *La Cause Freudienne*, 24.

A Transformação do Sintoma na Análise

O sintoma antes da análise

É a queixa do sujeito. É o sintoma que leva o sujeito a decidir fazer uma demanda de análise, porque o incomoda. É na medida em que “isso não pode mais continuar” que o sujeito realmente se engaja na análise. Esse sintoma, ele o encara como algo de que o outro deve livrá-lo, enquanto coisa que lhe é estranha. Isso pressupõe que a função de gozo que o sintoma desempenhava até então enfraqueceu-se, não mais tamponando o desprazer que ele causa, o que permite entrever, desde antes da análise, a relação do sintoma com a fantasia. Nesse sentido, a análise permite um remanejamento do gozo. Mas, ao mesmo tempo, o analista deve avaliar a aptidão do sujeito, não apenas para se implicar em seu sintoma, como para aceitar a cessão do gozo que continua ligado a esse sintoma. Note-se também que, se o sujeito leva seu sintoma ao psicanalista, é por lhe atribuir um saber sobre ele, e, em virtude disso, ele mesmo se reconhece portador de um saber que o Outro pode permitir-lhe libertar. É essa virada da queixa do sujeito para a configuração do sintoma, ou seja, a passagem do sintoma médico para o sintoma analítico, que permite a entrada em análise. Mas a verdadeira entrada só pode afirmar-se quando o sujeito se reconhece implicado em seu sintoma.

Quanto à dependência do sintoma em relação à identificação significativa, Freud no-la apontou, sob a forma do traço unário, na tosse de Dora. A interpretação significativa libertou a verdade do sintoma para além da imitação imaginária do pai, através da palavra *Vermögen* — que significa, ao mesmo tempo, “fortuna” e “poder”, assim evocando a impotência do pai —, e permitiu fazer desaparecer o sintoma. Mas, como observou A. Stevens, Freud não se contentou com isso: buscou, além do sintoma, a fantasia.¹

O sintoma durante a análise

A partir do momento em que é instituído o sujeito suposto saber, o analista vem complementar o sintoma. É incluído no sintoma: “O ser de verdade complementa-se com um ser de saber.”² Esse próprio tempo da análise comporta o da interpretação, visando a reduzir o envoltório formal do sintoma através da produção dos significantes da sujeição do sujeito e da queda da identificação. Mas deve também comportar o tempo do próprio ato, visando, além da interpretação significativa, a destacar o objeto *a* na separação. Um caso clínico nos permitirá ilustrar o contrário dessa complementação do sintoma e suas consequências.

Trata-se de uma mulher jovem, que chegou à análise por causa de um sintoma obsessivo: uma compulsão à verificação que a incomodava muito em seu trabalho. No começo da análise, o sintoma exacerbou-se e ela extraiu disso um gozo masoquista. Uma guinada na análise foi provocada por um sonho em que ela descobriu, por intermédio de uma sensação de asfixia que ligou a seu nascimento difícil, que ela poderia sair de seu sintoma inadvertidamente. Então, ela opôs seu desejo de não nascer, seu *mé funai*, ao nascimento imposto pelo médico. Quando um progresso se desenhou no tratamento e ela começou a contemplar o fim de sua análise, surgiu uma reação terapêutica negativa. Ela formulou: “Isso está me desagradando tanto que sou capaz de decidir não melhorar, nunca.” E concluiu: “Se terminarmos de comum acordo, eu ficaria com a impressão de ter sido enrolada. Prefiro terminar sozinha, decidindo não vir mais.” E foi efetivamente o que fez, pouco depois, ao encerrar sua análise mediante uma concessão da preferência ao sintoma. Olhando para trás, podemos ver que esse fracasso estava inscrito desde o começo: ela de fato supunha um saber no inconsciente, do qual seu sintoma era portador. Mas nunca fez do analista um depositário desse saber, querendo, ao contrário, reservar-se o domínio dele. Na ausência da instauração do sujeito suposto saber, o analista nunca pôde complementar o sintoma, para fazer dele um sintoma analítico. A transferência, desprovida de seu “pivô”, não permitiu uma cessão do gozo. Não aceitar dever a própria cura a outrem é uma característica da reação terapêutica negativa, é o obstáculo que tem que ser transposto para se chegar à identificação com o sintoma, graças à aceitação do desvio pelo Outro. Aqui, não podemos falar em saída da análise nem em fim de análise, mas, realmente, numa ruptura através de uma passagem ao ato.

O sintoma na saída da análise

É o do encontro, para além do envoltório formal do sintoma, com o real do sintoma, com seu núcleo de gozo irredutível. Nisso, a saída remete à entrada. O sintoma comporta em si um gozo que satisfaz, ainda que não cause prazer. É por aí que o sintoma se prende ao real, não apela para o Outro. O que o impele a isso é, sob o efeito de um encontro, o fendimento da fantasia que até então serviu de anteparo ao real. O sujeito, enquanto real, goza por não saber, mas isso não se sustenta... donde a abertura para o que causa o sujeito em sua divisão, além da causalidade significante e o apelo ao saber, por intermédio do sujeito suposto saber.

Há um ponto de encontro do real para onde o sujeito retorna após um longo desvio, não para eliminá-lo, mas para delimitá-lo. É um além da travessia da fantasia que liberta um saber sobre a estrutura e permite “saber haver-se com seu sintoma”. Mas, se Lacan acrescenta que “isso é insuficiente”, é porque aí se desenha um risco. Há sempre a possibilidade de um rearranjo da fantasia que reconduza ao ponto inicial, como ilustramos com nosso caso clínico. De certa maneira, todos os que não entram em análise e vivem em harmonia com seu sintoma sabem haver-se com ele. Portanto, o que se requer de um fim de análise é um saber haver-se particular, que faz com que o sintoma da chegada não seja idêntico ao sintoma da partida. Convém correlacioná-lo com outras coordenadas, depois que o sujeito atravessa o plano da identificação. Isso é o que nos ensina a clínica da experiência do passe. Retomando a “Nota aos italianos”, podemos dizer que “saber haver-se com seu sintoma” corresponde à escolha “das mais efetivas realizações” ou “das realidades mais atrativas”.³

Se a saída da análise não se confunde com o fim, a identificação com o sintoma seria uma de suas modalidades, correspondendo ao que Colette Soler denomina de “fazer-se ser”⁴ e contrasta com a saída pela falta-a-ser, para reter como fim verdadeiro o “fazer-se a ser”.

Glorificar a falta-a-ser é o “não ter nascido” de Édipo ou do anseio de Sade. É a isso que pode levar uma análise unicamente conduzida na vertente do significante, acentuando a dor de existir, a histerização, o luto eterno, “uma preferência dada em tudo ao inconsciente”.⁵

Fazer-se ser também pode se expressar como fazer um nome para si, e é nessa direção que podemos contemplar a identificação com o sintoma da qual Joyce seria a versão psicótica. O “Homem dos Lobos”, sintoma vivo, testemunha da invenção da psicanálise e assim denominado por Freud, poderia evocar essa saída, se a sequência de sua história

não ilustrasse, antes, a análise interminável, com o sujeito buscando durante a vida inteira, junto a um sujeito suposto saber, uma nova interpretação de seus sintomas.

Encontrar uma nova pacificação do próprio gozo no “fazer um nome para si” está relacionado com o ser nomeado por seu sintoma; não é essa a saída que Lacan propõe para o psicanalista. Ele coloca o “fazer-se um estado civil” pelo lado da separação. É um modo de réplica à falta-a-ser ligado à impossível identificação significante. Mas, depois de uma exposição de André Albert sobre o prazer e a regra fundamental, Lacan associou sintoma e singularidade: “A análise é uma coisa que nos indica que existe apenas o nó do sintoma, pelo qual, evidentemente, é preciso suar um bocado, para conseguir segurá-lo, isolá-lo; (...) pode-se até fazer um nome com isso (...). É o que leva, em certos casos, ao cúmulo do melhor que podemos fazer: uma obra de arte. Quanto a nós, não é essa nossa intenção; (...). É uma coisa que consiste em incitá-lo a passar pelo bom furo do que lhe é oferecido, a ele, como singular.”⁶ Como na “Nota aos italianos”, Lacan nos aponta o caminho, não pelo lado das obras, mas pelo do “bom furo”, digamos, do passe, ou seja, do que é oferecido ao sujeito para fazer valer o que ele tem de singular. O particular do sintoma terá servido, nesse caso, para discernir o singular, a posição única ligada ao encontro, ao destino do sujeito cuja marca os congêneres do cartel do passe devem encontrar.

A identificação com o sintoma é uma saída da análise. Pode ser um fim terapêutico. Ela corresponde a uma posição subjetiva que não deve ser desvalorizada, exceto no tocante ao analista, de quem se exige mais na vertente da singularidade, onde o processo do passe é oferecido ao um por um e para fazer uma transmissão.

Oferecer-se como suporte do semblante do objeto *a*, suportar o des-ser do término da análise, pressupõe que a causa de seu horror seja apreendida pelo futuro analista, e mais precisamente a de seu horror “próprio”, onde se encontra o singular, sem o recurso à lógica do universal, à qual remete a particularidade do sintoma. Se o analista tem que voltar à posição de analisando, é porque, nessa disjunção do inconsciente e do ato, ele deu a volta pelo ato. Essa passagem pelo ato não é a passagem ao ato.

É isso que a experiência do passe propõe verificar: que haja signo do analista, e não apenas da análise. Que a relação com seu sintoma torne contingente a identificação do sujeito com seu inconsciente e suas formações.

Certo analisando, em quem era preciso desvincular o lugar do olhar

nas formações do inconsciente de sua convergência para o nó da fantasia fundamental, pôs em debate o momento de concluir sua análise, em função de sua passagem para a posição de analista. Um resto de sintoma não analisado, ponto cego da estratégia resolutiva da transferência, interrogou a singularidade da posição subjetiva na saída da análise, onde o real da clínica submetida à prova da passagem ao ato analítico conotou a posição do olhar como paixão irredutível (“Que representaria não vir mais *ver* você?”). A palavra oportuna ou o “bom furo” do passe resgatou o sujeito da degradação do apelo de fazer para si, como contrabando, um estado civil idealizável.

Ao cabo deste percurso, podemos dizer que “identificar-se, ao mesmo tempo precavendo-se com uma espécie de distanciamento do sintoma”,⁷ que é essa mesma distância que mede o esvaziamento de gozo correlativo a “ter apreendido a causa de seu próprio horror”. “O analista está lá *como* um sintoma.”⁸ Pois ter evidenciado o real do sintoma suportado pela letra, como núcleo de gozo irredutível para além do envoltório formal do sintoma, mantém sua irredutibilidade para cada pessoa no final da análise. Um fim de análise, no sentido em que esse termo pode ser aceito no tocante ao passe, seria um além da identificação com o sintoma que permita um “saber haver-se com”, na medida em que, uma vez reconhecido o irredutível de seu núcleo real, de sua estrutura, o sujeito consinta em se deixar tapear pela estrutura.

NOTAS

1. Stevens, A., "Symptôme et fin d'analyse", in *Quarto*, 37/38, p. 107.
2. Lacan, J., "Comptes rendus d'enseignement", in *Ornicar?*, 29, p. 12.
3. Lacan, J., *Note italienne*, 1973. ["Nota italiana", op. cit.]
4. Soler, C., "Quelle fin pour l'analyse?", in *Quarto*, 35, p. 44.
5. Lacan, J., "L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre", seminário de 16 de novembro de 1976, in *Ornicar?*, 12/13, p. 15.
6. Lacan, J., *Lettres de l'EFP*, 24, p. 22.
7. Lacan, J., loc. cit.
8. Lacan, J., *Lettres de l'EFP*, 16, p. 15.

A EXPERIÊNCIA DO PASSE

Há mais de dez anos, a Escola da Causa Freudiana colocou no cerne do dispositivo de formação dos analistas a invenção de Jacques Lacan: o passe. Os Analistas da Escola (AEs), que recebem sua nomeação por três anos dos cartéis do passe, são um testemunho disso.

Os dois cartéis do passe que estiveram em funcionamento de 1990 a 1992 transmitem as lições dessa experiência.

Entrada e Saída do Dispositivo do Passe

Como sublinharam os redatores venezuelanos do relatório prévio do VII Encontro Internacional do Campo Freudiano,¹ não há transferência sem Escola, e, para Lacan, não há Escola sem um dispositivo “efetivo” de passe. O que equivale a dizer que esse dispositivo comporta, tal como a análise, limites precisos, que são a “entrada” e a “saída”.

Dispositivo significa, primeiramente, “enunciado final de um julgamento que contém a decisão do tribunal”. Ele contrasta, assim, com os motivos do julgamento. Sobre quem incide esse julgamento? Não sobre o psicanalisando em si, mas sobre um certo saber que se duplica numa posição muito particular do candidato, do passante, em relação ao saber. Em geral, é a certeza do encontro dessa nova relação com o saber, ligado à queda do sujeito suposto saber, que faz o sujeito se decidir a entrar no procedimento. É assim que o sujeito “passante” se depara com um dos elementos dos meios essenciais do dispositivo: o passador. Dispositivo, aqui, significa os meios que nos proporcionamos com vistas a realizar uma tarefa ou uma experiência.

O passador, designado sem ter conhecimento disso, acolhe o passante à entrada do dispositivo. Ele “encarna” uma certa insciência. Talvez ele mesmo “seja” o novo “no saber” que o passante lhe “apresentará”. Para desempenhar esse papel, a relativa “inocência” do passador pode assegurar a transmissão do testemunho. Aqui se pode fazer um paralelo com a inocência atribuída por Blaise Pascal ao povo judeu na transmissão aos cristãos, supostamente detentores desse sentido, da letra do Livro. A problemática tese de Pascal sobre essa função de “passador”, segundo sua terminologia, esclarece o que funciona sem que o passador o saiba. Desse modo, o passador é “cegamente” fiel ao que relata, assim como pode ser a “chapa sensível” que leva a marca do encontro com um

sujeito para quem o saber já não é “a mesma coisa”. O fim das trocas entre passadores e passantes “fixa” a entrada no dispositivo e, sem dúvida, o instante de ver do “tempo lógico”.²

A “honra” do passador exige que ele seja responsável pelo fato de que esses encontros façam existir o dispositivo, possibilitando o julgamento do cartel. O que ele “sabe” como passador pode também criar obstáculos a isso, caso seja um saber convencional ou, pior ainda, um “conhecimento” da questão.

Qual pode ser o critério que marca o fim das entrevistas? O passante decide-se a partir do encontro, em sua análise, com um ponto em que o saber encontra seu limite e, portanto, sua consistência; é justamente dessa consistência a partir do limite que o passante deve dar testemunho. Ele é extraído fora do saber infinito da análise.

O que funciona como limite para o saber do analisando são os efeitos de verdade presentificados pelas formações do inconsciente e que se apresentam como opacidades subjetivas. Já para o analisando no passe, é realmente o saber que “limita” a verdade, ocupando seu lugar, vindo no lugar da verdade. Assim, ele se opõe à verdade para limitar sua ascendência. E pode também mostrar que a verdade não passa de um véu que se tece com o saber “desvelado”.

É compreensível a relutância do passante em mergulhar de novo numa experiência que convoca a verdade. Quando o passe se consuma, se realiza, a nomeação é um momento crucial; ela permite ao sujeito fazer existir para a Escola o semblante que descobriu para sua nova relação com o saber: a/S_2 . Permite ao AE “transferir para seu trabalho”, como sublinhou J.-A. Miller. Por último, ela chama atenção para a produção de saber do sujeito, a fim de submetê-la à crítica da Escola.

A saída é o desafio então representado pelo julgamento da Escola sobre a elaboração do passante nomeado AE. Somente quando ele faz progredir o saber da psicanálise é que a saída se completa. O saber suposto no júri que o nomeia é então “des-suposto”; ele se confirma, porém se descompleta. Por aí pode retornar um efeito de verdade para a Escola, mas como sintoma do saber, como incitação a saber para o psicanalista.

A diversidade dos modos de entrada

Em sua exposição no Encontro Internacional de Caracas, em 1992, J.-A. Miller lembrou que “a lógica de uma análise tanto pode conduzir a

impasses quanto ao passe”, e chegou até a considerar este último como sendo, eventualmente, um impasse de tipo particular. Miller levantou a questão dos signos pelos quais um sujeito julga haver atingido esse extremo da experiência analítica que Lacan denominou de “passe”. Parece, a tomarmos os testemunhos um a um, que a entrada no passe não corresponde a uma experiência de completude, no sentido de que a análise enfim estaria completa, mas a uma experiência de consistência que é recíproca ao atingimento da incompletude do Outro no discurso analítico.

A entrada nesse dispositivo particular e relativamente contingente, como atestam suas diferentes variações, propostas por Lacan como acasos na vida das instituições analíticas, na verdade tem em comum com a entrada em análise o só poder resultar de um ato, isto é, da precipitação do desejo. No entanto, esse ato se singulariza: esse começo é um fim, assim como o passe é um começo. Nele podemos ver em ação uma estrutura comparável à da banda de Moebius, efeito de torção que revira a relação do sujeito com os limites do saber. No seminário *O avesso da psicanálise*, Lacan afirma que “entre nós e o real existe a verdade”.³ Como processo de verificação, o passe, desde as primeiras entrevistas com os passadores, opera sobre a verdade e o saber produzido pelo trabalho da análise: uma vez formalizada como um saber transmissível, a verdade fica reduzida a algumas fórmulas, a escritas cujo poder não deixa dúvidas e que reduzem proporcionalmente o alcance da significação no sujeito.

Se esses efeitos são assinalados, ao que parece, por todos os analistas que receberam uma resposta positiva dos cartéis do passe, e provavelmente por outros passantes, é ainda mais importante evidenciar a grande variedade fenomênica das entradas no dispositivo. Ela se manifesta, primeiramente, no nível dos fatos: alguns enveredam pelo passe nas últimas sessões de sua análise, outros logo depois, e outros, ainda, vários anos após o fim dessas sessões. É claro que o fim de uma análise não corresponde, necessariamente, à suspensão das sessões, e pode ser feito na posterioridade. Mas isso só faz colocar mais em relevo que é preciso que se acrescente algo, um *x*, ao fim da análise, para que um sujeito decida demandar o passe.

Essa variedade também se manifesta nas posições subjetivas quando da entrada no dispositivo: para uns, é a certeza de serem passados, que eles julgam inabalável até mesmo por uma resposta negativa do cartel; para outros, é uma exigência imperiosa, uma impossibilidade de não fazer o passe, ou ainda a ferocidade de uma aposta renovada na

psicanálise... São posições diversas que, colocadas em série, evidenciam uma passagem para além dos limites do amor-próprio e do bem. Essa passagem implica um paradoxo: a decisão de efetuar o passe repousa, com efeito, numa aceitação da supervisão do ato analítico pela instituição-Escola, mas ela só é possível sob a condição de uma desidealização dessa mesma instituição, bem como do passe em si. É um paradoxo que põe em tensão a Escola e a psicanálise e que inscreve a transmissão entre o saber e o gozo.

Mas, como discernir esse *x*? Propomos que a urgência atestada pelos passantes, sob a forma de um “é agora”, corresponde a um momento de objetivação do tempo subjetivo da análise. A des-subjetivação da conclusão a que um sujeito chega em sua relação com a psicanálise, através do ato, permite contemplar a transmissão aos passadores e ao cartel e, além deles, ao conjunto da comunidade do saber, do ponto de gozo pelo qual se percebeu a inconsistência do Outro. Há tantas maneiras de entrar no dispositivo do passe quantos são os passantes, mas há uma só condição de possibilidade desse ato: que a análise tenha modificado a relação mantida por um sujeito com o Outro, que o Outro tenha sido barrado, sem que, no entanto, o silêncio do gozo triunfe sobre o puro desejo de dizer: o passe apresenta-se, pois, não como semblante, mas como uma forma de ficção inédita no campo do saber.

Os dois tempos da saída

Num momento imprevisível, o passante decide interromper as entrevistas com os passadores; assim se conclui o depoimento. Tal como a entrada, essa saída efetua-se um a um. O momento de concluir não é o mesmo para todos. Podemos destacar três versões, mas isso não esgota a série das modalidades de saída do procedimento.

1 - O passante se detém depois de haver confirmado a certeza do término de sua análise. Ele expôs as afirmações que desejava transmitir sobre o fim de sua experiência analítica e as questões surgidas que o conduziram a entrar nesse procedimento. Por outro lado, elaborou construções sobre sua análise, a partir de suas perguntas e das de seus passadores (é por isso, aliás, que o passante não disse exatamente a mesma coisa a cada um dos passadores).

Nesse trajeto, um trabalho intenso leva a conclusões lógicas sobre

a análise. Assim, efetua-se uma certa realização em relação à entrada. E, num dado momento, o que parecia o essencial da experiência analítica já foi dito; as conclusões se precipitam e o passante se apressa em direção à saída.

2 - Para outros, depois de um desenrolar semelhante, dá-se a emergência de algo de real, de imprevisível, que leva o passante para a saída. No tocante ao real, a elaboração significativa construída no passe perde subitamente seu valor essencial. Isso detém, de repente, o passante que estava falando. Então, ele vê que a certeza do fim da análise comportava uma parcela de imaginário. O fim da análise é autenticado, no sentido de que a tentativa de confirmação constituída pelo procedimento do passe assume uma tonalidade de fracasso, de queda, ao mesmo tempo reavivando o desejo de saber.

3 - O ponto decisivo desse momento situa-se, para alguns, entre a suspensão das entrevistas e a nomeação. O passante, na expectativa da resposta do cartel do passe, apercebe-se da inconsistência do trabalho de elaboração a que estava preso. Daí resulta uma nova posição subjetiva, determinada pelo desejo, pelas questões diante das quais o sujeito põe mãos à obra. A partir daí, a resposta do cartel já não é esperada da mesma maneira e a questão da nomeação torna-se menos crucial.

Na saída, efetua-se uma troca de lugar para cada passante em relação a sua própria análise. É essa troca de lugar que causa a parada: já não é possível ao passante continuar a falar apenas de sua experiência. Ao mesmo tempo, ele sabe que não disse tudo, que essa suspensão não constitui um “fecho totalmente significativo”: ele sai com novas perguntas, que se juntam ao desejo de saber surgido no fim da análise. E, se o procedimento lhe houver permitido verificar, ao longo das entrevistas, o que foi a análise para ele, esse procedimento conduz à psicanálise para além de sua experiência, à psicanálise para outrem, na Escola.

A entrada e a saída à luz do tempo lógico

O dispositivo do passe comporta uma seqüência temporal cujos extremos são constituídos por dois momentos que servem de limite: a entrada e a saída, que abarcam em seu intervalo o desenrolar do testemunho.

Será que esses três tempos comportam um movimento lógico? Seriam eles susceptíveis de ser considerados como três momentos de

consumação de uma evidência? Consideremos essas perguntas a partir das três seqüências que isolamos:

1 - A entrada no passe é resultado de uma decisão que se faz ato de candidatura. Ela encontra sua determinação na lógica do processo analítico e depende, por isso mesmo, de uma seqüência anterior ao passe. As duas temporalidades, a da experiência analítica e a do procedimento do passe, realizam duas modalidades distintas, para o sujeito, do “é preciso tempo”.

Três articulações dessas duas séries parecem-nos passíveis de distinguir:

a) a entrada no passe vem prolongar o tempo de compreender inaugurado pelo e dentro do processo analítico;

b) a entrada no passe dá-se como um modo de busca da saída da experiência analisante;

c) a entrada no passe segue-se à saída da experiência analítica, de perto ou de longe, precipitando o sujeito na urgência do testemunho.

Esse tempo da entrada comporta, nos três casos, a evidência de um consentimento do sujeito no exame do passe. Ele confia na possibilidade da transmissão, vendo-se precipitado na entrada pela necessidade do depoimento que o institui como passante.

2 - Para que haja testemunho, é necessário haver passadores. O acaso fornece ao passante, por intermédio da Escola, dois nomes. Ei-los que agora se transformam em três, para funcionar dois a dois. Que se supõe que o passante possa discernir em seu testemunho? Não a versão romaneada de sua vida, mas a lógica de seu percurso subjetivo, a fim de verificar, na atualidade do passe, o futuro anterior do que ele terá sido.

Então será possível examinar a lei da combinatória significativa, isolada na análise como sendo a chave formal que rege seu destino. Dessa elaboração pode resultar a causa, enquanto “*caput mortuum*”⁴ do significativo, como nos indica Lacan na “Carta roubada”. Esse elemento fora da cadeia, excluído do saber, isola-se como impossível de dizer, dedutível, como produção lógica, da seqüência significativa tratada, como demonstrou J.-A. Miller.

O passe constitui essa volta dupla em torno do impossível de dizer. Ela não é idêntica à primeira, por se fundamentar nas conclusões que o ultrapassam, na certeza antecipada de sua verdade.

O testemunho do passante se dá como demonstração de uma conclusão logicamente fundamentada. Essa conclusão, com base na qual

ele será julgado, é uma conclusão sobre aquilo que o identifica, para além da travessia de suas identificações. Como os prisioneiros do apólogo de Lacan no “Tempo lógico e a asserção de certeza antecipada”, o passante deve concluir com base naquilo em sua análise que o marcou definitivamente como sujeito. Essa marca é não apenas o atributo ignorado dele mesmo, mas também o atributo que de modo algum constitui um predicado do sujeito.

Os passadores contribuem para a lógica do cálculo da marca. Eles introduzem na estrutura temporal do passe o valor das escansões suspensivas, à maneira da objeção do lógico e da dúvida do sujeito. Isso quer dizer que o processo introduz a dúvida, em seu valor metódico de suspensão de certeza do passante, a partir da certeza antecipada que o passador obtém de sua própria elaboração de saber na tarefa analisante.

O passante sai da reciprocidade comportada por esse tempo, para concluir a partir do cálculo a três que o precipita em direção à saída.

3 - Como nos prisioneiros do apólogo, o que precipita o passante para o ato de sair é um julgamento que constitui uma asserção sobre si mesmo. Na asserção, o sujeito toca numa verdade que não poderia verificar se já não a houvesse atingido às pressas, quando teve, dentro da experiência analítica, a experiência da queda do objeto. Foi no momento dessa expulsão que ele percebeu do que era prisioneiro, abrindo a porta para “sair dali para valer”, segundo a expressão de Lacan no “Discurso na EFP”.⁵

Ele sai do passe pela asserção subjetiva que se consuma no dito e que resulta de ele haver provado que tomou essa saída da análise como entrada em seu novo vínculo com o discurso analítico. Ele se apressa em sair para não dar tempo aos passadores de mergulhá-lo no erro. É que, além de um certo limite temporal, a dúvida necessária à verificação no tempo anterior pode cristalizar-se em inércia no tempo seguinte.

A lógica do testemunho: precipitação de verdade e verificação de certeza

Ao sair de uma análise, um sujeito pode querer dizer dos efeitos e consequências de sua experiência de análise a algumas pessoas, sob a forma de um testemunho no passe. Esse sujeito, que Lacan chamou de passante, institui-se como testemunha de seu percurso psicanalítico, encadeado em sua existência, na vida da qual ele dá conta em algumas entrevistas.

Essa contradição evidencia o relevo estrutural do inconsciente sob a forma de um relato. Este comporta a biografia do sujeito, que não é a anamnese de um caso lido e interpretado por um psicanalista.

Os passadores são testemunhas, e não juízes, e “o passe nada tem a ver com a análise”.⁶ Os passadores, aliás, são projetados no dispositivo sem querer. O passante, retirado de sua análise supostamente terminada, desliga-se da transferência. Os encontros são organizados fora do contexto analítico, com base numa espantosa relação de confiança, fundamentada unicamente numa causa comum. A narrativa da análise é apresentada pelo passante, que fala de si, como se fosse outro, com um outro que é como ele: o passador. É do passador que se espera o “testemunho justo”,⁷ assim como “se imputa aos AEs serem daqueles que podem testemunhar problemas cruciais nos pontos sensíveis em que se encontram em relação à análise”.⁸ Esses pontos sensíveis delimitam o desenrolar da análise do passante, “testemunhas da própria presença do real”.⁹

Esses pontos, opacos ou límpidos, articulados, sobrevoados ou demonstrados, ou mesmo cegos, são descobertos de maneira diferente por cada um na análise e são confirmados no decorrer do encontro com os passadores, em cujo caráter inesquecível e perturbador Lacan insiste.

Assim, um passante pode surpreender-se revelando pela primeira vez, no curso do depoimento que produz, um novo saber sobre a experiência de sua psicanálise. Assim, aquele que ainda se achava na brecha do fim de seu percurso pode ouvir-se dizer porque tem certeza de não mais retornar ao mesmo lugar. Outro passante, cujas escolhas profissionais pareciam próximas da psicanálise, descobre, ao se expor no passe, quão distante estava dela. Embora seus compromissos ideológicos mobilizassem o sujeito para o lado de uma aposta na causa, surge em seu testemunho a maneira pela qual ela ainda o fixava na fantasia. E, se as aventuras de sua existência faziam de um sujeito um defensor da verdade, revela-se para ele o valor de uma mentira inaugural onde jaz o apego à carência paterna. Assim, o sujeito encadeado no desejo do Outro fixa sua realidade em sua fantasia.

Essas ilustrações de casos servem para representar as particularidades de alguns testemunhos.

Lembramos que, no dispositivo do passe, ao menos três sujeitos são diretamente mobilizados: o passante e os dois passadores, que, de certo modo, garantem que a adequação do passante a seu dizer a verdade possa ser ouvida e reconstituída. Isso constitui o “material” do passe. Mais ou menos elaborado, ele é o resultado do que um analisando descobre, constrói e, depois, deduz de sua análise.

Esse saber pode ou não ser guardado de reserva depois do término da análise. Para alguns, o momento propício, o tempo de compreender, é necessário. Para outros, “o instante de ver”,¹⁰ ainda prenhe, tem que ser relatado com a máxima rapidez. Seja como for, poderíamos apossar-nos do termo precipitação, no sentido químico, para deixar claro que aquilo de que se trata no passe é do precipitado. Ou seja, daquilo que resta do que se deposita no tempo peculiar a cada um: o de concluir. Essa descoberta, às vezes fulgurante, desconcertante, pode servir para provar um psicanalista ali onde havia um analisando. Durante a transmissão aos passadores, esse evento assegura ao passante a “nota” exata de que ele está em seu lugar. Mas, será isso da ordem da certeza?

A certeza parece estar para a verdade como a adoração está para o amor. No campo da psicanálise, o uso do significante, a função do sintoma e a natureza da fantasia levam-nos a considerar a trajetória da análise numa lógica que demonstra a particularidade das saídas mais ou menos concluídas. Mas resta uma parcela de indecidível, uma vez que a prova do fim é feita, ao mesmo tempo, na saída da análise e no contexto do dispositivo. Caberia a cada um dos passantes convencer os passadores da extrema autenticidade de sua experiência e da referida solução que dela se destaca.

Assim, para cada um, coisas indubitáveis dão uma prova de certeza. Como a de ter feito uma análise, que leva à emergência do desejo do analista, como ato que modifica radicalmente o sujeito. É essa verificação que mobiliza a causa. O passe permite sua verificação e, dentre outras incumbências, o AE terá de esclarecer, em seguida, aquilo por que passou,¹¹ para que, da precipitação de sua verdade, ele ateste em ato uma espécie de certeza.

Fim de análise e saída do dispositivo do passe: em quê a saída não é um fim

Uma vez encerrada a experiência do depoimento, o tempo que então se descortina perante o sujeito, na incerteza da resposta do Outro, não é o da espera de um reconhecimento ou uma aprovação quanto a seu conteúdo, mas o da espera de uma verificação que se refere ao próprio fato de sua deposição: irá o Outro atestar que ele efetivamente saiu, não deixando de testemunhar isso?

Esse tempo é, propriamente, aquele em que se atesta o funcionamento, no dispositivo do passe, da lógica coletiva, que gostaríamos de

demonstrar que é justamente aquela em que Lacan fundamentou a aposta institucional que é a Escola.

Reportamo-nos, para tanto, ao apólogo dos três prisioneiros,¹² para examinar, primeiramente, o lugar respectivo dos diferentes parceiros nesse momento da partida. Se parece evidente que o passante e os passadores são de fato prisioneiros, será viável, em vista disso, inferirmos que o júri é o diretor do presídio? Afinal, essa leitura se tornaria plausível pela simples consideração do fato de que o júri dispõe do poder, do poder de dizer sim ou não. Todavia, no apólogo, o diretor do presídio não apenas já conhece a resposta (foi ele mesmo que escolheu os discos), como também, ainda por cima, não intervém na ação. Quando muito, fica num lugar de observador. Ora, no dispositivo do passe, o júri é absolutamente parte integrante da partida — participa plenamente dela, em nome da pergunta que seu lugar o intima a responder: que é um psicanalista? Mesmo que seja inegável que existe nesse assunto um certo “sabe-se que...”, isso pressupõe que, no tocante a essa questão, não se sabe tudo. Onde é essencialmente pela colocação de seu não-saber em funcionamento que o cartel intervém na partida.

Podemos assim situar com precisão a exigência formulada por Lacan na Proposição de outubro de 1967,¹³ segundo a qual o júri não pode abster-se, afora sua função de selecionador, de um trabalho de doutrina: como os prisioneiros do apólogo, também ele terá que responder por sua decisão, na medida em que precisamente essa decisão, a nomeação, é um ato, um ato que o destitui. Noutras palavras, trata-se de submeter ao exame da coletividade analítica em que a saída do passante determinou a saída do cartel. E, assinalamos, é a Escola e, além dela, o conjunto da comunidade analítica, que estaria mais propriamente no lugar do diretor da prisão.

Assim, mais além, aquilo com que o passe pode acenar, no seio da coletividade analítica, como ganho de imponência e de poder, esse ponto de não-saber, a propósito do que é o analista posto em funcionamento no dispositivo, constitui o próprio cerne da aposta institucional do passe e, portanto, da Escola. Como assinalou Lacan na Proposição, “É numa prova assim que a autoridade se faz reconhecer. Saiba o público dos técnicos que não se trata de contestá-la, mas de extraí-la da ficção”.¹⁴ Podemos reportar-nos, a esse respeito, à “Situação da psicanálise em 1956”,¹⁵ para constatar como Lacan rotulou as sociedades psicanalíticas tradicionais como modo de institucionalização de uma ficção de autoridade, por consistirem numa hierarquização estabelecida sobre o saber suposto, e para verificar que, aqui, “extrair a autoridade da ficção” não

implica outra coisa senão a destituição do sujeito suposto saber, na passagem do saber suposto para o saber exposto, e que, em última instância, aí se encontra em questão, precisamente, o estilo de comunicação que é próprio de uma instituição psicanalítica.

Assim, se podemos efetivamente afirmar que a passagem do particular para o público, do ponto de vista fenomênico, consiste na entrada de um passante, oriundo do particular do tratamento analítico, no dispositivo do passe oferecido pela Escola, é na saída que ela assume seu valor estrutural: um saber exposto pelo cartel (trabalho de doutrina), bem como pelo AE (ensino). É nesse exato movimento, onde se atesta a passagem do trabalho de transferência para a transferência de trabalho, que a ética da psicanálise, como procedente da ética do bem-dizer, destaca novas exigências para o sujeito. É precisamente nisso que a saída do dispositivo do passe não é um fim, e sim um começo, sob a forma de uma nova relação com o saber e com a Escola: que ela então se coloca “sob os auspícios daquele que às vezes se apresenta sob as roupagens do filósofo, que, mais comumente, há que procurar misturado nos ditos do humorista, mas que sempre encontramos no sigilo da ação do político: o bom lógico, odioso para o mundo”.¹⁶

Depois do passe: o desejo do analista e a transmissão

Tênue como um fio de cabelo, dizia Lacan a respeito de sua proposta concernente ao passe. Certo. Mas a verdade, por experiência, é que é preciso haver muitas condições para que esse fio não emaranhe tudo.

É preciso, primeiramente, uma Escola que inscreva o passe em suas fundações e que o certifique de tal maneira que consinta em nomeações efetivas de AEs, em vez de fazer sacrifícios a um culto do qual qualquer encarnação afigura-se necessariamente blasfematória. É preciso, além disso, é claro, sujeitos em condições de convencer os cartéis de que sua solicitação tem fundamento. Uma solicitação problemática sob mais de um aspecto: restará alguma coisa a pleitear do fim de uma análise, quando esse fim é autêntico? — eis uma pergunta sempre formulada; ademais, será que um sujeito que terminou sua análise, e que até sai dela com o desejo de, por sua vez, analisar, inclina-se necessariamente a ensinar, a transmitir, além do campo em que irá sustentar seu ato, a prática analítica?

Assim, teria o AE com o grupo analítico ou a Escola uma relação diferente da de seus colegas? Ainda mais que não é necessário haver

terminado a análise para ensinar psicanálise, e que a qualidade e o efeito transferencial de um trabalho teórico dependem de múltiplos fatores, nos quais a equação pessoal tem seu lugar, independentemente do grau de finitude da análise.

Note-se, antes de mais nada, que a Escola tem uma relação diferente com seus AEs e com os outros. Que o procedimento funcione e que haja nomeados é o bastante para fazer o passe existir, e intima cada um a responder se quer ou não correr pessoalmente o risco de uma aceitação ou de uma declinação. Disso se deduzem duas ordens de fenômenos. A primeira concerne à atitude perante os AEs, de onde a ambivalência está longe de se mostrar ausente. Somos gratos por eles existirem: sua existência legitima o investimento feito no ensino e na Escola de Lacan e gera esperança, para retomarmos a fórmula lacaniana de *Televisão*.¹⁷ Mas essa existência, por nunca ser nada além de singular, está sempre em discordância com a Idéia, donde também uma certa desconfiança: da reserva discreta à sólida aprovação, é vasta a gama das reações que atestam que, na verdade, o AE é esperado, mas, para começo de conversa, não perde por esperar... A segunda ordem concerne ao interesse maciço de que é objeto o ensino dos cartéis do passe, em contraste com a ambivalência mencionada há pouco. Interesse pelo trabalho de elaboração e de doutrina ministrado por esses cartéis? Certamente, mas um interesse redobrado pelo fato de que é o júri que se exprime diante dos ouvintes, que são todos candidatos potenciais, passados, presentes ou futuros. Semelhantes, portanto, daqueles de quem os membros do júri narram as aventuras, prestando contas do julgamento que os sanciona.

É verdade, por outro lado, que a nomeação é uma aposta, um modo de não eximir o AE de sua responsabilidade. Cabe a ele agir de maneira a que a expectativa que suscita assuma uma forma diferente da evocada mais acima. Por que quereria um sujeito, no fim de sua análise, contribuir para o saber, condição única para que a análise continue a valer no mercado, como se exprime Lacan na “Nota aos italianos”?¹⁸ Lacan responde a isso, no mesmo texto, com o entusiasmo a que pode levar o haver apreendido a causa de seu horror de saber; no prefácio da edição inglesa dos *Escritos*,¹⁹ ele fala da satisfação que marca o fim da análise como término da miragem da verdade da qual somente a mentira é esperável; por último, em *Televisão*,²⁰ ele enuncia seu princípio: quanto mais somos santos, mais rimos. Todas essas são formulações que dão a entender que atestar a destituição no fim de uma análise é acompanhado por um bônus cujo valor é tão maior quanto mais ele é distribuído, ao

contrário das regras tradicionais do mercado, que valem tanto para os bens quanto para o amor. Generosidade do AE, que o leva a testemunhar uma satisfação invejável, apta, portanto, a despertar ocasionalmente o desejo, mais pela contribuição para o saber do que pela beatitude ou pela suficiência? E por que não, se fica claro que essa generosidade não é a oblatividade, sempre seletiva em seu endereçamento e totalitária em sua essência? A contribuição para o saber pressupõe, inversamente, fazer sua uma questão, e depois apagar-se diante de seu próprio objeto para fazer interrogações aceitáveis, como enunciou Lacan em seu “Discurso de encerramento das Jornadas sobre a Infância Alienada”.

E, de fato, uma vez articulado para um sujeito o desafio de verificação ou autenticação que era sustentado por sua fala analisante, ele já não tem que demandar a mesma coisa. Enquanto as perguntas que ele endereçava a seu psicanalista encobriam, ao mesmo tempo que atualizavam, a suposta resposta que o fazia agarrar-se à fantasia, trazê-las a público marca uma transposição radical: tanto as perguntas quanto as respostas já não têm o mesmo fim. O sujeito pode então interrogar a psicanálise a partir do que seu encontro com ela teve de mais singular.

Pois é sempre ocasionalmente, ou seja, na contingência, que o desejo é suscitado, como indica patentemente a disparidade dos AEs na série que eles compõem. Mas uma contingência do desejo, o que também quer dizer que há igual número de razões para que ele seja recusado. A inocência não se dispõe a se deixar desanimar, e o grupo analítico dispõe de tantos meios quanto qualquer outro para abrigá-la, nem que seja segundo o princípio de Gribouille, que consiste em se enfiar na água para não ser molhado pela chuva. É aí, no entanto, que a simples existência institucional do passe basta para introduzir um princípio de dispersão que torna impossível que a Escola se reduza ao grupo, e é também isso que motiva o padrão exclusivo que vigora nela, a duração da nomeação dos AEs.

NOTAS

1. "Transfert et École", *Les stratégies du transfert en psychanalyse*, Paris, Navarin, 1992, p. 461-5.
2. Lacan, J., "Le temps logique et l'assertion de certitude anticipée", *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, p. 197-213.
3. Lacan, J., *Le séminaire XVII, L'Envers de la psychanalyse*, op. cit., p. 202 [*O avesso da psicanálise*, op. cit.].
4. Lacan, J., "Le séminaire sur 'La lettre volée' ", op. cit., p. 11-61.
5. Lacan, J., "Discours à l'EFP", in *Scilicet*, 2/3, Paris, Seuil, 1970, p. 9-29.
6. Lacan, J., "Sur l'expérience de la passe", in *Ornicar?*, 12/13, Paris, Lyse, p. 120.
7. Lacan, J., "Proposition du 9 octobre 1967 sur le psychanalyste de l'École", in *Scilicet*, 1, Paris, Seuil, p. 26.
8. Idem, p. 15.
9. Lacan, J., "Sur l'expérience de la passe", op. cit., p. 120.
10. Lacan, J., "Le temps logique et l'assertion de certitude anticipée", op. cit., p. 197-213.
11. Idem.
12. Ibid.
13. Lacan, J., "Proposition du 9 octobre...", op. cit., p. 120.
14. Idem, p. 30.
15. Lacan, J., "Situation de la psychanalyse en 1956", op. cit., p. 459-91.
16. Lacan, J., "Le temps logique...", op. cit., p. 199.
17. Lacan, J., *Télévision*, Paris, Seuil, 1974, p. 11 [*Televisão*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993].
18. Lacan, J., "Note italienne", in *Ornicar?*, 25, Paris, Navarin, 1982, p. 7-10. ["Nota italiana", op. cit.]
19. Lacan, J., "Préface à l'édition anglaise du *Séminaire XI*", in *Ornicar?*, 12/13, Paris, Lyse, p. 124-6.
20. Lacan, J., *Télévision*, op. cit., p. 29 [*Televisão*, op. cit.].

Lições Clínicas do Passe: I

Novos dados clínicos

Esse título, “Lições clínicas do passe”, convida-nos a isolar os dados específicos que o dispositivo do passe faz surgir. Este, com efeito, modifica a perspectiva adotada sobre a própria experiência analítica.

Desde Freud, tudo o que se articulou sobre o fim da análise tem sido feito, em essência, em nome da experiência do analista. O dispositivo do passe faz com que novas vozes se façam ouvir por ouvidos não menos novos, e sobre um objeto que nunca foi metodicamente interrogado, a saber, a análise do analista, vista por ele mesmo. Em virtude disso, ele faz virem à luz novos dados clínicos: grande parte do que é divisado ali não aparece em nenhum outro lugar, nem mesmo na experiência direta da análise.

Uma perspectiva de além-fim

Que o dispositivo é funcional quanto ao efeito de transmissão já não precisa ser provado: na maioria dos casos, os testemunhos dos passantes, como transmitidos pelos passadores, deixam surgir as linhas de destino do sujeito, com, digamos, um desenho global da sequência analítica. Seria possível dizermos o desenho global da sequência? Certamente que não, pois o depoimento do passante inclui a perspectiva adotada pelo sujeito sobre sua experiência. Essa geometria, aliás, está implícita na metáfora do “clarão” utilizada por Lacan.

Registramos aí um dado clínico maciço: a análise conduz uma maioria dos sujeitos a achar, ao cabo de muitos anos, é verdade, que eles

efetivamente terminaram, a tal ponto que prosseguir seria da ordem do absurdo, ou até do impossível. Quer afirmem isso com maior ou menor intensidade, esses sujeitos falam de sua análise numa perspectiva que poderíamos qualificar como de além-fim. Esse não é o caso de todos, porém: alguns, que não consideramos aqui, depõem sobre uma análise que consideram inacabada. Mas, por isso mesmo, postulam o fim como possível, no futuro. Donde podemos concluir que, para todos, a perspectiva é regida por “uma colocação” do significante do fim — no sentido, como Lacan fala, de “posição do inconsciente”. Esta não deixa de ter efeito na maneira como o sujeito relata sua saída da análise e, mais essencialmente, sobre a maneira pela qual ela se produz. Detenhamo-nos nos passantes que julgaram haver conduzido sua experiência até o ponto de resolução. Estes, a maioria (dezesesseis em vinte e sete), não perguntaram, como fazem alguns outros, se realmente tinham feito uma análise, nem tampouco se de fato a haviam terminado: podemos dizer que eles *afirmaram* seu passe e ofereceram essa afirmação à supervisão da Escola, para que ela a ratificasse e autenticasse, não como uma simples crença, mas como uma convicção fundamentada. Fazemos aqui uma distinção entre a experiência do fim e sua afirmação. Da experiência da saída o sujeito pode dar um testemunho. A afirmação do término, ao contrário, depende do julgamento e põe em jogo a concepção que o sujeito veio a fazer dele. Ela deixa perceber como um sujeito se instruiu por sua análise e permite avaliar o grau de didatismo de um tratamento, que muitas vezes permanece velado dentro da própria análise.

Fenômenos de saída

A saída em si, observe-se, não se discute: ela existe ou não existe, real...mente. Esperada por muito tempo, às vezes se apresenta, no entanto, como algo que o sujeito mais suportou do que decidiu, ou até como algo que lhe caiu sobre a cabeça (“acabou, não sei por quê”, “estou indo para um fim real”). Talvez tenha sido isso que motivou Freud a afirmar, com toda a simplicidade, que a análise termina quando o analisando e o analista param de se encontrar. Ater-nos a isso seria insuficiente, mas essa observação tem o mérito de pôr o dedo, não no trabalho da análise e em seu produto, mas no elo libidinal que lhe é necessariamente subjacente. Às vezes colhemos, hoje em dia, afirmações inversas: sujeitos que pensam haver terminado, não ter mais nada a esperar do discurso analítico, mas que adiam a saída e continuam a se

encontrar com seu analista, de quem não conseguem se separar. Em ambos os casos, o que se afirma, implicitamente, é uma distinção entre o componente libidinal da análise e seu processo de elaboração simbólica. Os dois não deixam de estar ligados, mas, ainda assim, são parcialmente disjuntos. Deixemos de lado as falsas saídas, em que o sujeito sai de uma análise para entrar em outra, limitando-se a mudar a pessoa que fica no lugar do agente do discurso: elas só entram em questão na avaliação do término a título de acidentes de percurso.

Modalidades

A saída de análise depende do mecanismo que a produz. É de ordem libidinal e se realiza todas as vezes que a causa do desejo analisante pára de funcionar.

Esse ataque desferido contra a libido associativa não é apenas um fenômeno de fim de análise: ele se dá em toda interrupção, por mais prematura que queiramos julgá-la.

Suas condições podem ser muito variadas, conforme o momento do processo em que ela se situa, e merecem ser investigadas e isoladas caso a caso, mas não são essencialmente da ordem das razões. Sem dúvida, o sujeito pode querer sair por estar satisfeito com os benefícios já obtidos em termos de bem-estar ou de saber, e também pode querê-lo pela razão diametralmente oposta, por uma depreciação dessas mesmas conquistas, por julgar que “isso não é grande coisa”, comparado ao que era esperado. Mas não é isso que importa. Com todas as razões para interromper, o sujeito pode prosseguir por longos anos, de nada adiantando o desejo de acabar.

Para que haja saída, é preciso que se afrouxe a impossibilidade, tão vivamente experimentada por muitos analisandos, amiúde durante longos anos, de emancipação da coerção transferencial que prende o analisando ao discurso analítico. Abre-se então uma nova possibilidade de escolha, que aliás pode dar margem a uma retomada do investimento, ou seja, a uma inversão da impossibilidade, que se transmuda numa impossibilidade de se manter dentro do discurso analítico — pelo menos no lugar de analisando. Impossível, possível ou quase necessária, conforme o analisando se decida por ela ou a sofra em maior ou menor grau, a saída se articula no nível do funcionamento ou não da causa do desejo. Resta distinguirmos o que especifica e determina a saída através do passe.

Além da posição depressiva

O dispositivo oferece a oportunidade de pôr em prova uma tese largamente aceita, segundo a qual a saída, geralmente esperada, mas impossível durante muito tempo, só se oferece ao sujeito pela travessia de um luto. Cf. Melanie Klein e M. Balint, a quem Lacan se juntou ao afirmar que o momento do passe participa da posição depressiva.

Em diversas ocasiões, o cartel ou um de seus participantes se surpreenderam por não encontrar essa dimensão de luto no centro dos depoimentos, sobretudo entre os homens, em contraste com as colocações analisantes coligidas na própria análise, que indicavam, ao contrário, na fase final, uma idéia constante de perda e separação e uma tristeza diante disso. Não é que os passantes não deixassem transparecer nada disso, mas evocaram-no como que a título de informação e, aliás, mais as mulheres do que os homens; voltaremos a esse ponto.

Será isso um efeito do dispositivo, que induziria os passantes a pleitearem o passe num impulso, ou será simplesmente um efeito do tempo?

O luto das expectativas transferenciais, na realidade, nunca está ausente, à parte as consequências ditosas, terapêuticas, produzidas pelo dito analisando. Na verdade, conviria distinguir diversos lutos, e não um só, mas, se desprezarmos essa distinção, poderemos dizer que cada passante evoca, simplesmente, aquilo a que teve de renunciar no correr do processo. Os termos são variados: amor, saber, poder, garantia de ser ou de ter, solicitados do Outro, mais pelo lado do pai ou pelo da mãe, conforme os casos. A decadência da demanda sempre se instaura por uma fase de renúncia. Ela pode ser mais ou menos ruidosa, conforme o sujeito, e assumir maior ou menor destaque na sequência, conforme a consistência das conquistas de saber e de sentir-se melhor da análise, porém nunca falta, e dá a alguns passantes o estilo de um sujeito que se curou de muitas ilusões, parecendo as perdas, às vezes, ter maior peso na balança do que os ganhos.

Entretanto, o passante que acredita poder prestar contas de um fim já não está, em geral, no tempo de apercepção do sem-saída de sua demanda: o luto que condiciona a queda dessa demanda já foi atravessado por ele, que ultrapassou a posição depressiva.

A satisfação da saída

Sair do discurso analítico é sair da demanda transferencial. O fato de que esta possa ressurgir em outro lugar ou posteriormente não é objeção a isso. Pois bem, essa saída realmente parece comportar uma satisfação específica, amiúde mais sensível nos depoimentos do que o toque de renúncia, que, por sua vez, é do tempo anterior. Não é um artifício do dispositivo, mas antes, um remanejamento da libido, vindo a saída deixar disponível para outros fins a libido que era consumida no discurso analítico. Quer ela se invista no trabalho ou no amor, quer dê um novo impulso às sublimações do sujeito, não vem ao caso, mas o sujeito experimenta uma espécie de recuperação do desejo. Um lança-se num estudo de grande envergadura, outro é tomado pelo frenesi de novos amores, um terceiro restabelece o contato com a arte de sua juventude, ou tudo ao mesmo tempo etc.

Muitas vezes se pergunta o que a análise modificou num sujeito. Mas notamos que separar-se da análise é uma mudança diferente de todas as anteriores, e que ela nunca falta no fim. Quando o analisando se livra da satisfação extraída da análise, quando o analista deixa de ser a causa do desejo, ao mesmo tempo que o destinatário da demanda, o sujeito acredita haver recuperado uma liberdade e novas possibilidades. Reconhecemos nesse luto do objeto a mola “substancial”, como diz Lacan no “Aturdito”, do que podemos chamar *efeito terapêutico de saída*. Ele não é forçosamente duradouro, mas alguns passantes o sublinham vivamente, ao fazer um balanço comparativo do antes-e-depois que é muito mais “maníaco” do que depressivo. Note-se também que essa reapropriação terminal é, em parte, desligada do grau da efetividade analítica. Podemos confirmá-lo facilmente pelo seguinte: o sujeito pode estar mais ou menos satisfeito com o que sua análise produziu de saber e de mudanças anteriores, mas, seja como for, fica satisfeito em pôr termo a ela.

A saída posta em julgamento

Essas saídas cujo valor de passe os analisandos sustentam, os cartéis têm por tarefa julgá-las.

Ora, que se constata, de fato, senão um choque de perspectivas? Coloquemo-nos no nível numérico, o mais objetivável. Neste cartel, que teve de ouvir vinte e sete passantes, dentre os quais dezesseis afirmavam seu término, houve três nomeações como AE. Essa proporção não seria

sensivelmente diferente, se considerássemos o conjunto do dispositivo. A seleção é grande. Ela tem por efeito paradoxal que, em nome da análise acabada, induzimos a análises, senão intermináveis, ao menos muito prolongadas, de muitos dos passantes que haviam julgado poder terminar.

Equivale isso a dizer que o passe é muito raro? Ou será que os passadores não o escutam, ou, pior ainda, que os cartéis não o reconhecem?

Toda a questão está em saber que resposta ou que solução o sujeito obtém no campo do simbólico, no momento em que sai do discurso analítico. A saída pode ser avaliada, uma vez que a análise é um processo finito. Ela o é porque as operações do simbólico são limitadas e definíveis. Mais precisamente, é por essas operações poderem ser levadas a pontos de impossibilidade, que equivalem como que ao real no simbólico, que se pode dizer que uma análise, uma vez recenseados os recursos do simbólico, chegou ao fim, mas é também por isso que uma análise pode ser terminada de fato, por decadência do desejo, sem ter levado o simbólico até suas últimas “trincheiras”.

Dá-se deduz a importância de que uma Escola chegue a um acordo quanto a uma doutrina dos recursos lógicos do simbólico no tocante à abordagem do real.

Na prática, constatamos que todos, cartéis e passantes, questionam a saída por dois vértices: o das soluções epistêmicas obtidas do simbólico e o das metamorfoses do sujeito. Indagamos da análise que conclusões ela forneceu e que estado do sujeito ela produziu.

A saída julgada pela conclusão

O dispositivo traz, nesse aspecto, alguns dados que merecem ser coligidos. Na maioria das vezes, eles não aparecem na análise em si, pois, no passe, o sujeito que quer convencer, que quer partilhar sua convicção, é induzido a pleitear sua saída, ou, pelo menos, a justificá-la. Não se trata de uma questão de forma: sem dúvida, há testemunhos que se formulam com uma segurança soberba, como a evidência *index sui*, mas essa é também uma modalidade da arte de convencer, pois não há meio de se escapar à retórica, a partir do momento em que se fala. Os passadores nunca deixam de ser sensíveis a isso e de reproduzir suas características.

Há uma tensão manifesta aí: o passe como tal é um momento de rejeição do simbólico. Mas o dispositivo convida o passante a sair do silêncio wittgensteiniano e a reatar os laços com o dito, ou a se fazer

defensor de seu caso. Por conseguinte, sendo impossível o descritivo puro, ele não pode fazer menos do que “historiar por si mesmo” o porquê de sua saída. E ei-lo que entra no que efetivamente podemos chamar, retomando o termo que Lacan aplicou ao inconsciente no seminário *Mais, ainda*, uma “elucubração de saber”. É assim que ele forja, para explicar as peripécias de seu fim de análise, uma espécie de “ficção” de separação que coloca em perspectiva a saída real.

Três respostas do simbólico

Para ele, trata-se de dar conta da parada imposta à demanda transferencial e à perpétua impotência que ela mobiliza. A impotência, o “não conseguir” que a transferência mobiliza, repete-se para cada um de formas específicas, racionaliza-se ao longo do tempo de um ainda não, não com você, não para mim etc., e é variadamente vivenciada como depressão, raiva, reivindicação, mas sempre sustenta a esperança do possível, que a análise erige em demanda. Se deixarmos de lado as falsas saídas anteriormente evocadas, constataremos que, na prática, ela só se resolve, ao que parece, de três maneiras, e que a variedade dos casos se ordena em três séries.

O sujeito pode se satisfazer com um ganho de saber que ele considera a última palavra sobre sua posição e sobre as manobras que orientaram até então suas relações com o Outro. Ele encontra uma fórmula da verdade que especifica as particularidades de seu falicismo. Apercebe-se então daquilo que quis... ser (por exemplo, um mendigo, uma exceção heróica etc.) e pode deduzir disso a significação desejante de sua identificação. Essas percepções não faltam em nenhum depoimento de passe, embora nem todos façam delas o motor de sua saída. Também são sempre os “opercebidos”, para retomarmos o trocadilho que Lacan utilizou no *Avesso da psicanálise*.^{*} O amor não é o único a ser médico; vez por outra, a verdade também o é. O efeito de satisfação pode então duplicar-se, a ponto de deixar o sujeito indiferente ao fato de que essa travessia de uma significação só lhe fornece um pedaço da verdade. Não tem importância, ele faz da última palavra sua palavra final.

Ou então, mais sensível ao fato de que a verdade só pode ser meio dita, o sujeito renuncia, sem mais fundamentar a suspensão de sua

* Condensando as formas verbais “operar” e “perceber”, cf. *O avesso da psicanálise*, op. cit., p. 152, e nota 37 da p. 208. (N.T.)

insistência. Ele diz “tô fora!”, numa temporalidade que pode ser de pressa ou de esgotamento progressivo de seus adiamentos, tanto faz: há um “basta” que determina uma saída... como que por desgaste. É a saída pela impotência consentida, mas que proporciona, não menos do que outras, a satisfação anteriormente evocada. Essa opção não é função dos efeitos de mudanças da análise e parece compatível tanto com as análises que continuam para além dos grandes benefícios terapêuticos quanto com uma análise que pouco tenha modificado o quadro sintomático, e na qual o sujeito tenha tido que consentir no incurável. O sujeito atesta a infinitude e, na falta de uma última palavra, passa ao silêncio.

Ou então, por fim, o analisando pensa haver encontrado uma “solução” para a experiência de impotência. Uma solução que não é nem o semi-dito de uma verdade, como no primeiro caso ilustrativo, nem uma impotência consentida, como no segundo. Ele depõe sobre um efeito de entendimento, ou melhor, de julgamento, que instaura uma conclusão nas negatividades da estrutura e efetua, ao que parece, a “virada da impotência para o impossível”, apontada por Lacan.

Constatam-se algumas gradações na maneira como os passantes expõem suas conclusões de impossibilidade. Um conclui pela impossibilidade de obter o que sua demanda exigia, a partir de uma ficção do menos-um: um sonho crucial, por exemplo, que põe em cena a incompletude do Outro e diz, num caso, que o pai não sabia nem via, e noutro, que o livro estava incompleto. Outros justificam o salto da conclusão interpretando os silêncios do analista: é impossível obter sua garantia, ou seu saber, ou uma presença que compense a solidão intrínseca. Mais bem fundamentado, talvez, é aquele, ou melhor, aquela que conclui por A mulher impossível, a partir de uma declinação experiente e quase metódica dos nomes do objeto fálico.

Evidentemente, coloca-se a questão de saber se, de fato, essa afirmação de um obstáculo interno no simbólico, que libera o “não consigo” da impotência, jamais é outra coisa, dentro da própria análise, senão uma presunção de impossibilidade. A impossibilidade verdadeira, de fato, demonstra-se logicamente, ao passo que a associação livre não é, estritamente falando, um método de demonstração. Ela certamente põe em jogo as impossibilidades próprias da lógica do significante, que se demonstra em outro lugar e sob cujo golpe todo analisando tomba: é impossível dizer tudo ao mesmo tempo, existe a coerção do passo a passo da sequência, portanto, e é também impossível dizer tudo: o saber é sempre tornado incompleto por um menos-um. Para condensar, digamos que é o transfinito da demanda que, antes de programar a solução

possível, orchestra uma decepção inevitavelmente experimentada, em que o analisando não obtém, no fim, nem a impossível última palavra do saber, nem a *agalma* que o amor transferencial sonhava “obter”, segundo o termo de Lacan na “Proposição de 1967”. Só que esse impossível é experimentado, de fato, como uma impotência.

Resultado: quando o passante formula uma conclusão de impossibilidade, esta freqüentemente aparece como um hiato em relação às premissas em que ele a fundamenta. Um sujeito, por exemplo, invocou uma recusa de seu analista a um pedido de supervisão e um silêncio quanto a sua intenção de trabalho, para concluir pelo não-saber do analista e pela impossibilidade da resposta última. Esse é apenas um exemplo, há muitos outros. A conclusão, nesse caso, é certamente correta, mas tem apenas uma ligação muito frouxa com as premissas das quais só é ficticiamente deduzida, e que poderiam prestar-se a outras conclusões. Caberá concluir disso que o ato de afirmação predomina sobre o fundamento dedutivo e que, no fundo, trata-se apenas de uma crença? Mesmo que quiséssemos concluir dessa maneira, seria preciso ordenar as diferentes saídas conforme a crença que elas deixam no sujeito: pela ordem, a crença decidida numa verdade, numa incompletude, ou numa impossibilidade.

Essas três não se equivalem no tocante ao esgotamento dos recursos do simbólico. Na primeira, ele parece haver cumprido suas promessas, ao fornecer uma verdade, mas seus impasses continuam despercebidos ou negligenciados. Na segunda, ele foi decepcionante, mas o sujeito se apegava à falha da impotência, a dele ou a do Outro, pouco importa aqui, embora dois estilos bem diferentes resultem disso. No terceiro caso, a conclusão pela impossibilidade tem, às vezes, efeitos que vão muito além da renúncia.

A eficácia do impossível

Além das fórmulas da verdade, a conclusão acerca do não-todo do saber, sejam quais forem os enunciados particulares em que ela se afirma, permite a passagem da incompletude do Outro para sua inconsistência de gozo. Ela evidencia, com efeito, que a constância da representação de gozo da fantasia não se garante em nenhum saber e, portanto, era apenas um postulado do sujeito, indedutível, encontrando seu esteio em outro lugar... Ela desvela a linha de deiscência que separa o objeto fictício, representado na fantasia, e a causa impensável... que o analista acaba

representando. Não surpreende que possa seguir-se a isso uma desvalorização do saber e do apelo feito ao simbólico, que não é a depreciação histórica, ou que talvez forneça seu fundamento estrutural. “Saber inútil”, diz Lacan. Às vezes, é com um toque de escárnio, ora magoado, ora divertido e como que incrédulo, que o sujeito se vê reduzido a parar de se esforçar e “se evacua” do discurso — o termo é de Lacan.

Contudo, essa consequência nada tem de automático, como podemos constatar. Ou seja, sua determinação simbólica, ainda que necessária, não é suficiente. Aliás, é fácil verificar que, a despeito do impossível de dizer, que no fundo ninguém ignora, continuar a dizer, indefinidamente, não é logicamente impossível. É uma questão, portanto, de gozo. Há situações em que a análise prossegue além da conclusão extraída do simbólico e em que a demanda feita ao analista, por inefável que seja, sobrevive por muito tempo à demanda feita ao saber. Resta então ceder ao culto, não impossível, do analista.

A saída julgada pelas metamorfoses do sujeito

Presume-se da análise que ela produza o analista. A questão do estado do sujeito que resulta de uma análise finita torna-se crucial. A esse sujeito chamamos analisado, justamente para indicar que, para ele, a posição analisante participa do passado, e que analista ele só é potencialmente, sem obrigação.

Quando se trata do momento do passe terminal, a questão é saber se os passadores sabem ouvi-lo e se os cartéis sabem reconhecê-lo. Quando se trata do analisado, a questão é outra: que havemos, que podemos legitimamente exigir que se tenha tornado aquele que, havendo passado bem, doravante não espera mais nada da análise — justamente o que levou Lacan a dizer que o passe faltoso “gera esperança”?

A terapêutica

No que concerne ao estar melhor e, porque não dizer, à felicidade conquistada pelo sujeito ao cabo de seu percurso, a variedade dos resultados é *máxima*, distribuída entre dois extremos: alguns sentem-se inteiramente aliviados de sua dor de viver, enquanto para outros, ao contrário, a magia não funciona e o sintoma permanece como estava.

Grande parte das mudanças produzidas pela análise situa-se, evi-

dentemente, no nível do amor. Aí recenseamos toda uma gama do que podemos chamar, sem excesso de grandiloquência, metamorfoses da libido — sempre parciais, é verdade: separação da angústia (por exemplo, de ser devorado, castrado, amordaçado); maior liberdade no tocante à escolha do parceiro (um, no masculino, passa a ter menos medo de ser aprisionado no casamento, outro, no feminino, não mais procurando o Um-que-falta, torna-se receptivo ao um entre outros); aceitação da contingência, que permite a um dado sujeito suportar a falta de amor, e a outro, acolher a surpresa ou os limites. Quem não amava começa a amar, quem sonhava com outras mulheres cuida da sua, quem queria a ave rara faz por menos etc.

Construção ou travessia da fantasia?

A questão da relação entre esses efeitos e a travessia da fantasia se coloca. Será possível identificarmos o que se chama sua construção e sua travessia?

É uma questão de definição. Se por construção da fantasia designamos, como creio que convém fazer, o trabalho pelo qual o sujeito a desdobra e a esclarece, no decorrer do processo de re-historicização de seu passado e de questionamento dos afetos transferenciais, então, a construção da fantasia não implica sua travessia. Trata-se, antes, de uma espécie de focalização, no sentido fotográfico do termo, do postulado com que o sujeito se garante. Mas, enquanto o sujeito toma a ficção da fantasia pelo real, não há travessia, muito pelo contrário. A postulação da fantasia, por sua constância que não pára de se escrever, exerce uma função de real no simbólico, sem dúvida, mas não é o real e continua imaginária, na medida em que empresta ao Outro uma consistência de gozo que ele não tem, na impossibilidade... de existir. Ao expor sua fantasia, o sujeito se aproxima de sua épura, sem necessariamente fazer com que o Outro perca consistência, e sucede até que, quanto mais sua focalização ganha nitidez, mais se reforça seu domínio. Já se evocaram exemplos a esse respeito. Essa localização da fantasia, no entanto, pode ter efeitos positivos, quase terapêuticos, na medida em que aquele que acredita saber o que esperar e a que se agarrar já não é inteiramente ingênuo, e pode... se habituar.

A travessia da fantasia, por sua vez, se quisermos dar-lhe uma definição clara, implica a derrocada ou, pelo menos, um questionamento da convicção que ela comporta, e que a travessia faz surgir pelo que era:

imaginária. Ela pode ser evocada quando o sujeito não mais acredita em sua ficção, mas reconhece nela simplesmente sua aposta. Trata-se de um efeito de separação entre os semblantes e o real, que, desvelando a inconsistência do Outro, põe o dedo no gozo foracluído. Forçosamente, isso tem efeitos de transformação na libido, pois, no mínimo, tempera as coerções imaginárias e simbólicas.

Masculino feminino

Impõe-se um fato no nível dos testemunhos: as mulheres falam do amor, enquanto os homens mais comumente silenciam. Nas primeiras, a seqüência analítica amiúde parece totalmente povoada pelos dramas do amor: os da infância, os da vida, e... o da transferência. Os passantes são mais evasivos: incidentalmente, fica-se sabendo que fulano tem uma mulher, ou que outro trocou de mulher durante a análise, a menos que só se saiba disso a partir de outras fontes. Quanto à relação com o analista, ela nem sempre é sequer evocada. Não é que falem os sintomas da relação com o Outro sexo, é claro, mas, aparentemente, eles não se correlacionam da mesma maneira com a falta do sujeito e com a demanda transferencial.

As imagens do Outro também diferem, embora não convenha generalizar. Do lado da mulher, ele é mais invocado como Outro do recurso e do desejo, a ser eventualmente sustentado — prevalência da demanda. Do lado do homem, ele é menos invocado do que denunciado como proprietário do gozo — pregnância do medo.

A dissimetria da relação com a castração explica essas diferenças. Em virtude de ela se formular mais comumente, nas mulheres, em termos de falta-a-ser, e nos homens, em termos de falta-a-gozar, ela organiza para cada um um lugar diferente no amor, que não pode deixar de ter repercussões na transferência.

O amor, ao preencher a falta-a-ser, cuida, se assim podemos nos expressar, da castração feminina — de maneira, infelizmente para ela, sempre contingente e, é óbvio,... temporária. Correlativamente, a perda amorosa assume aí um valor de castração. Não há nada similar no homem: o amor, quando é por uma mulher, sejam quais forem seus encantos, não cuida de seu falta-a-gozar, ou até o faz recordá-lo, simplesmente pelo gozo com que ele coexiste, a saber, o gozo fálico. De um lado, a demanda de amor e a pulsão se superpõem; de outro, mantêm-se distantes uma da outra, não apenas na degradação da vida amorosa, mas também na transferência.

O resultado é que a fantasia da consistência do Outro traduz-se, nas mulheres, numa deploração da carência de amor, e se articula preferencialmente com o parceiro sexuado. No homem, ao contrário, essa fantasia rege mais a relação sexual com o Outro da rivalidade, pai e às vezes irmão, e sustenta a representação do pai detentor do gozo que falta ao filho. Que o estilo da demanda transferencial, e sobretudo seu término, sejam marcados por essa dissimetria, não é de surpreender.

O debate sobre a apropriação do gozo campeia no cerne de muitas análises de homens, e nelas verificamos a que ponto o *Totem e tabu* de Freud é, na verdade, um produto da neurose, como dizia Lacan, mas da neurose masculina. Foi o que ilustrou um dado sujeito a quem uma transferência paterna condenou à completa abstinência durante anos, até que uma reviravolta nessa mesma transferência o livrou disso. Haveria muitos outros exemplos atestados pelo dispositivo. Que o sujeito toca na inconsistência do Outro e cede ao gozo de sua castração, não lhe sendo proibido o saldo de um mais-de-gozar, é o que constatamos.

Do lado das mulheres, o luto da demanda, mais precisamente da presença do objeto, é mais manifesto, e amiúde também mais patético. Ele torna mais evidente o efeito de desfalicização da análise, que deixou uma delas, por exemplo, no que ela chamou de “falta perpétua” — quaisquer que fossem as presenças a partir de então. Isso também é uma forma de ser. E então, às vezes sucede que a demanda de ser pára de encobrir a pulsão.

O resto

Muitas coisas, portanto, terão mudado para o sujeito. Mas persiste o resto: o núcleo sintomático inamovível, sempre presente, ainda que mais ou menos manifesto, conforme seja mais ou menos incômodo, e que fixa o gozo assexuado do sujeito. Nessa definição do sintoma, não há sujeito sem sintoma.

Mas, nesse caso, que se há de exigir para dizer que o sujeito fez o passe? Haveremos de pedir que ele não sofra mais, que tenha apagado as marcas do Outro além de discerni-las etc.? Se o cartel não quiser fazer-se agente de nenhuma norma, ele só poderá requerer uma única coisa: que, a partir de então, o sintoma apareça ao sujeito como real. Isso pressupõe que ele tenha levado sua elaboração simbólica, preenche de efeitos de deslocamentos, até o ponto de isolamento do núcleo fora-do-sentido, impossível de reduzir.

Não confundamos o estar melhor com a redução do sintoma. Este, no final, e ao contrário do que se acredita, nunca falta. Nem sempre o percebemos, porque ele se divide: ou o mal de que o sujeito sofria na entrada é reduzido, ou perdura parcialmente, mas o sujeito consente em sua incurabilidade. Nesse caso, há uma mutação que não atua diretamente no sintoma, porém no sujeito: é quando o sintoma lhe aparece como real, impossível de transformar, e ele faz a única coisa possível com o real: habitua-se a ele e consente em seu modo de gozo.

Lições Clínicas do Passe: II

Introdução

Ao longo destes dois anos, o cartel ouviu vinte e nove testemunhos, nomeou quatro Analistas da Escola e recomendou ao Conselho a nomeação de vários membros. O cartel exprimiu-se regularmente, no âmbito das reuniões dos sábados sobre o passe e durante o VII Encontro Internacional do Campo Freudiano, em Caracas (cf. *La Cause Freudienne*, nº 24). Ele desenvolveu um certo número de interrogações que se destacaram da compilação e da seriação da experiência. Começaremos, neste relatório, por fazer um lembrete, antes de abordar, no detalhamento dos casos, diversas problemáticas de fim da análise. Ficamos impressionados com a variedade das modalidades do fim da análise e de separação do analista.

Como distinguir, antes de mais nada, o fim propriamente terapêutico de seu mais além na experiência? Será lícito, num primeiro momento, separarmos o que decorre, por um lado, do alívio devido ao fardo depositado com o analista, e por outro, da travessia da fantasia? Em termos mais gerais, fizemos uma seriação da vertente do sintoma e da vertente da fantasia nas conjunturas de fim de análise. Dois conceitos fundamentais, extraídos do ensino de Lacan, serviram-nos de pontos de ancoragem: o de identificação com o sintoma, de um lado (1976), e o de travessia da fantasia, de outro (1967). Logo se evidenciou que as realizações dos fins de análise permitiam contrastar essas duas vertentes da experiência. Em alguns casos, houve divergência entre esses dois aspectos, ao passo que, em outros, colocou-se a questão de uma convergência, ou até de uma superposição.

Em seguida, como avaliar a antecipação do fim durante o desenro-

lar da experiência em si? Se o fim é a realização de uma separação entre o sujeito e a cadeia associativa, ou seja, o inconsciente, não deveremos situar os momentos de fechamento do inconsciente no decorrer da análise, que precedem ou anunciam esse fim? Não será a partir daí que podemos dar sentido a uma expressão verbal de Lacan, “os momentos de passe”?

Nosso mandato coincidiu com o aperfeiçoamento e o desenvolvimento, na Escola, da entrada pelo passe. De fato, acolhemos no dispositivo um certo número de passantes, nos termos dessa nova disposição. Logo nos ficou claro que era necessário, na medida em que a psicanálise do sujeito estava em curso, separar bem esses dois campos, o da análise e o do processo. Era preciso impedir a instauração de uma espécie de processo duplo em que o analisando se expandisse, retendo seus passadores numa confiança próxima demais da associação livre e duplicando numa transferência paralela a própria análise. Uma limitação da duração, nos casos de demanda de ingresso na Escola através do passe, surgiu como uma solução a ser estudada.

Nas variedades de passe, fomos levados a seriar um certo número de conjunturas. Destacou-se um primeiro grupo em que o fim da análise estava muito distante do momento do testemunho. Assim, o fim corria o risco de se apresentar como um momento já antigo, ou até já morto, do qual se dava conta a uma distância excessiva. A dimensão de evidência reduzia-se mais, nesses casos, à de uma solidificação, de uma concreção. Noutros casos, a proximidade do fim deixava entrever a busca inquieta de uma conclusão verdadeira. Separar a verdadeira função da pressa e do falseamento colocou-se no cerne desse fenômeno.

A dimensão do próximo e do longínquo não decorre exclusivamente da distância entre o fim efetivo (passado) ou previsível (futuro) e o testemunho. Pudemos constatar como a concepção que o sujeito faz do fim da análise num dado momento repercute no depoimento fornecido. A ênfase da experiência pode ser patética ou lógica, histórica ou descrita como uma sucessão de instantâneos, costurada numa biografia romancada ou descosida numa sucessão de *flashes*. Além disso, a situação do debate sobre o passe numa dada comunidade analítica também influi nas modalidades do testemunho. Verificamos, nesse aspecto, que a Escola não é um meio homogêneo e que tem ênfases distintas, particularidades locais ou regionais, em suma, do que é esperado, no grupo analítico, de um fim de análise que verdadeiramente o seja.

Essas considerações justificam sua inscrição numa preocupação mais vasta. Em que sentido definir a unidade da experiência? Uma

tentação decantou-se dos esforços de todos: a de apresentar uma certa completude da experiência analítica pessoal. Uma completude na produção do depoimento pelo passante e em sua compilação, sua transmissão pelo passador, bem como na vontade de não deixar nada se perder, de conseguir escrever ou dizer tudo. Isso apareceu, levado ao extremo, como uma vontade de suturar a necessária incompletude da experiência através de uma espécie de completude forçada. Como se se tratasse de vencer o caráter parcial do procedimento pela esperança de uma totalização possível. Em vez de se decidir pelo caráter fragmentado do passe, alguns empenham-se em reduzi-lo. Trata-se de uma perspectiva que confunde conclusão com acabamento. Foi isso que nos levou a distinguir inconsistência e incompletude, parcial e global, coerente e total, exaustivo e conclusivo.

Pudemos constatar a enorme variedade do reconhecimento da transferência nos diferentes analisandos, formulando-nos a questão da “análise da transferência” pelo passante. A transferência é transmitida no cartel com grande riqueza fenomenológica, que vai desde sua percepção como puro artifício até a saturação da cena analítica por uma presença pesada. O artificialismo da própria empreitada analítica, assim como o do procedimento, transmite restos muito nítidos do desejo do analista. O analista pode ser perfeitamente esquecido ou mesmo rebaixado, ou, inversamente, permanecer inesquecível. Nessa diversidade de lembranças, julgamos oportuno distinguir marcas e traços da incidência do desejo do analista, especialmente nos casos que evidenciaram a enigmática ausência de qualquer referência ao que pudesse decorrer dessa ordem.

Por fim, foi preciso levar em conta a incidência da sexualização do sujeito no estilo do testemunho. Um homem e uma mulher não terminam sua análise da mesma maneira, esse é um truísmo que se impõe. Mas é preciso distinguir o que decorre da distribuição desigual das duas grandes neuroses, conforme o sexo, do que decorre da transformação da relação com o sexo obtida na própria análise. Distinguir o lugar da fantasia na histeria e na neurose obsessiva permite apreciar sua travessia. Situar quanto à sexualização a diferença do acesso à fantasia e à inconsistência do Outro fez-nos avaliar que o véu do pudor não tem a mesma função nos dois sexos.

Depois deste prólogo, passemos às modalidades do fim, tal como as examinamos.

Fenômenos e estrutura do fim de análise entre os nomeados

Partamos do que foi nosso referencial: a existência do fim estruturado como um clarão, para surpresa do sujeito. Em seu testemunho, um sujeito participou a contingência de um acaso banal que, graças a uma interpretação do analista, esta nada banal, provocou para esse sujeito uma ruptura decisiva do tecido analítico. O próprio lugar de analisando foi radical e instantaneamente questionado, e ele então se viu na incapacidade de conseguir dizer mais o que quer que fosse a seu analista, com o sentimento de uma perda do sentido da transferência e da experiência em seu conjunto. O que impressionou os passadores e o cartel foi constatar que a mesma estrutura se repetiu na própria transmissão, abruptamente interrompida, com o sentimento do objetivo alcançado e com a duplicação da mesma surpresa. Também avaliamos, nesse caso, a parcialidade do que ficamos sabendo do analisando. Muitas coisas nos permaneceram obscuras, tanto da história quanto da sexualidade do sujeito. Teriam sido necessárias mais significações? Não, pois, em contrapartida, tivemos uma definição clara do que constituía um problema no desejo do sujeito na entrada, e da maneira como esse ponto exato fora transformado pela interpretação do psicanalista. A análise apresentou-se como um arco distendido entre o começo e o fim da partida. O analisando, que fizera da vontade de cuidar da mãe o eixo de sua existência, descobrira na análise o mais além dessa vontade e, portanto, a falta no Outro. Nesse lugar, vimos alojar-se o desejo do analista, mas, inversamente, não soubemos em que objeto o analista se transformara para o passante. Houve nisso a preservação de um enigma, onde pelo menos o analista não se deixou identificar.

Apresentaram-se outros casos que relacionamos com a evidência do caso precedente. Houve uma saída num momento em que a inserção na cadeia significativa e o destino da transferência divergiram para um dado sujeito. Ao mesmo tempo, houve um sentimento de esgotamento da transferência e uma embaraçosa acumulação significativa, percebidos pelo cartel como uma continuidade infinitizada. O embaraço persistiu, como obstáculo ao desejo de saber. Ele contrastava com o esvaecimento da emoção que permitira ao analisando tomar a decisão de demandar o passe. Durante o procedimento, os passadores deram um depoimento sobre sua dificuldade diante da abundância do material não condensado e, acima de tudo, sobre seu esforço de não deixar que nada se perdesse. Em suma, o passante conseguiu transmitir seu próprio embaraço. O fim da análise foi ligado à máscara da castração materna de que o analista se

revestiu, diante da qual o passante recuou. O sujeito tentou visar à completude significativa para reduzir esse ponto. O clarão não se produziu. Vemos aí a diferença entre essa visada da completude, tamponadora da falta do Outro, e a de uma limitação, aceita no caso anterior, por causa do encontro com essa falta. No segundo caso, o mais além teria sido a aceitação do *não-todo*.

Outro caso mostrou-nos uma ruptura, uma descontinuidade, ao ser atingido um ponto de retrocesso no tratamento. Antes da análise, o sujeito havia transposto o círculo da fantasia por um *acting out* selvagem. A análise restaurou um ideal menos feroz, compatível com uma vida possível. A inversão da situação primitiva foi atingida no fim da análise: de um lado, um analista mortificado ou até mumificado, e de outro, um sujeito que pôde optar, com uma vontade ainda mais forte na medida em que as condições não eram fáceis, por transmitir a vida.

Outra imagem se apresentou: a descontinuidade, dessa vez atingida por um *acting out* que desempenhou uma função de passe. A fantasia assumira uma consistência tão grande na análise que acabou por abarcar o mundo, deixando o sujeito em extrema tensão em suas relações com o Outro, sempre se chocando com o mesmo. O *acting out* foi provocado por uma intervenção do analista da ordem de um “é permitido”. O sujeito, para quem o analista ocupava então o lugar de um Outro “sem piedade”, tomou-o ao pé da letra e foi embora, estimando haver levado esse Outro implacável a ceder na ininterrupta queda de braço em que consistira sua análise. No passe, ele deu continuidade a esse mesmo estilo: fazer o cerco. De qualquer modo, vislumbrou o fardo que ainda não havia deposto. Pudemos notar a incompletude da exploração na análise e a focalização de seu desejo num estilo de pressão que tinha para ele uma função de prova. O andamento da saída, não tematizado pelo sujeito, esteve de acordo com esse estilo geral de prova do desejo, inclusive em sua nota forçada.

Outras conjunturas de saídas da análise: modalidades de separação

Retomamos a expressão “conjuntura de desencadeamento da saída”, recentemente introduzida por Jacques-Alain Miller (cf. *Lettre Mensuelle*, 118), para descrever o que se apresentou diante de nós nas diversas modalidades de separação. Fossem elas quais fossem, com efeito, uma conjuntura precisa as regia sistematicamente.

Saída pelo benefício terapêutico e recuo diante do ato analítico

A passagem da tristeza da *Penisneid* para o cômico do falo trouxe uma melhora sintomática, mas o sujeito recuou diante da fantasia e do desejo mortífero da mãe. Assim, decidiu não prosseguir e não ser analista. Houve uma renúncia ao gozo, mas um recuo diante da verdade. Essa escolha foi reivindicada pelo sujeito com conhecimento de causa.

Saída e dificuldades de separação devidas à idealização do analista

A saída ordenou-se em torno de dois movimentos transferenciais correlatos. Por um lado, o analisando identificou-se com o analista, idealizado como professor, e por outro, apreendeu-o como um ser terrível, imagem do Outro de suprema maldade. O sujeito deparou com uma lembrança chave de sua identificação com o objeto e de seu encontro com a castração materna. A melhora terapêutica foi radical e precipitou a saída, mas isso não provocou a queda do analista como ideal, situação que não permitiu deixar o analista-objeto.

Saída pela impotência na separação

O sujeito mudou e agora sabe alguma coisa de sua fantasia. Aliviou-se de seu fardo, transferindo-o para o analista. Mas este então se tornou tão pesado que o sujeito se pergunta como se livrar dele.

Saída por interesse pelo rival, ficando o analista fora da jogada

Uma nova análise não revelou mais nada a esse sujeito. O analisando triunfou, em última instância, sobre um analista reduzido desde o início ao lugar do morto. Paralelamente, um objeto aviltado, mas revestido do brilho fálico, foi o parceiro eleito. Foi a identificação com um outro ideal, um *alter ego*, que determinou a saída, à maneira de uma rivalidade depressiva. Observamos a inconsistência tanto do relato da análise quanto da saída, contrastando com a descrição cativante, ao contrário, da verdade da relação com o parceiro “externo” degradado.

Saída e colocação do analista em xeque pelo retorno da questão histórica

Esse sujeito feminino considerou o analista incapaz de responder melhor do que ela à questão do que é uma mulher. A saída consistiu, para ela, em substituir a pergunta “que é uma mulher?” pela pergunta “que é um analista?”. Falamos em retorno por ter havido uma primeira passada, incontestável, que tocou na fantasia. A relação com o Outro, para além da fantasia, marcada pela pergunta “ele pode ou não responder melhor do que eu?”, deixou esse Outro na posição de um olhar morto idealizado.

Saída por erradicação da surpresa

O analisando sabia de antemão o que faria e o que diria o analista. Era um caso de concentração, de redução da fantasia, embora onipresente. O sujeito não foi destituído nem separado de seu gozo, fazendo-se representar no mundo por ele. Renunciou a ir mais longe e disse a que ponto encontrava a mesma coisa por toda parte.

Saída por uma nova identificação

O sujeito adquiriu uma nova desenvoltura ao se livrar do pior a que se havia aliado. Essa desenvoltura foi obtida ao preço de uma certa confusão entre “ser sozinha” e “ser a única”. O sujeito reivindicou sua solidão, mas pudemos notar a vontade de “se fazer ouvir” pelo pai, por seu analista e pela comunidade analítica.

O inconsistente, o incompleto, o indecível e o indemonstrável

Uma das maneiras de distinguir o fim da análise nos sujeitos homens ou mulheres é constatar sua relação diferenciada com a fantasia e com a consistência que ela implica. Convém distinguir prontamente os diferentes modos de consistência no correr do processo, que o leitor poderá encontrar nos casos anteriores.

Primeiro, um modo de narração em que a coerência do relato visa

à exaustividade do percurso significante, numa consistência mítica do todo. Depois, uma consistência ligada à aderência do objeto *a* e à densificação da fantasia.

Essas duas consistências, mesclas de imaginário e simbólico, devem ser contrastadas, de um lado, com o encontro com a inconsistência real do simbólico do *não-todo*, que serve de prova para o sujeito e o desliga do Outro pela surpresa, e, de outro lado, com a não-consistência do analista, quando ele não ocupa o lugar do objeto *a*, assim esvaziado ou rebaixado. Não se deve confundir essa não-consistência com a inconsistência real anteriormente definida.

Nos sujeitos homens, convém notar a seriação do horror no encontro com a castração da mãe. Pudemos apoiar-nos nos graus de horror distinguidos por Freud na “Cabeça da Medusa”, do *Grauen* ao *Schreck*. Nesse texto, *Grauen* é um horror fundamental diante do confronto direto com o feminino, enquanto *Schreck* está do lado do susto, ou seja, do horror atenuado pelo complexo de castração. Entretanto, uma vez distinguidos esses graus de contato com a falta no Outro, convém acrescentarmos o caráter unívoco da relação com a fantasia como condição do gozo. Não há outro caminho. Daí o fato de, no homem, a travessia da fantasia parecer especialmente difícil. Ele se agarra a ela ou a desconhece de maneira notável, proporcionalmente, aliás, à aproximação do fim.

Do lado do sujeito feminino, evidenciou-se uma desenvoltura maior no tocante à consistência da fantasia, mas isso tem conseqüências diversas, que devem ser precisadas. De saída, convém dividir o $S(A)$ com que especialmente as mulheres têm que lidar, diferenciando as categorias da inconsistência, como fizemos acima.

Distinguimos três modalidades do impossível como real: o indemonstrável, o indecidível e o incompleto. Essas categorias abalam o imaginário do todo, sustentado pela visada do Um unificador. O indemonstrável e o indecidível esclarecem a noção do incompleto no registro do saber: há proposições cujo caráter verdadeiro ou falso é igualmente impossível de provar. O inconsistente decorre mais do registro da verdade. Com efeito, é impossível demonstrar a consistência do Outro no Outro em si, isto é, graças ao significante. Há, pois, uma possibilidade de que qualquer construção significante desmorone na contradição, a menos que o objeto *a* seja situado nela como pedra angular externa. Assim, é a “consistência lógica do objeto *a*” que é compatível com a inconsistência do Outro.

Isto posto, constatamos que a relação com a fantasia não isenta as mulheres de uma relação com o Outro que substitui, para elas, a ausência

da relação sexual, e que visa precisamente ao ponto de inconsistência do Outro. Assim, elas não se contentam com a resposta da fantasia enquanto esta tem um pé no Outro. Por outro lado, dentre as passantes, um tipo de caso chamou-nos especialmente a atenção: aquele em que o sujeito pode ter “atravessado” sua fantasia, ou seja, pode transmitir dela alguma coisa de articulável, mas sem que se tenha decidido por um novo desejo de saber, por uma nova relação com a douda ignorância, com o indemonstrável, o inconsistente, o incompleto. Em suma, o sujeito apresenta uma certa dificuldade de ser Outro para si mesmo. Foi nesse ponto que situamos as dificuldades de uma mulher em relação ao Outro gozo e ao supereu propriamente feminino, a supereuidade, que vale para ambos os sexos. Note-se que, diante do apelo supereuico desse Outro gozo, a passagem para a condição de analista reside tão pouco, na mulher, em fazer de si a verdadeira mulher, quanto reside, no homem, em se pretender amigo das mulheres (Tirésias) ou em bancar o morto. Lacan, no “Aturdito”, dá uma indicação completamente diferente, diante desses ditos da voz do supereu. Trata-se de operar com elas, de refutá-las, de “inconsistentizá-las, indemonstrá-las, indecidi-las”. A passagem a analista é distinta entre os dois sexos, mas, tanto num quanto noutro, exclui a identificação com a verdadeira mulher, aquela que enfim estaria livre da fantasia.

BIBLIOGRAFIA GERAL

Lacan

Os fins de análise e o passe nos escritos e seminários de Jacques Lacan

Écrits, Paris, Seuil, 1966

- 1936 “Au-delà du ‘Principe de réalité’” [“Além do ‘Princípio de realidade’”], p. 82-5.
- 1948 “L’Agressivité en psychanalyse” [“A agressividade em psicanálise”], p. 109.
- 1949 “Le stade du miroir comme formateur de la fonction du Je telle qu’elle nous est révélée dans l’expérience psychanalytique” [“O estágio do espelho como formador da função do eu, tal como nos é revelada na experiência psicanalítica”], p. 100.
- 1951 “Intervention sur le transfert” [“Intervenção sobre a transferência”], p. 225.
- 1953 “Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse” [“Função e campo da palavra e da linguagem em psicanálise”], p. 243, 266, 304, 310, 311, 321.
- 1954 “Introduction au commentaire de Jean Hyppolite sur la *Verneinung* de Freud” [“Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a *Verneinung* de Freud”], p. 373, nota 1.
- 1955 “La chose freudienne” [“A coisa freudiana”], p. 416-8, 425, 429.
- 1955 “Variantes de la cure type” [“Variantes da análise padrão”], p. 338, 339-49, 358-60.
- 1956 “Situation de la psychanalyse et formation du psychanalyste en 1956” [“Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956”], p. 465, 476, 487, 488.
- 1957 “La psychanalyse et son enseignement” [“A psicanálise e seu ensino”], p. 438.
- 1957 “L’Instance de la lettre dans l’inconscient ou la raison depuis Freud” [“A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”], p. 524.
- 1957 “D’une question préliminaire à tout traitement possible de la psychose” [“De uma questão preliminar a qualquer tratamento possível da psicose”], p. 582, nota 1.
- 1958 “La direction de la cure et les principes de son pouvoir” [“A

- direção da análise e os princípios de seu poder”], p. 585, 606, 607, 609, 613, 614, 615, 619, 630, 636, 640, 642.
- 1958 “La signification du phallus” [“A significação do falo”], p. 685.
- 1960 “Remarque sur le rapport de Daniel Lagache: ‘Psychanalyse et structure de la personnalité’” [“Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: ‘Psicanálise e estrutura da personalidade’”] p. 680-84.
- 1960 “Subversion du sujet et dialectique du désir dans l’inconscient freudien” [“Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”], p. 801, 816, 824, 826, 827.
- 1960-4 “Position de l’inconscient” [“Posição do inconsciente”], p. 829-850.
- 1964 “Du *Trieb* de Freud et du désir du psychanalyste” [“Do *Trieb* de Freud e do desejo do psicanalista”], p. 854.
- 1965 “La science et la vérité” [“A ciência e a verdade”], p. 864, 865.
- 1966 “Ouverture de ce recueil” [“Abertura desta coletânea”], p. 9, 10.
- 1966 “De nos antécédents” [“Sobre nossos antecedentes”], p. 71, 72.
- 1966 “Du sujet enfin en question” [“Do sujeito finalmente em questão”], p. 229-36.

Le séminaire, texto estabelecido por Jacques-Alain Miller e publicado na coleção “Champ freudien” da editora Seuil, Paris [*O seminário*, col. Campo Freudiano no Brasil, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.].

- 1953-4 *Le séminaire I, Les écrits techniques de Freud*, 1975, p. 9, 159, 198, 206, 217, 257, 258, 287, 314 [Livro 1, *Os escritos técnicos de Freud*, versão bras. Betty Milan, 1979].
- 1954-5 *Le séminaire II, Le moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse*, 1978, p. 250, 282-4, 287, 288, 296, 374 [Livro 2, *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, versão bras. M. Christine L. Penot e Antonio Quinet, 1985].
- 1955-6 *Le séminaire III, Les psychoses*, 1981, p. 181, 182 [Livro 3, *As psicoses*, versão bras. Aluisio Menezes, 2ª ed. rev., 1988].
- 1956-7 *Le séminaire IV, La relation d’objet*, 1994, p. 18, 30, 408, 416 [Livro 4, *A relação de objeto*, versão bras. Dulce Duque Estrada, 1995.]
- 1959-60 *Le séminaire VII, L’Éthique de la psychanalyse*, 1986, p. 338, 346, 347, 350, 351 [Livro 7, *A ética da psicanálise*, versão bras. Antonio Quinet, 1988].

- 1960-1 *Le séminaire VIII, Le transfert*, 1991, p. 52, 127, 128, 216-20 [Livro 7, *A transferência*, versão bras. Dulce Duque Estrada, 1992].
- 1964 *Le séminaire XI, Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*, 1973, p. 14, 132, 133, 134, 172, 209, 240, 241, 243-6 [Livro 11, *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, versão bras. M. D. Magno, 1979].
- 1969-70 *Le séminaire XVII, L'Envers de la psychanalyse*, 1991, p. 59 [Livro 17, *O avesso da psicanálise*, versão bras. Ari Roitman, 1992].
- 1972-3 *Le séminaire XX, Encore*, 1975, p. 104 [Livro 20, *Mais, ainda*, versão bras. M. D. Magno, 2ª ed. rev., 1989].

Le séminaire, texto estabelecido por Jacques-Alain Miller e publicado na revista do Campo Freudiano, *Ornicar?*, Paris, Navarin.

- 1973 “Sur l’expérience de la passe. A propos de la passe et de sa transmission”, nº 12/13, p. 117-23.
- 1976-7 *Le séminaire XXIV, “L’insu que sait de l’une-bévue s’aile à mourre”*, nº 12/13, p. 6, 7, 15, 16.
- 1979-80 *Le séminaire XXVII, “Dissolution”*, nº 20/21, p. 11, 13, 19.

Seminários inéditos

- 1957-8 *Le séminaire V, “Les formations de l’inconscient”*, aulas de 16 de abril, 11 de junho e 15 de junho.
- 1958-9 *Le séminaire VI, “Le désir et son interprétation”*, aulas de 19 de novembro, 17 de dezembro, 20 de maio, 27 de maio e 10 de junho.
- 1961-2 *Le séminaire IX, “L’Identification”*, aulas de 17 de janeiro, 21 de março, 28 de março e 4 de abril.
- 1962-3 *Le séminaire X, “L’Angoisse”*, aulas de 5 de dezembro, 12 de dezembro, 9 de janeiro, 23 de janeiro, 30 de janeiro, 13 de março, 15 de maio, 29 de maio, 12 de junho, 19 de junho e 3 de julho.
- 1964-5 *Le séminaire XII, “Problèmes cruciaux pour la psychanalyse”*, aulas de 6 de janeiro, 3 de fevereiro, 10 de março, 17 de março e 16 de junho.

- 1967-8 Le séminaire XV, "L'Acte psychanalytique", aulas de 6 de dezembro, 10 de janeiro, 17 de janeiro e 24 de janeiro.
- 1968-9 Le séminaire XVI, "D'un Autre à l'autre", aulas de 5 de fevereiro, 5 de março, 23 de abril, 14 de maio e 4 de junho.
- 1971-2 Le séminaire XIX, "... ou pire", aulas de 9 de fevereiro e 21 de junho.
- 1973-4 Le séminaire XXI, "Les non-dupes errent", aulas de 13 de novembro, 11 de dezembro e 9 de abril.
- 1974-5 Le séminaire XXII, "RSI", aula de 19 de novembro.
- 1976-7 Le séminaire XXIV, "L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre", aula de 15 de fevereiro.
- 1977-8 Le séminaire XXV, "Le moment de conclure", aula de 10 de janeiro.

Outros textos

- 1964 "Acte de fondation, et autres textes", parcialmente extraído do *Annuaire* da Escola da Causa Freudiana, Paris, 1982, p. 8, 10.
- 1967 "De Rome 53 à Rome 67: La psychanalyse. Raison d'un échec", in *Scilicet*, 1968, 1, Paris, Seuil, p. 47.
- 1967 "Discours à l'EFP", in *Scilicet*, 1970, 2/3, Paris, Seuil, p. 9-29.
- 1967 "La méprise du sujet supposé savoir", in *Scilicet*, 1968, 1, Paris, Seuil, p. 40.
- 1967 "Proposition du 9 octobre 1967 sur le psychanalyste de l'École", in *Scilicet*, 1968, 1, Paris, Seuil, p. 14-30.
- 1967 "Proposition du 9 octobre 1967 sur le psychanalyste de l'École" (1ª versão), in *Analytica*, 1978, 8, Paris, Navarin, p. 5-26.
- 1967 "Une procédure pour la passe", in *Ornicar?*, 1986, 37, Paris, Navarin, p. 7-12.
- 1967 "Discours de clôture des Journées sur les psychoses de l'enfant", in *Recherches*, nº especial sobre a infância alienada, 1968, III, Paris, p. 147, e *Quarto*, 1984, 15, p. 29.
- 1967 "Petit discours aux psychiatres", inédito.
- 1967 "De la psychanalyse dans ses rapports avec la réalité", in *Scilicet*, 1968, 1, Paris, Seuil, p. 58, 59.
- 1968 "Introduction de *Scilicet* au titre de la revue de l'École freudienne de Paris", in *Scilicet*, 1968, 1, Paris, Seuil, p. 8.
- 1969 "Adresse du jury d'accueil à l'assemblée avant son vote", in *Scilicet*, 1970, 2/3, Paris, Seuil, p. 49-51.

- 1969 "Comptes rendus d'enseignements": "L'acte psychanalytique" (1967-1968), in *Ornicar?*, 1984, 29, Paris, Navarin, p. 18.
- 1969 "Préface", Anika Rifflet-Lemaire, in *Jacques Lacan*, Bruxelles, Charles Dessart, 1970, p. 16.
- 1970 "Congrès de l'EFP du 17-19 avril 1970", in *Lettres de l'École freudienne de Paris*, 8 de janeiro de 1971, p. 208-10.
- 1970 "Allocution prononcée pour la clôture du congrès de l'École freudienne de Paris le 19 avril 1970, par son directeur", in *Scilicet*, 1970, 2/3, Paris, Seuil, p. 398.
- 1970 "Radiophonie", in *Scilicet*, 1970, 2/3, Paris, Seuil, p. 90.
- 1971-2 "Le savoir du psychanalyste", Aulas do Sainte-Anne, aulas de 6 de janeiro e 1º de junho, inédito.
- 1972 "L'Étourdit", in *Scilicet*, 1973, 4, Paris, Seuil, p. 44.
- 1973 "Congrès de l'EFP du 1-4 novembre 1973", in *Lettres de l'École freudienne de Paris*, 15, junho de 1975, p. 69, 70, 185-93, 237.
- 1973 "Sur l'expérience de la passe", in *Ornicar?*, 1977, 12/13, p. 117-23.
- 1973 "Introduction à l'édition allemande d'un premier volume des *Écrits*" (1973), in *Scilicet*, 1975, 5, Paris, Seuil, p. 11.
- 1973 *Télévision*, Paris, Seuil, 1973, p. 10, 11, 50 [Televisão, trad. Antonio Quinet, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993].
- 1974 *Alla "Scuola freudiana"*, in *Lacan Italia* (1953-1978), Milão, La Salamandra, 1978, p. 122, 123.
- 1974 "Note aux Italiens", in *Ornicar?*, 1982, 25, Paris, Navarin, 1, p. 7-10. ["Nota italiana", trad. Angelina Harari, Opção Lacaniana, 12, São Paulo, Eolia, 1994.]
- 1974 (Data aproximada) "Note sur le choix des passeurs", in *La Lettre Mensuelle de l'ECF*, 1981, 1, p. 8.
- 1975 "Conférence à Genève sur le symptôme" (1975), in *Bloc-Notes de la psychanalyse*, 1985, 5, Genebra, p. 8, 9.
- 1975 "Conférences et entretiens", in *Scilicet*, 1976, 6/7, Paris, Seuil, p. 15, 53, 54.
- 1976 "Préface à l'édition anglaise du *Séminaire XI*", in *Ornicar?*, 1977, 12/13, p. 126.
- 1978 "Congrès de l'EFP (sur la passe) du 7-8 janvier 1978", in *Lettres de L'École Freudienne de Paris*, 23, p. 180, 181.

Freud

- Freud, S. e Breuer, J., *Études sur l'hystérie* (1895), trad. franc. A. Berman, Paris, PUF, 1956 [*Estudos sobre a histeria*, trad. rev. Vera Ribeiro, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (E.S.B.), vol. II, 2ª ed. rev., Rio de Janeiro, Imago].
- Freud, S., "Le début du traitement" (1913), in *De la technique psychanalytique*, trad. franc. A. Berman, Paris, PUF, 1953, p. 84-104 [*Sobre o início do tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise, I)*, E.S.B. XII, Rio de Janeiro, Imago].
- , "L'Analyse avec fin et l'analyse sans fin" (1937), trad. franc. J. Altounian, A. Bourguignon, P. Cotet e A. Rauzy, in *Résultats, idées, problèmes* (1921-1938), vol. II, Paris, PUF, 1985, p. 231-268. *Die endliche und die unendliche Analyse*, G.W. XVI, p. 59-99 [*Análise terminável e interminável*, E.S.B. XXIII, Rio de Janeiro, Imago].
- , "Au-delà du principe de plaisir" (1920), in *Essais de psychanalyse*, nova trad., Petite Bibliothèque Payot, p. 41-115 [*Além do princípio de prazer*, E.S.B. XVIII, Rio de Janeiro, Imago].
- , "XXXIV^e Conférence: Éclaircissements, applications, orientations" (1933), in *Nouvelles conférences d'introduction à la psychanalyse*, trad. franc. de R.-M. Zeitlin, Paris, Gallimard, 1984, p. 182-210 [*Novas conferências introdutórias sobre psicanálise, conferência XXXIV*, E.S.B. XXII, Rio de Janeiro, Imago].
- , "Constructions dans l'analyse" (1937), trad. franc. E. R. Hawelra, U. Huber e J. Laplanche, in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 269-81 [*Construções em análise*, E.S.B. XXIII, Rio de Janeiro, Imago].
- , *Délire et rêves dans la Gradiva de Jensen* (1906), trad. franc. M. Bonaparte, Paris, Gallimard, 1949 [*Delírios e sonhos na Gradiva, de Jensen*, E.S.B. IX, Rio de Janeiro, Imago].
- , "Dostoïevski et le parricide" (1928), trad. franc. J.-B. Pontalis, em colaboração com C. Heim e L. Weibel, in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 161-79 [*Dostoiévski e o parricídio*, E.S.B. XXI, Rio de Janeiro, Imago].
- , *Inhibition, symptôme et angoisse* (1926), trad. franc. M. Tort, Paris, PUF, 1965 [*Inibições, sintomas e ansiedade*, E.S.B. XX, Rio de Janeiro, Imago].
- , *Introduction à la psychanalyse* (1915-1917), trad. franc. Dr. S. Jankélévitch, Paris, Payot, 1973 [*Conferências introdutórias sobre psicanálise*, E.S.B. XV e XVI, Rio de Janeiro, Imago].

- , *L'Homme aux rats. Journal d'une analyse* (1909), texto reproduzido e estabelecido, introduzido, traduzido, anotado e comentado em francês por E. Ribeiro Hawelra, Paris, PUF, 1974 [*Notas sobre um caso de neurose obsessiva*, E.S.B. X, Rio de Janeiro, Imago].
- , “L’organisation génitale infantile” (1923), trad. franc. J. Laplanche, in *La vie sexuelle*, Paris, PUF, 1969, p. 113-16 [*A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade*, E.S.B. XIX, Rio de Janeiro, Imago].
- , “La négation” (1925), trad. franc. J. Laplanche, in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 135-9 [*A negativa*, E.S.B. XIX, Rio de Janeiro, Imago].
- , “La disparition du complexe d’Œdipe” (1924), trad. franc. D. Berger, in *La vie sexuelle*, op. cit. [*A dissolução do complexo de Édipo*, E.S.B. XIX, Rio de Janeiro, Imago].
- , “La disposition à la névrose obsessionnelle. Une contribution au problème du choix de la névrose” (1913), trad. franc. D. Berger, P. Bruno, D. Guérineau e F. Oppenot, in *Névrose, psychose et perversion*, Paris, PUF, 1973, p. 189-97 [*A disposição à neurose obsessiva*, E.S.B. XII, Rio de Janeiro, Imago].
- , “La féminité”, in *Nouvelles conférences sur la psychanalyse* (1932), Paris, Gallimard, 1971, p. 147-8 [“Feminilidade”, in *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*, op. cit.].
- , *La psychopathologie de la vie quotidienne* (1901), trad. franc. Dr. S. Jankélévitch, Paris, Payot, 1963 [*Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*, trad. rev. Vera Ribeiro, E.S.B. VI, Rio de Janeiro, Imago].
- , “Le moi et le ça” (1923), in *Essais de psychanalyse*, op. cit., p. 219-75 [*O ego e o id*, E.S.B. XIX, Rio de Janeiro, Imago].
- , “La tête de Méduse” (1922), trad. franc. J. Laplanche, in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 49-50 [*A cabeça da Medusa*, E.S.B. XVIII, Rio de Janeiro, Imago].
- , “Le clivage du moi dans le processus de défense” (1938), trad. franc. J. Altounian, A. Bourguignon, P. Cotet e A. Rauzy, in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 283-6 [*Divisão do ego no processo de defesa*, E.S.B. XXIII, Rio de Janeiro, Imago].
- , “Le fétichisme” (1927), trad. franc. D. Berger, in *La vie sexuelle*, op. cit., p. 133-8 [*Fetichismo*, E.S.B. XXI, Rio de Janeiro, Imago].
- , “Le problème économique du masochisme” (1924), trad. franc. J. Laplanche, in *Névrose, psychose et perversion*, Paris, PUF, 1973, p. 287-97 [*O problema econômico do masoquismo*, E.S.B. XIX, Rio de Janeiro, Imago].

- , “Les voies nouvelles de la thérapeutique psychanalytique” (1918), in *De la technique psychanalytique*, op. cit., p. 131-41 [*Linhas de progresso na terapia psicanalítica*, E.S.B. XVII, Rio de Janeiro, Imago].
- , “Lettres à Wilhelm Fliess, notes et plans” (1887-1902), in *La naissance de la psychanalyse* (1901), trad. franc. A. Berman, Paris, PUF, 1956 [*Excertos dos documentos dirigidos a Fliess*, E.S.B. I, Rio de Janeiro, Imago; ver também Masson, J. M. (org.), *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess, 1887-1904*, Rio de Janeiro, Imago].
- , *Malaise dans la civilisation* (1929), trad. franc. C. e J. Odier, Paris, PUF, 1971 [*O mal-estar na civilização*, E.S.B. XXI, Rio de Janeiro, Imago].
- , *Métapsychologie* (1915), trad. franc. J. Laplanche e J.-B. Pontalis, Paris, Gallimard, 1968 [*Artigos sobre metapsicologia*, E.S.B. XIV, Rio de Janeiro, Imago].
- , *Moïse et le monothéisme* (1937), trad. franc. A. Berman, Paris, Gallimard, 1948 [*Moisés e o monoteísmo*, E.S.B. XXIII, Rio de Janeiro, Imago].
- , “Perspectives d’avenir de la thérapeutique psychanalytique” (1910), in *De la technique psychanalytique*, op. cit., p. 23-34 [*As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica*, E.S.B. XI, Rio de Janeiro, Imago].
- , “Pour introduire le narcissisme” (1916), trad. franc. J. Laplanche, in *La vie sexuelle*, op. cit., p. 81-105 [*Sobre o narcisismo: uma introdução*, E.S.B. XIV, Rio de Janeiro, Imago].
- , “Quelques types de caractères” (1916), trad. franc. E. Marty e M. Bonaparte, in *Essais de psychanalyse appliquée*, Paris, Gallimard, 1933, p. 105-36 [*Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico*, E.S.B. XIV, Rio de Janeiro, Imago].
- , “Sur la sexualité féminine” (1931), trad. franc. D. Berger, in *La vie sexuelle*, op. cit., p. 139-55 [*Sexualidade feminina*, E.S.B. XXI, Rio de Janeiro, Imago].
- , “Traitement psychique. Traitement d’âme” (1890), trad. franc. N. Borch-Jacobson, P. Koepfel e F. Scherrer, in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 1-23 [*Tratamento psíquico (ou anímico)*, trad. rev. Vera Ribeiro, E.S.B. VII, Rio de Janeiro, Imago, 1989].
- , *Trois essais sur la théorie de la sexualité* (1905), trad. franc. B. Reverchon-Jouve, Paris, Gallimard, 1962 [*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, E.S.B. VII, Rio de Janeiro, Imago, 1989].

- , *Un souvenir d'enfance de Léonard de Vinci* (1910), trad. franc. J. Altounian, A. e O. Bourguignon, P. Cotet e A. Rauzy, Paris, Gallimard, 1987 [*Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância*, E.S.B. XI, Rio de Janeiro, Imago].
- , “Un trouble de mémoire sur l'Acropole (Lettre à Romain Rolland)” (1936), trad. franc. M. Robert, in *Résultats, idées, problèmes*, op. cit., p. 221-30 [*Um distúrbio de memória na Acrópole*, E.S.B. XXII, Rio de Janeiro, Imago].
- , “Lettre circulaire” (1924), Jones, E., in *La vie et l'œuvre de Sigmund Freud* (1919-1939), vol. III, Paris, PUF, 1969, p. 66-70 [Jones, E., *A vida e a obra de Sigmund Freud*, 3 vols., Rio de Janeiro, Imago, 1989].
- Paskauskas, R. A. (org.), *The Complete Correspondence of Sigmund Freud and Ernest Jones* (1908-1939), Cambridge-Londres, The Belknap Press-Harvard University Press, 1993.

Outros textos

- Abraham, K., “Débuts et développement de l'amour objectal”, *Œuvres complètes* (1913-1925), Paris, Payot, 1966, vol. II, p. 307.
- , “Développement de la libido. Formation du caractère”, *Œuvres complètes* (1913-1925), Paris, Payot, vol. II, p. 83.
- Andreas-Salomé, L., *Correspondance avec Sigmund Freud suivie du Journal d'une année* (1912-1913), trad. franc. L. Jumel, prefácio e notas de Ernst Pfeiffer, Paris, Gallimard, 1970 [*Freud/Lou Andreas-Salomé, Correspondência completa*, trad. Dora Flacksman, Rio de Janeiro, Imago, 1975].
- Association de la Fondation du Champ freudien, “Transfert et École”, in *Les Stratégies du transfert en psychanalyse*, Paris, Navarin, 1992, p. 461-5.
- Balint, M., “La fin d'analyse” (1949), in *Amour primaire et Technique psychanalytique*, Paris, Payot, 1972, p. 254, 257.
- , *Le défaut fondamental*, Paris, Payot, 1971, p. 240.
- Bertin, C., *La dernière Bonaparte*, Paris, Librairie académique Perrin, Presses Pocket, 1982, p. 314-28.
- Bion, W. R., *Attention and Interpretation*, Londres, Tavistock Publications, 1970; trad. franc. Paris, Payot, 1974 [*Atenção e interpretação*, trad. Carlos Heleodoro P. Affonso, Rio de Janeiro, Imago, 1973].
- , *Éléments de psychanalyse*, Paris, PUF, 1979.

- Brome, V., *Ernest Jones: a Biography*, Nova York, Norton, 1983, p. 116.
- Brunswick, R. Mack, "The Preœdipal Phase of the Libido Development", *Psychoanalytic Quarterly*, 1940, 9; trad. franc. "La phase pré-œdipienne du développement de la libido", *Revue française de psychanalyse*, 1967, vol. XXI, 2.
- Carotenuto, A., *A Secret Symmetry: Sabina Spielrein between Jung and Freud*, Nova York, Pantheon, 1980; trad. franc. *Sabina Spielrein entre Freud et Jung*, Paris, Aubier, 1981.
- Chauvelot, D. e Laurent, É., "La passe d'avant la passe", in *Ornicar?*, 1977, 12/13, Paris, Lyse.
- Deutsch, H., "Der feminine Masochismus und seine Beziehung zur Frigidität", in *International Zeitschrift*, 16, p. 17-184.
- , "La névrose hystérique de destinée", in *La psychanalyse des névroses*, Paris, Payot, 1970.
- , *La psychologie des femmes*, Paris, PUF, 1949.
- Fairbairn, R., *Psychoanalytic Studies of the Personality*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1952 [*Estudos psicanalíticos da personalidade*, Rio de Janeiro, Interamericana, 1980].
- Fajersztajn, R., "La femme pas sans École", comunicação inédita, apresentada nas jornadas da ECF: "L'Autre sexe dans l'expérience psychanalytique", Paris, 3 e 4 de outubro de 1992.
- Fenichel, O., "Les troubles du caractère", in *La théorie psychanalytique des névroses*, trad. franc. M. Schlumberger, C. Pidoux, M. Cohen e M. Fain, vol. II, Paris, PUF, 1953, p. 557-646 ["Transtornos caracterológicos", in *Teoria psicanalítica das neuroses*, Rio de Janeiro, Atheneu, 1981].
- Ferenczi, S., *Correspondance (1908-1914)*, trad. franc. do grupo de tradução do Coq-Héron, vol. I, Paris, Calmann-Lévy, 1992.
- , "Difficultés techniques d'une analyse d'hystérie", *Œuvres complètes* (1923-1926), vol. III, Paris, Payot, p. 17-23.
- , "Élasticité de la technique psychanalytique", *Œuvres complètes* (1927-1933), trad. franc. J. Dupont e M. Vilirer, vol. IV, Paris, Payot, 1968-1981.
- , "La fin de l'analyse" (1927), *Œuvres complètes* (1927-1933), vol. IV, Paris, Payot, 1968-1981.
- , "Perspectives de la psychanalyse" (1924), *Œuvres complètes*, vol. III, Paris, Payot, p. 324-57.
- , "Le problème de la fin de l'analyse", *Œuvres complètes* (1927-1933), trad. franc. pela equipe do Coq-Héron, vol. IV, Paris, Payot, 1982, p. 43, 50, 51, 52.

- Freud, A., "Schlagenphantasie und Tagtraum", in *Die Schriften der Anna Freud* (1922), vol. I, Fischer Taschenbusch Verlag.
- Gardiner, M., entrevista em *L'Âne*, 2, verão de 1981, p. 27.
- Grosskurth, P., *Melanie Klein, her World and her Work*, Nova York, Knopf, 1986; trad. franc. Cédric Anthony, *Mélanie Klein, son monde et son œuvre*, Paris, PUF, 1990, p. 539-48.
- Guibal, M. e J. Nobécourt, *Sabina Spielrein. Entre Freud et Jung*, dossiê descoberto por Aldo Carotenuto e Carlo Trombette, org. franc. de M. Guibal e J. Nobécourt, trad. M. Armand, M. B. de Launay e P. Ruschn, Paris, Aubier-Montaigne, 1981.
- Guntrip, H., "Mon expérience de l'analyse avec Fairbairn et Winnicott. Dans quelle mesure une analyse peut-elle être dite achevée?", in *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 1977, 15, p. 5-27.
- Hamon, M.-C., *Pourquoi les femmes aiment-elles les hommes? et non pas plutôt leur mère*, Paris, Seuil, 1992.
- Heimann, P., M. Little, L. Tower e A. Reich, *Le contre-transfert*, trad. franc. N. Katan-Beuafils e C. Garrigues, Paris, Navarin, 1987.
- Horney, K., "La féminité inhibée", in *La psychologie de la femme*, prefácio de H. Kelman, trad. franc. G. Rintzler, Paris, Payot, 1967, p. 66-80.
- , "Le besoin névrotique d'amour", in *La psychologie de la femme*, Paris, Payot, 1967, p. 257.
- Kahanoff, I., J. Aramburu e A. Cosentino, "La dirección de la cura, reflexiones sobre el fantasma", in *La práctica analítica, o ¿Como se analiza hoy?*, Buenos Aires, Fundación del Campo freudiano, 1984, p. 225.
- Klein, M., *Envie et Gratitude et autres essais*, trad. franc. V. Smirnoff, com a colaboração de S. Aghion e M. Derrida, Paris, Gallimard, 1968 [*Inveja e gratidão — Um estudo das fontes inconscientes*, trad. J. O. Aguiar Abreu, Rio de Janeiro, Imago, 1974].
- , "On the criteria for the termination of a psychoanalysis", in *International Journal of Psychoanalysis*, 1950, 31, p. 78; trad. franc. "Sur les critères de fin d'analyse", in *Psychanalyse à l'Université*, dezembro de 1982, p. 5-10.
- , *Psychanalyse d'un enfant*, trad. franc. M. Davidovici, Paris, Tchou, 1973, p. 245 [*Narrativa da análise de uma criança*, trad. J. C. Campanha e V. Nobre, Rio de Janeiro, Imago, 1976].
- Kohut, H., *Analyse et guérison*, trad. franc. C. Monod, Paris, PUF, 1991, p. 117, 118, 127, 141.
- Laurent, É., *Concepciones de la cura en psicoanálisis*, Buenos Aires, Manantial, 1984, p. 46.

- , “Syracuse, Worcester et autres lieux”, in *Ornicar?*, 1977, 12/13, p. 138-41.
- Lieberman, E. J., *La volonté en acte. La vie et l'œuvre d'Otto Rank*, trad. franc. A. Weill, Paris, PUF, 1991.
- Meisel, P. e Kendrick, W. (orgs.), *Bloomsbury/Freud: James et Alix Strachey, correspondance (1924-1929)*, Paris, PUF, 1985.
- Menaker, E., *Cita in Viena*, Barcelona, Gedisa, 1990.
- Miller, J.-A., “Algorithmes de la psychanalyse”, in *Ornicar?*, 1978, 16, p. 1524.
- , “Entre semblant et réel”, in *Fin d'analyse* (seminário de língua hispânica), ECFC, 1992, p. 46.
- , “De la nature des semblants” (1991-1992), curso inédito.
- , *Préface de Joyce avec Lacan*, Paris, Navarin, p. 12.
- , “Sur le déclenchement de la sortie d'analyse (conjonctures freudiennes)”, in *La Lettre Mensuelle de l'ECF*, 1993, 118, p. 26-30, e 1993, 119, p. 31.
- , “Sur le déclenchement de la sortie d'analyse” (conjonctures freudiennes), in *La Lettre Mensuelle de l'ECF*, 119, maio de 1993.
- , “Vers un signifiant nouveau”, in *Revue de l'École de la Cause Freudienne*, 1992, 20, p. 47-54.
- , “Sobre el desencadenamiento de la salida de análisis”, in *Uno por uno, Revista mundial de psicoanálisis*, junho-julho de 1993, 35.
- Money-Kyrle, R., “Psychoanalysis and ethics”, in *The Collected Papers of Roger Money-Kyrle*, org. D. Meltzer, Strath Tay, Clunie Press, 1978.
- Morel, G., “Conditions féminines de jouissance”, in *La Cause Freudienne*, 1993, 24, Publication de l'École de la Cause Freudienne-ACF, p. 96-106.
- Prouginin, A. A. e B. I. Prouginin, “Pourquoi la psychanalyse soviétique a-t-elle disparu?”, comunicação inédita, apresentada na conferência franco-russa “Psicanálise e ciências sociais”, Moscou, 30 de março-3 de abril de 1992.
- Rank, O., *Le traumatisme de la naissance*, trad. franc. Dr. S. Jankélévitch, Paris, Payot, 1976.
- Reich, W., *L'Analyse caractérielle*, trad. franc. P. Kamnitzer, Paris, Payot, 1971.
- Reik, T., *Le besoin d'avouer*, trad. franc. S. Laroche e M. Giacome, Paris, Payot, 1973.
- Rickman, J., “On the Criteria for the Termination of an Analysis”, in *International Journal of Psychoanalysis*, 1950, 31, p. 200.

- Riviere, J., *The Inner World and Joan Riviere, Collected Papers (1920-1958)*, org. e com um capítulo biográfico de A. Hughes, prefácio de H. Segal, Londres-Nova York, Karnac Books, 1991.
- Roazen, P., *Hélène Deutsch et une vie de psychanalyste*, trad. franc. P.-E. Dauzal, Paris, PUF, 1992, p. 228.
- Schmideberg, M., "A Contribution to the History of the Psycho-Analytical Movement in Britain", *British Journal of Psychiatry*, 1971, 118, p. 61-8; trad. franc. "Contribution à l'histoire du mouvement psychanalytique en Angleterre", *Confrontations*, 1980, 3, p. 11-22 ["Contribuições à história do movimento psicanalítico na Inglaterra", trad. Vera Ribeiro, in *Gradiva*, Rio de Janeiro, 1983].
- Soler, C., "Transfert et interprétation", inédito.
- , "Position masochiste, position féminine", in *La Cause Freudienne, Publication de l'École de la Cause Freudienne-ACF*, 1993, 24, p. 84-91.
- , "Quelle fin pour l'analyse?", in *Quarto*, 35, Bruxelas, p. 44.
- Stevens, A., "Symptôme et fin d'analyse", in *Quarto*, 37/38, Bruxelas, p. 107.
- Strachey, J., "La nature de l'action thérapeutique de la psychanalyse", in *Revue française de psychanalyse*, 1970, 34, p. 255-84.
- Sutherland, J., *Fairbairn's Journey into the Interior*, Londres, Free Association Books, 1989.
- Winnicott, D. W., "James Strachey: Obituary", in *International Journal of Psychoanalysis*, 1969, 50.
- , *Jeu et réalité*, Paris, Gallimard, 1975, 122, p. 188 [*O brincar e a realidade*, Rio de Janeiro, Imago].
- , "La défense maniaque" (1935), in *De la pédiatrie à la psychanalyse*, Paris, Payot, 1969, p. 32 [*Da pediatria à psicanálise*, Rio de Janeiro, Imago, ##].
- , *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 1977, 15, Paris.
- Young-Bruehl, E., *Anna Freud*, trad. franc. J.-P. Ricard, Paris, Payot, 1991.
- , *Anna Freud*, Londres, MacMillan, 1988.

**PARTICIPANTES DA REDAÇÃO E DA
ORGANIZAÇÃO DESTE VOLUME:
ESCOLAS E RELATORES**

O livro *Como terminam as análises* foi composto a partir de textos redigidos para os relatórios coordenados das Escolas da Associação Mundial de Psicanálise.

Coordenação dos relatórios das Escolas: E. Laurent e S. Cottet (EEP), J.-C. Indart (EOL), J. Delmont e R. Portillo (ECFC), J.-D. Matet (ECF) e A. Godino-Cabas (Comissão do Brasil).

A coordenação e a redação dos textos foram asseguradas por: R. Fajersztajn, A. Stevens e A. Zenoni ("Fins de análise na histeria" — ECF); Serge Cottet ("Os anos vinte" — EEP); J.-A. Miller, A. Dunand e Mario Binasco ("A análise e seu resto"; um comentário sobre "Análise terminável e interminável" — EEP); J. Delmont e R. Portillo ("Saídas possíveis" — ECFC); J.-C. Indart, M. Torres, S. Cagliolo, F. Nemirovsky, R. Nepomiachi, H. Avellaneda e A. Lande ("Re-análise" — EOL); J. Attié, P. Bruno e J.-R. Rabanel ("O imaginário do término da análise durante o tratamento" — ECF); J. Adam, A. Menard, J. D. Moussey, A. Szulzynger, A. Wenger e A. Zaloszyc ("A transformação do sintoma na análise" — ECF); V. Palomera ("Os analistas da Escola inglesa e os desfechos de suas análises" — EEP); A. Godino-Cabas ("Começos difíceis" — Brasil); F. Kaltenbeck, P. La Sagna e A. Merlet ("A sexualidade e a saída da análise" — ECF); S. Bialek (AE), M.-H. Brousse (AE), R. Coridian (AE), C. Harmand (AE), P. La Sagna (AE), E. Solano-Suarez (AE) e M. Strauss (AE) ("Entrada e saída do dispositivo do passe" — ECF); C. Soler (cartel A do passe, 1990-2: S. Cottet, mais-um, P.-G. Guéguen, C. Soler e H. Wachsberger, "Lições clínicas do passe: I" — ECF); E. Laurent e G. Morel (cartel B do passe, 1990-2: J.-A. Miller, mais-um, E. Laurent, L. Mahjoub-Trobas, A. Merlet e G. Morel, "Lições clínicas do passe: II" — ECF).

Participantes da preparação dos relatórios apresentados neste volume: A. Aflalo, B. Alegría, A. Alemani, D. Aparicio, R. Apartín, J. Aramburu, A. Barbui, A. Barracco, D. Barrionuevo, G. Batista, Y. Baton, E. Berenguer, R. Bertholet, S. Besson, F. Biagi, M. Binasco, M.-H. Blancard-Briole, F. N. Bolzani, V. Bordenave, M. Bosch, P. E. Bossola, A. Calderon, R.-M. Calvet, M. Cannalire, P. Casalins, H. Casté, L. Cazenave, D. Cena, R. Cevasco, M. Chang, N. Charraud, S. Colabianchi, L. Colombo, R. Contri, D. Cosenza, L. D'Angelo, A. Davanzo, B. De Halleux, M. A. De Miguel, M.-F. De Munck, Y. Depelsenaire, G. De Villers, G. Di Giovanni, A. Dunand, J. Eiras, S. Elkin, J.-C. Encalado,

X. Esqué, N. Estrella, M. Focchi, H. Freda, A. Fryd, J. García, S. García, N. Georges, F. Giraldi, A. Gómez, L. Gómez, C. Gonzalez, J. Gonzales, J.-J. Gorog, P.-G. Gueguen, C. Guerberooff, E. Guilaña, M.-C. Hamon, S. Huler, C. Iddan, R. Ileyassof, M. Izcovich, F. Kaltenbeck, H. Kaplun, L. Katz, F. Kruger, M. Laboureur, F. La Cruz, F. Lafuente, N. Lafuente, E. León, C. Lichtensztain, O. R. Lopez, M. Luchi, A. Lysy-Stevens, M. T. Maiocchi, P. Malengreau, A. Manzo, V. Mariage, M. Marin, A. Martínez, R. Masip, M. Mauas, L. Moleilo, J. Monseny, H. Monteverde, A. Mugica, P. Naveau, I. Otalora, J. M. Panès, E. Paskvan, E. Piechotka, L. Piechotka, F. Pelion, Peirone, G. Pons, M. Puig, B. Radino, M. Recalcati, H. Rotmistrofsky, M. Roveri, A. Rubinstein, F. Rueda, J. Salinas, C. Savid, O. Sawicke, A. Scheinkestel, R. Scognamiglio, M. E. Scull, L. Solano, J. Sosa, Z. Sylwan, H. Tarditti, W. Tendlarz, V. Thedy, G. Tomassone, G. Trobas, M. Valcarcel, R. Vera Barros, I. Viar, A. Vicens, C. Vidal, C. Vigano, A. Villa, D. Wolodarsky, N. Yelati, L. Zendri, U. Zuccardi.

A tradução e as correções foram feitas por: M.-V. Bittencourt, M.-H. Blancard-Briole, E. Borquez, M.-A. Brinco de Freitas, A. Ceschin, S. Elkin-Tallineau, J.-J. Gorog, F. Grasser, Y. Grasser, A. Izcovich, L. Izcovich, N. Katan-Beaufils, J.-P. Klotz, C. Lazarus-Matet, N. Marchaisson, L. Soler, L. Thibaudeau, A. Velasco, M. Veras, M. Vieira, M. Wintrebert, D. Wintrebert, S. Yabkowski-McCloskey, D. Yemal.

Coordenação e preparação do volume: J.-D. Matet e H. Wachsberger, en relation avec J. Miller, presidente do VIII Encontro Internacional do Campo Freudiano.

Campo Freudiano no Brasil

Coleção dirigida por Jacques-Alain e Judith Miller

Jacques Lacan, **O seminário**

Livro 1: Os escritos técnicos de Freud

Livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise

Livro 3: As psicoses

Livro 4: A relação de objeto

Livro 7: A ética da psicanálise

Livro 8: A transferência

Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise

Livro 17: O avesso da psicanálise

Livro 20: Mais, ainda

Jacques Lacan

Os complexos familiares na formação do indivíduo

Jacques Lacan
Televisão

Jacques Lacan e outros
A querela dos diagnósticos

Serge André
A impostura perversa

Serge André
O que quer uma mulher?

Paul Bercherie
Os fundamentos da clínica

Serge Cottet
Freud e o desejo do psicanalista

IRMA (Fundação do Campo Freudiano)
Clínica lacaniana

Alain Juranville
Lacan e a filosofia

Serge Leclair
O país do Outro

Dominique e Gérard Miller
Psicanálise às 18:15h

Gérard Miller (org.)
Lacan

Jacques-Alain Miller
Percorso de Lacan

Judith Miller (org.)
A criança no discurso analítico

Catherine Millot
Freud antipedagogo

Antonio Quinet
As 4+1 condições da análise

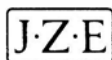
Stuart Schneidman
Jacques Lacan — a morte de um herói intelectual

Michel Silvestre
Amanhã, a psicanálise

Patrick Valas
Freud e a perversão

Roger Wartel e outros
Psicossomática e psicanálise

ISBN 85-7110-315-1



Jorge Zahar Editor